

Wênyka Preston Leite Batista da Costa

Jandeson Dantas da Silva

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Geison Calyo Varela de Melo

Iriane Teresa De Araújo

Contabilidade, gestão e práticas profissionais: desafios e perspectivas



MOSSORÓ/RN

2026

Wênyka Preston Leite Batista da Costa

Jandeson Dantas da Silva

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Geison Calyo Varela de Melo

Iriane Teresa De Araújo

Contabilidade, gestão e práticas profissionais:

desafios e perspectivas

MOSSORÓ/RN

2026

Editora Chefe: Wênyka Preston Leite Batista da Costa
Projeto Gráfico/Designer: Antônio Laurindo de Holanda Paiva
Filho e Edvaldo Rodrigues Júnior
Diagramação: Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Publicação: Centro Universitário Católica do Rio Grande do
Norte.

Centro Universitário Católica do Rio Grande do Norte
Praça Dom João Costa, 511 - Bairro Santo Antônio.
Mossoró/RN | CEP 59.611-120 (84) 3318-7648
E-mail: propec@unicatolicadorn.com.br
Site: www.unicatolicadorn.com.br

Editoração:
Wênyka Preston Leite Batista da Costa
Ítalo Carlos Soares do Nascimento

**Catálogo da Publicação na Fonte
Associação Santa Teresinha de Mossoró
Biblioteca Dom Mariano Manzana**

U58

UniCatólica do Rio Grande do Norte.

Contabilidade, Gestão e Práticas Profissionais: desafios e perspectivas [recurso eletrônico] / Organização de Wênyka Preston Leite Batista da Costa, Janderson Dantas da Silva, Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Ítalo Carlos Soares do Nascimento, Geison Calyo Varela de Melo, Iriane Teresa de Araújo. - Mossoró, RN: UniCatólica do RN, 2026.

Dados eletrônicos (1 arquivo PDF : ca 4000 Mb)

E-book com artigos completos, resultado da parceria interinstitucional do Grupo de Estudos em Gestão, Contabilidade e Tributos da UniCatólica e do Grupo de Pesquisa: Ensino e Pesquisa em Contabilidade, da UERN.

ISBN: 978-65-80565-24-5

1. Contabilidade. 2. Gestão. 3. Desafios - Perspectivas. I. Costa, Wênyka Preston Leite Batista da. II. Silva, Janderson Dantas da. III. Silva, Sérgio Luiz Pedrosa. IV. Nascimento, Ítalo Carlos Soares do. V. Melo, Geison Calyo Varela de. VI. Araújo, Iriane Teresa de. VII. Título.

CDD: 657

Andreana Tavares Veloso - Bibliotecária - CRB 15/0999

Os conteúdos, a formatação de referências e as opiniões externadas
nesta obra são de responsabilidade exclusiva dos autores de cada
texto.

Todos os direitos de publicação e divulgação em língua portuguesa
estão reservados ao Centro Universitário Católica do Rio Grande do
Norte e aos organizadores da obra.



APRESENTAÇÃO

O e-book **"Contabilidade, gestão e práticas profissionais: desafios e perspectivas"** reúne uma coletânea de estudos que evidenciam a contabilidade como uma ciência social aplicada, conectada às dimensões humanas, organizacionais e sociais que permeiam a tomada de decisão econômica. Ao ultrapassar a visão técnica, a obra propõe reflexões que integram comportamento financeiro, formação profissional, gestão organizacional e responsabilidade social.

Composto por seis capítulos, o e-book apresenta pesquisas desenvolvidas por docentes, pesquisadores e discentes vinculados a instituições de ensino superior, abordando temas contemporâneos e socialmente relevantes. Os trabalhos contemplam desde a análise do mercado de jogos NFT e suas implicações econômicas, passando por investigações sobre gestão fiscal e compliance no setor salineiro, formação profissional do contador, competências exigidas pelo mercado e práticas contábeis no setor público brasileiro.

As abordagens metodológicas adotadas nos capítulos são diversas, incluindo estudos quantitativos, qualitativos e revisões bibliográficas, o que contribui para a ampliação do debate científico e para o fortalecimento do diálogo entre teoria e prática. Ao explorar aspectos como risco, governança, formação profissional, mercado de trabalho e gestão pública, a obra evidencia o papel estratégico da contabilidade na promoção da transparência, da eficiência econômica e do desenvolvimento sustentável.

Além de contribuir para a formação acadêmica e profissional em Ciências Contábeis, este e-book reafirma o compromisso da área com a compreensão crítica dos fenômenos sociais e econômicos contemporâneos. Ao integrar diferentes

perspectivas analíticas, os estudos aqui apresentados estimulam reflexões que extrapolam o ambiente organizacional, alcançando impactos diretos sobre o bem-estar financeiro, a cidadania e a qualidade das decisões econômicas.

Espera-se que esta obra sirva como fonte de consulta para estudantes, pesquisadores e profissionais da área contábil, bem como para todos aqueles interessados em compreender a contabilidade como um campo dinâmico, interdisciplinar e essencial para a construção de uma sociedade mais consciente, ética e socialmente responsável.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Os organizadores



PREFÁCIO

Em um cenário marcado por transformações econômicas, sociais e tecnológicas cada vez mais intensas, a contabilidade assume um papel que ultrapassa a função técnica de registro e controle patrimonial. Ela se consolida como um campo estratégico de análise, interpretação e apoio à tomada de decisão, profundamente influenciado por fatores comportamentais, educacionais, organizacionais e sociais. Nesse contexto, o e-book **"Contabilidade, gestão e práticas profissionais: desafios e perspectivas"** apresenta-se como uma contribuição relevante para o debate contemporâneo da área.

A obra reúne seis estudos que dialogam com diferentes dimensões da atuação contábil, evidenciando que decisões financeiras, práticas de gestão e processos formativos não são neutros nem exclusivamente racionais. Ao contrário, são permeados por vieses cognitivos, contextos socioeconômicos, exigências de mercado e desafios éticos que impactam tanto indivíduos quanto organizações.

A obra apresenta uma coletânea de pesquisas desenvolvidas de forma colaborativa por docentes, pesquisadores e discentes da UniCatólica do Rio Grande do Norte, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), evidenciando a relevância da integração interinstitucional para o fortalecimento da produção científica regional. Essa parceria acadêmica possibilitou a construção de análises plurais e interdisciplinares, enriquecidas por diferentes olhares teóricos e metodológicos.

Os capítulos que compõem este e-book abordam temas de elevada relevância social e acadêmica, como a inovação no mercado de jogos NFT, a gestão fiscal e o compliance no setor salineiro do Rio Grande do Norte, o estágio supervisionado

na formação do contador, as competências profissionais exigidas pelo mercado e a depreciação de ativos no setor público brasileiro

Wênyka Preston Leite Batista da Costa
Jandeson Dantas da Silva
Sérgio Luiz Pedrosa Silva
Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Geison Calyo Varela de Melo
Iriane Teresa De Araújo

SUMÁRIO

Capítulo 01 - NON-FUNGIBLE TOKEN (NFT): INOVAÇÃO E SURGIMENTO DE UM NOVO MERCADO ATRAVÉS DOS GAMES	10
Paulo Ricardo da Silva Bezerra, Yaskara Medeiros de Lira, Iriane Teresa de Araújo, Ítalo Carlos Soares do Nascimento e Geison Calyo Varela de Melo	
Capítulo 02 - GESTÃO FISCAL E COMPLIANCE NAS INDÚSTRIAS SALINEIRAS NO RIO GRANDE DO NORTE	40
Luan Christhian de Sousa Barbosa, Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Camila Karen Alves Pedrosa, Wênkyka Preston Leite Batista da Costa, Jandeson Dantas da Silva, Ítalo Carlos Soares do Nascimento, Geison Calyo Varela de Melo	
Capítulo 03 - O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CONTADOR: um Estudo com Discentes de Ciências Contábeis	77
Alice Mikaelle Macedo da Costa, Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Camila Karen Alves Pedrosa, Wênkyka Preston Leite Batista da Costa, Jandeson Dantas da Silva, Ítalo Carlos Soares do Nascimento, Geison Calyo Varela de Melo	
Capítulo 04 - COMPETÊNCIAS DO CONTADOR NO RIO GRANDE DO NORTE: O QUE O MERCADO EXIGE	110
Jefte Lucas Feliciano de Lima, Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Camila Karen Alves Pedrosa, Wênkyka Preston Leite Batista da Costa, Jandeson Dantas da Silva, Ítalo Carlos Soares do Nascimento e Geison Calyo Varela de Melo	
Capítulo 05 - DEPRECIAÇÃO DE ATIVOS NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: ENTRE A NORMA E A EFETIVIDADE	146
João Felipe Nunes Barros, Jandeson Dantas da Silva, Wênkyka Preston Leite Batista da Costa, Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Ítalo Carlos Soares do Nascimento e Geison Calyo Varela de Melo	
Capítulo 06 - CARACTERÍSTICAS DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI): perfil, competências empreendedoras e a relação com os serviços contábeis	178
Jéssica Leite Praxedes, Luiza Raquel Fernandes de Moraes, Ítalo Carlos Soares do Nascimento, Geison Calyo Varela de Melo, Dário Policarpo dos Santos Moreira, João Clécio de Sousa Holanda	



Capítulo 01

NON-FUNGIBLE TOKEN (NFT): INOVAÇÃO E SURGIMENTO DE UM NOVO MERCADO ATRAVÉS DOS GAMES

Paulo Ricardo da Silva Bezerra

Graduação em Administração

E-mail: paulo.bezerra@aluno.catolicadorn.com.br

Yaskara Medeiros de Lira

Graduação em Administração

E-mail: yaskara.lira@aluno.catolicadorn.com.br

Iriane Teresa de Araújo

Doutorado em Administração

E-mail: irianearaujo@hotmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Resumo

O presente estudo tem como objetivo identificar o funcionamento do mercado de jogos NFT sob a perspectiva dos usuários que utilizam essa tecnologia não apenas para entretenimento, mas também como possibilidade de obtenção de ganhos financeiros por meio da comercialização de ativos digitais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo, realizada por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Para a coleta de dados, aplicou-se um questionário estruturado, composto por 13 questões, a usuários de jogos NFT residentes em Mossoró-RN, totalizando 15 participantes. Os resultados indicam que a maioria dos respondentes utiliza esses jogos há cerca de três anos e reconhece a possibilidade de obtenção de retorno financeiro por meio da tecnologia NFT, embora, para a maior parte, os ganhos não se configurem como fonte principal de renda. Observou-se ainda que o entretenimento permanece como motivação relevante para a adesão aos jogos, ao passo que fatores como necessidade de conhecimento técnico, investimento inicial e percepção de risco influenciam a permanência dos usuários nesse mercado. Conclui-se que os jogos NFT representam uma inovação

significativa no contexto da economia digital, ao integrar entretenimento e monetização de ativos virtuais, porém ainda apresentam limitações relacionadas à instabilidade do mercado e à confiança dos usuários. O estudo contribui para a ampliação das discussões acadêmicas sobre o tema e oferece subsídios para o desenvolvimento de estratégias mais sustentáveis no ecossistema dos jogos digitais.

Palavras-chave: NFT; jogos digitais; blockchain; economia digital.

1 Introdução

A área da tecnologia vem passando por evoluções nas últimas décadas, transformando as rotinas e atividades humanas, inclusive no que condiz ao entretenimento. Para Castells (2013), a revolução tecnológica concentrada nas tecnologias de informação deu início a remodelação da base material da sociedade, aceleradamente. Isso fez com que dispositivos eletrônicos (celulares, computadores, tablets, etc.) se tornassem objetos indispensáveis até mesmo para as tarefas básicas do dia a dia de boa parte da população. Nesse contexto, e com a evolução tecnológica em constante crescimento, novos mercados se desenvolveram no âmbito tecnológico, abrangendo uma diversidade de produtos e segmentos. Um deles é o mercado de jogos digitais, que vem apresentando uma grande taxa de crescimento. Segundo Queiroz (2022), os videogames são a mídia preferida entre jovens e, em 2021, a receita total de videogames e e-sports atingiu US\$ 215,6 bilhões no mundo. No mesmo ano, o Brasil ultrapassou o México como o maior mercado de videogames da América Latina e a previsão é que o país responda por 47,4% da receita total da região até 2026.

Diante desse desenvolvimento exponencial no mercado de jogos digitais, vem surgindo novas tecnologias inovadoras, como é o caso do modelo denominado como os jogos *NFT's* (Non-Fungible Token, que traduzindo para o português significa

tokens não fungíveis). Souza e Amaral (2022) afirmam que o token é um ativo digital criptografado de troca baseado na tecnologia *blockchain* de uma criptomoeda, e o termo “não fungível” se refere a algo único e insubstituível. Portanto, o *NFT* é um tipo especial de token criptográfico que representa a originalidade dos ativos digitais. Ou seja, ele é um contrato, um número, que acompanha o *blockchain* que verifica a pessoa e a autenticidade da propriedade digital de quem possui este recurso, ainda segundo Souza e Amaral (2022).

Segundo o site Sousa (2022) o mercado de jogos *NFT's* vem movimentando milhões de dólares, cerca de US\$ 914 milhões em agosto de 2021, apesar de sofrer uma queda brusca nas demandas de 98.57% devido as instabilidades das moedas e esquemas de lavagem de dinheiro, ainda assim estima-se que o mercado em 2023 tenha um salto de 1,5 bilhões em vendas dos colecionáveis, entretanto, o seu potencial de crescimento é incerto, devido às constantes mudanças de altas e baixas em valores e o surgimento exponencial de novos jogos e moedas. Apesar das incertezas, esses jogos apresentam uma nova forma de investimento que está modificando o mundo de várias formas e atraindo público. Eles permitem ao usuário a arrecadação de dinheiro por meio das transações de ativos digitais. Isso vem dando a possibilidade de renda extra, e em alguns casos, se torna a principal fonte de renda dessas pessoas, Segundo Alves (2022), existem diferentes formas para realizar transações nos jogos.

Nesse contexto, o mercado de jogos *NFT* tem movimentado valores expressivos e atraído usuários não apenas pelo entretenimento, mas também pela possibilidade de obtenção de ganhos financeiros por meio da comercialização de itens digitais raros. Contudo, apesar da expansão desse mercado, ainda existem incertezas quanto à sua estabilidade e sustentabilidade no longo prazo. Diante desse cenário, surge

o seguinte problema de pesquisa: como funciona, na prática, o mercado de jogos NFT sob a perspectiva dos usuários? Assim, o presente estudo tem como objetivo identificar o funcionamento do mercado de jogos NFT a partir da visão de jogadores que atuam nesse ambiente digital.

Tendo em vista a relativa novidade do mercado de jogos baseados em NFT e a ainda limitada produção científica sobre o tema, a relevância desta pesquisa reside na contribuição para a ampliação do conhecimento acerca das dinâmicas que envolvem a compra, venda e utilização de ativos digitais no contexto dos games. Conforme Ante (2022), o ecossistema de NFTs representa uma das inovações mais significativas da economia digital recente, especialmente pela sua capacidade de criar modelos de propriedade e monetização de ativos virtuais.

Além disso, o estudo busca compreender o comportamento e as práticas dos usuários desses jogos, considerando que parte deles obtém benefícios financeiros por meio dessa tecnologia, sem que o entretenimento deixe de ser uma motivação central. Dessa forma, a pesquisa contribui para o entendimento atualizado das percepções dos jogadores sobre os jogos NFT, fenômeno que vem ganhando visibilidade em função do volume financeiro movimentado e da crescente popularização dos itens digitais colecionáveis no mercado de videogames.

2 Referencial Teórico

2.1 A Tecnologia de tokens não fungíveis (NFT'S)

Os tokens não fungíveis (termo traduzido do inglês *non-fungible token*) são, conforme cita Ante (2022), certificados exclusivos de autenticidade que funcionam em uma rede *blockchain*, uma cadeia de blocos que juntos formam a base de

dados onde algumas ou todas as transações são armazenadas e compartilhado entre os blocos, onde cada um é interligado e contém uma cópia exata do outro, sempre que um bloco é concluído, outro é gerado, existindo assim um número incontável de blocos que se multiplicam a cada segundo.

Já Figueiredo (2022), aponta que as primeiras idealizações de *NFT* surgiram em 2012 com o projeto *Colored Coins* de Yoni Assia. Moedas coloridas, que são unidades únicas e identificáveis de uma *bitcoin* e podem representar uma variedade de ativos, como imóveis, carros, títulos, e são usadas em diversas ocasiões. O autor afirma que a *Larva Labs* desenvolveu, em 2017, o primeiro *NFT* baseado em *Ethereum* chamado *CryptoPunks*, que ajudou a popularizar o padrão ERC-721. Contendo aproximadamente cerca de 10.000 caracteres humanos, sendo homens 6.039 e 3840 mulheres, únicos, e gerados aleatoriamente. A propriedade oficial de cada personagem é armazenada no contrato inteligente *Ethereum*, e os proprietários podem trocar personagem (FIGUEIREDO, 2022, p. 15).

Ainda definindo o conceito de *NFT*, Ante (2022) explica que os ativos não fungíveis, que podem ser de natureza digital ou física, não podem ser trocados por um bem semelhante, pois o valor deles excede o valor real do material. No mundo digital, isso inclui itens de importância artística ou histórica, ou mesmo cartões colecionáveis raros (alguns exemplos desses itens são: obras de artes, memes, elementos de jogos virtuais, músicas e até mesmo postagens em redes sociais).

Complementando essa explicação, Alves (2022) afirma que, por mais que existam elementos digitais parecidos e com os mesmos atributos, o código escrito na *blockchain* nunca será igual, pois os *NFT's* são itens digitais que não podem ser destruídos, replicados ou copiados. Portanto, eles são únicos e geram uma identificação exclusiva de algo. Com isso,

uma obra original, por exemplo, terá o seu valor agregado com o passar do tempo. Para o autor, isso se torna uma oportunidade para a indústria dos jogos digitais, ao criarem itens colecionáveis exclusivos. Segundo, Wang et al. (2021), usando *NFT's* em contratos inteligentes ligados ao *Ethereum*, os criadores podem provar facilmente a existência e a propriedade de ativos digitais na forma de vídeos, imagens, obras de arte, ingressos para eventos e muito mais. Os ativos digitais não fungíveis se valorizam justamente por serem insubstituíveis e possuírem essa originalidade, portanto, eles passam por uma longa negociação em leilões e outros mercados.

Ante (2022) cita que os *NFT's* contam com a infraestrutura digital de contratos inteligentes. Nesse contexto, Barbosa (2022) explica que os contratos inteligentes permitem verificar quem é o proprietário de um determinado ativo, garantindo que o mesmo não possa ser replicado. Desse modo, os *NFT's* apenas podem ser criados em *Blockchains* que suportam o desenvolvimento dos contratos inteligentes.

Ante (2022) fala que os tokens não fungíveis se diferem significativamente das criptomoedas tradicionais, como *Bitcoin* ou *Ethereum*, e não servem como moeda, commodity ou tecnologia, mas sim como um ativo, o autor menciona ainda que alguns mercados de *NFT* também usam criptomoedas como opção de pagamento e negociação, e que isso evidencia uma relação entre o mercado de criptomoedas e o de *NFT*.

Os *NFT's* tornaram-se claramente um fenômeno relevante que criou abordagens inovadoras, pela primeira vez os artistas podem monetizar o conteúdo digital, os usuários ou jogadores podem possuir mundos digitais e colecionáveis raros podem ser criados digitalmente. Ainda segundo a PWC (2022), grande parte da atenção em torno dos *NFT's* vem se concentrando em arte digital e colecionáveis, inclusive pela

indústria onde milhares de *NFT's* são comprados e vendidos diariamente, plataformas como a *OpenSea*, considerada o maior mercado do mundo para negociação de tokens não fungíveis. Dentro desse contexto, Lacerda (2022) aponta 2021 como o ano em que veio a explosão e popularização dos jogos *NFT's* e de seu comércio interno. Ele afirma que um jogo como esse, utiliza tokens não fungíveis em suas regras, mecanismos e interações com jogadores e que ele pode, inclusive, representar seu personagem ou avatar único como um *NFT*. Com isso, observamos toda a inovação que esse mercado de jogos oferece, trazendo novas formas de transações financeiras.

Freitas (2022) afirma que até 16 de maio de 2021, centenas de milhares de *NFT's* no valor de mais de 800 milhões de dólares foram negociados. A maioria deles era arte digital, colecionáveis, músicas, itens do jogo ou metaversos. O autor afirma ainda que durante a pandemia do Coronavírus, os jogos *NFT's* trouxeram um novo modelo intitulado Jogue-para-ganhar *Play-to-Earn* (P2E), em que o usuário era recompensado monetariamente por jogar. Ele cita que esse modelo de jogo se espalhou de forma relativamente rápida durante o período citado porque atingia um grande problema social que agravou na época, que era a busca por renda, uma vez que com a quarentena muitos postos de trabalho foram perdidos. Contudo, jogos como esse requerem um investimento elevado para que, de fato, o jogador consiga obter ganhos.

Dentro desse cenário, Ante (2022) afirma que vários ecossistemas *NFT* prosperaram no *blockchain Ethereum* que, neste momento, ainda depende fortemente aos mercados de criptomoedas, principalmente porque os *NFT's* são frequentemente negociados contra a criptomoeda nativa do *Ethereum*, o *Ether*. Esse é um mercado que vem movimentando bastante dinheiro no mundo e, segundo uma matéria publicada pela Forbes (2023), as vendas totais de *NFT's* no *blockchain*

Ethereum saltaram para US\$ 780,2 milhões em janeiro de 2023. Embora não se saiba ao certo qual será o futuro deste mercado, ele vem se tornando uma possibilidade de ganho para muitas pessoas que desejam buscar uma nova fonte de renda.

2.2 Blockchain

Para Barbosa (2022) a *blockchain* pode ser descrita como uma tecnologia que permite criar registros inalteráveis, sendo a solução usada para gerir criptoativos, garantir a validade dos contratos inteligentes ou impedir a falsificação de documentos. O autor explica que essa tecnologia recolhe informações em blocos que contém conjuntos de informações e este, por sua vez, tem certas capacidades de armazenamento, e quando preenchidos, são fechados e ligados ao bloco previamente preenchido, desse modo, formando uma cadeia de blocos.

Giannikos (2022) afirma que a tecnologia *blockchain* é responsável por assegurar segurança na transação dos ativos cripto, possibilitando o rastreamento e o recebimento de cada moeda, oferecendo fluidez e segurança nas trocas realizadas. Souza e Amaral (2021) explicam também que a tecnologia *Blockchain* é constituída por uma cadeia de blocos, e que em cada bloco contém informações de uma transação com os registros de quem enviou, quem recebeu e a quantidade do ativo transacionado.

A origem do *Blockchain*, segundo Alves (2022), se deu em meados de 2008, com a criação do termo por *Satoshi Nakamoto*, no artigo "*Bitcoin: A Peer-to-peer Electronic Cash System*", em que o autor cita que o *Blockchain* é seguro por representar uma rede que transcreve transações em forma sequencial, as colocando em um registro em cadeia contínua, em que para poder ser reescrito novamente, esse registro deve ser refeito do zero, gerando uma impossibilidade de fazê-lo, devido à

quantidade de transações escritas a cada milissegundo no registro feito nesta tecnologia.

Portanto, para gerar uma falha ou caso determinada transação seja hackeada, todas as transações executadas anteriormente devem ser verificadas, conforme explica o autor: “[...] No caso de invasão a determinada transação deve-se passar por cada uma das transações realizadas anteriormente, mantendo a ideia de que cada transação nova é registrada em questões milésimos de segundos, empurrando o usuário que deseja invadir para o final da fila” (ALVES, 2022, p.37).

Ferreira, Pinto e Santos (2017) citam que o *Blockchain* é um banco de dados distribuído, on-line e público, que pode ser atualizado por qualquer nó envolvido em uma rede ponto a ponto (P2P), com base no consenso entre eles e protegido por um algoritmo de prova de trabalho (*Proof-of-Work*), cujo principal objetivo é dissuadir ataques cibernéticos. Os autores citam ainda que são utilizadas técnicas criptográficas para que cada participante possa manipular com segurança o *ledger* (Livro digital onde as informações são registradas regularmente) sem a necessidade de uma autoridade central. Depois que um bloco é adicionado ao *blockchain*, é extremamente difícil alterá-lo ou removê-lo. Essa tecnologia vem atraindo bastante atenção da indústria de serviços financeiros, embora possa adaptar-se a qualquer indústria em que seja necessário registrar, confirmar e transferir qualquer tipo de contrato ou propriedade.

Para Giannikos (2022), o *Blockchain* oferece a flexibilidade e a desburocratização que é evidenciada na não necessidade de um terceiro elemento intermediando a troca. O autor cita ainda que a inexistência de custos ou até mesmo o seu baixo valor para as transações, se dão pelo fato de não existir esse terceiro elemento. Ele afirma que no que compete à questão de segurança, essa rede fica localizada na

nuvem, sem a existência de um computador central ou de servidor em um lugar físico, o que ajuda a proteger de forma bastante eficaz os ataques de hackers, uma vez que qualquer tentativa de invasão faz o sistema automaticamente travar.

Ferreira, Pinto e Santos (2017, p.114-115) trazem, em um estudo que faz o mapeamento sistemático sobre as tendências e os desafios do *Blockchain*, quais são as vantagens recorrentes e na utilização do *blockchain* em diversos contextos (Como está disposto no Quadro 1). Bem como, apontam algumas desvantagens do sistema *blockchain*, que por ser uma tecnologia ainda recente, vem sendo constantemente aperfeiçoada, mas ainda apresenta limitações que, em certos contextos, podem se tornar custosas.

Quadro 1: Vantagens e Desvantagens do sistema
Blockchain

Vantagens	Desvantagens
Transparência nas transações	Baixo nível de amadurecimento da tecnologia
Auditabilidade	Tamanho e largura de banda
Criação de acordos sem a necessidade de um terceiro confiável	Alta latência
Anonimato	Risco de Ataques
Banco de dados confiável	Desperdício de Recursos
	Usabilidade
	Versionamento

Fonte: Ferreira, Pinto e Santos (2017).

Por fim, os autores afirmam também que uma característica positiva do *blockchain*, quanto às soluções de preservação da autenticidade dos dados, é que não basta alterar apenas a base de dados de um nó do *blockchain*, uma vez que isso não terá efeito nos dados dos outros nós da rede, exceto que este detenha o controle de mais que 51% de todo o sistema de uma só vez.

2.3 Contrator Inteligentes

Abijaude et al. (2021), se referem aos contratos inteligentes, ou *Smart Contracts*, como códigos hospedados na *blockchain*, que estabelecem cláusulas contratuais a serem seguidas. Os autores afirmam que os CIs são simplesmente programas de computadores e que são imutáveis, porque uma vez implementado em uma rede *Ethereum*, o código não pode ser alterado ou mesmo substituído. Desse modo, a única forma possível de se modificar o seu conteúdo é na implementação de um novo contrato, o qual terá um novo endereço.

Pimentel e Melo (2022) afirmam que os contratos inteligentes foram desenvolvidos com a finalidade de acelerar, verificar e executar negociações digitais de forma automatizada e independente. Segundo os autores, as aplicações construídas sobre esses contratos funcionam por meio de mecanismos de transição de estados que incorporam regras, instruções e parâmetros compartilhados entre todos os participantes do sistema.

Segundo Lacerda (2022), os contratos inteligentes permitem a execução automática de um programa previamente definido. Ele afirma que, ao contrário de um código computacional tradicional, que funciona em servidores dedicados, as rotinas dos contratos inteligentes são executadas por meio dos próprios usuários da rede. O autor cita ainda que os contratos inteligentes ficam armazenados na rede de forma descentralizada e o que os diferencia de um programa comum é sua capacidade de execução de forma autônoma, sem haver a necessidade de intervenção humana. Contudo, a inteligência do código-fonte depende exclusivamente da capacidade de quem o criou.

Fidelis (2022) explica que os contratos inteligentes são metalizados e programados para agilizar processos de compras, vendas e trocas. E que eles são, portanto, aplicados

na economia de mercado livre. Pimentel e Melo (2022) abordam que, a segurança do *blockchain* contratos inteligentes podem ser executados sem a necessidade de supervisão, por meio de um código configurado para reconhecer e executar um evento.

Dessa forma, por meio da automação, os contratos inteligentes se configuram como uma solução eficaz para assegurar o cumprimento dos acordos, uma vez que dispensam a intermediação de empresas, governos ou outras entidades. Dessa forma, os participantes obtêm confirmação imediata das transações, com maior agilidade e sem a necessidade de terceiros. O autor também destaca que esses contratos são essenciais para o funcionamento dos NFTs, pois garantem a imutabilidade das informações registradas. Assim, é por meio deles que se torna possível verificar a propriedade de um ativo digital e assegurar sua não replicação, sendo viável a criação de NFTs apenas em blockchains que suportem o desenvolvimento de *smart contracts* (Barbosa, 2022).

2.4 Criptomoedas

Segundo Loredó (2016), as criptomoedas são moedas digitais baseadas em protocolos criptográficos, que circulam na internet usando algoritmos e programas próprios. O autor afirma que elas funcionam usando o sistema *peer-to-peer* (ponto a ponto), possuem código-fonte aberto (*Open Source*) e não dependem de qualquer autoridade central. Ele aponta ainda que o sistema das criptomoedas se utiliza de uma chave de criptografia pública e de uma chave de criptografia privada. A primeira pode ser disponibilizada a outras entidades na rede, enquanto a segunda é conhecida apenas pelo dono da moeda. As duas chaves são diferentes, mas têm funções complementares.

Já Freitas (2022) cita que o principal objetivo da criptomoeda é ser um meio de troca e que existem vários

ativos digitais como esse, que podem ser comprados, mas dois principais são: *Bitcoin* e *Ethereum*. Ele aponta ainda que para armazenar criptomoedas, é necessário haver uma carteira digital, e existem algumas carteiras online diferentes. Algumas delas permitem manter apenas um tipo de moeda digital e há algumas em que é possível manter diferentes tipos. A melhor maneira de comprar ou vender essas criptomoedas é por meio de um site confiável usado para troca, que permite a compra de qualquer moeda que o interessado desejar, com preços que podem variar de acordo com o site, podendo essa compra durar segundos, minutos ou até mesmo algumas horas.

Giannikos (2022) destaca que diversos países desenvolvidos já passaram a aceitar criptomoedas, especialmente o Bitcoin, como forma legal de pagamento, embora ainda haja resistência por parte de algumas nações, como a China, que proibiu sua utilização. O autor também ressalta que esses ativos digitais não são produzidos por governos e não estão diretamente vinculados às taxas de inflação ou ao controle de bancos centrais. Além disso, relaciona o surgimento das criptomoedas à crise financeira global de 2008, período em que, segundo ele, “a queda do dólar ocasionou uma perda de rendimento razoavelmente alta nos investidores de mercado financeiro e até mesmo do indivíduo de poder econômico médio que via seu dinheiro valer menos a cada dia que passava” (Giannikos, 2022, p. 26).

Giannikos (2022) afirma ainda que no quesito segurança, as criptomoedas se mostram extremamente eficazes, devido à quantidade de camadas de criptografia, aliadas ao anonimato característico desse tipo de moeda, fatores como esse oferecem forte proteção contra furto de identidade. Mas assim como Freitas (2022), Giannikos (2022) também pontua sobre um número crescente de governos que buscam proibir a comercialização de algumas criptomoedas em seus territórios.

Ainda nesse debate, Carvalho et al. (2017) aborda que, devido ao seu alcance de influência, segurança e flexibilidade, os apoiadores e defensores acreditam que o *Bitcoin* é uma poderosa ameaça ao sistema de pagamentos e liquidação existente, capaz de criar uma nova ordem monetária baseada na criação de moedas nacionais e moedas de crédito para substituir o que os bancos oferecem, ao fornecer serviços seguros de pagamento e transferência de recursos com custos relativamente baixos, e com o potencial de se tornarem tão rápidos quantos os métodos de pagamento eletrônico atuais. “É como se fosse uma generalização de redes privadas, como a *hawalla*, sistema asiático de transferências monetárias baseado em redes de confiança, mas com potencial de liquidar transações sem depender de proximidade ou vínculos desse tipo” (Carvalho et al., 2017, p.4).

2.5 Aplicações de NFTs no mercado de jogos digitais

O mercado de jogos que utiliza a tecnologia *NFT* vem passando por uma grande expansão no Brasil e no mundo, principalmente a partir do ano de 2020. Uma das explicações para esse crescimento está nas possibilidades de ganhos financeiros que esses jogos proporcionam para os usuários, por meio dos itens colecionáveis, por exemplo. Os jogos *NFT* ou *cryptogames* são, em sua maioria, segundo Pimentel e Melo (2022), aplicações descentralizadas que rodam em redes *blockchain*, possuem criptomoedas (tokens) próprias e “objetos únicos” não fungíveis, registrados em suas redes. Os autores explicam que essa proposta de deter a propriedade de ativos digitais, com a possibilidade de troca, venda e compra de forma independente no jogo é o que o torna atrativo.

Para Barbosa (2022) existem vários serviços que exploram o potencial da gamificação e da *Blockchain*, como criar produtos inovadores, capitalizando as características convidativas de um e a confiabilidade e segurança do outro. O autor explica que estratégias de gamificação usadas por esses jogos servem, principalmente, para: aumentar o envolvimento dos usuários, a sua lealdade e reconhecimento da marca; incentivar os usuários a atingirem metas, comprando e gastando mais; e a construir uma comunidade com os seus usuários.

Pimentel e Melo (2022) esclarecem que, com a crescente popularidade das *blockchains*, os jogos passaram a criar suas próprias moedas, conjuntos de objetos e suas próprias economias. Com isso, os jogadores podem fazer transações com tais tokens, podendo comprar, vender e ganhar: “embora o token *NFT* seja o que mais chama atenção nesse cenário, nem sempre eles são a parte central do gameplay do jogo, que pode girar em torno de criptomoedas” (PIMENTEL MELO, 2022, p.4).

Barbosa (2022) explica que os jogos utilizam o *Ethereum Blockchain* por se basear em *Smart Contracts*, para comprovar e rastrear o dono de um determinado ativo e representando cada ativo separadamente, onde todas as negociações e transações acontecem através da criptomoeda *Ether*. Ele afirma ainda que, após criar uma conta para começar a jogar, deve-se ter uma carteira digital identificável por meio de um endereço público único. Para realizar transações de compra e venda, existe um mercado, em que é possível pesquisar por milhares de itens virtuais, cada um com propriedades diferentes. Por se tratar de itens colecionáveis, o preço de cada um deles pode variar de acordo com o que o vendedor está disposto a pagar, ou negociar. Contudo, existem itens exclusivos com mais demanda que outros pela sua raridade,

utilidade e aparência, esses são, portanto, alguns dos aspectos que afetam o preço de cada um.

Existem diferentes tipos de carteiras para transações de criptomoedas, segundo Alves (2022). Elas permitem que os usuários possam movimentar recursos adquiridos ou investidos em jogos de *blockchain*. Os ativos criptografados dos consumidores são armazenados nessas carteiras e existem diferentes categorias de: a *Wallets Online*, onde os ativos dos jogadores são armazenados em sistemas na internet; a *Wallets Mobile*, que são um pouco mais completas que a carteira anterior, por utilizar os dispositivos móveis como garantia de segurança, e funcionando também como uma ferramenta importante para verificação e confirmação de transações em dispositivos móveis.

Ante (2022) informa que mercados de *NFT's*, como *OpenSea* ou *Rarible*, fazem uso das criptomoedas como opções de pagamento e transação, demonstrando a estreita relação entre o mercado de criptomoedas e o mercado *NFT's*, ele ainda afirma ainda que, se os usuários exigem criptomoedas para comprar *NFT's*, é válido supor que o mercado das criptomoedas tenha influência no mercado menor de colecionáveis. Isso impacta no fato de que qualquer pessoa ativa no mercado reconhece a forte sobreposição entre esses dois participantes. Para ele, acessar e usar criptomoedas é uma tarefa complexa, e quem a domina tem mais chances de participar do mercado de *NFT's*.

Ao abordarem sobre as oportunidades e riscos na *Blockchain*, Pimentel e Melo (2022) afirmam que desenvolvedores e jogadores se mostram divididos sobre o assunto, com opiniões distintas. Isso porque alguns usuários, por exemplo, enxergam uma grande oportunidade para ganhar uma renda extra enquanto se divertem, e outros se preocupam com fraudes e instabilidades do mercado.

Os autores apontam que essas desconfianças possuem fundamento, uma vez que junho de 2022 se apresentou como o

pior mês para o mercado de *NFT's*, desde o início da sua popularidade. A queda brusca no número de transações trouxe perdas de capital para os jogadores e investidores que comercializam *NFT's*. Entretanto, os jogos feitos na *blockchain* e baseados no modelo de *Web 3.0*, ofertam novas oportunidades de negócios e criam possibilidades para que estes se tornem mais descentralizados, de forma que os jogadores podem se envolver na arquitetura, propriedade e governança do jogo.

3 Método

A pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa, uma vez que não se busca traduzir os dados coletados em números, mas sim interpretá-los à luz dos fatos, comportamentos e motivações dos participantes. Conforme Flick (2004), a pesquisa qualitativa envolve a seleção adequada de métodos e teorias, o reconhecimento e a análise de diferentes perspectivas, a reflexão do pesquisador como parte do processo de produção do conhecimento e a utilização de múltiplas abordagens metodológicas.

Além disso, o estudo possui caráter descritivo, pois se propõe a analisar os comportamentos e as práticas dos usuários de jogos NFT. De acordo com Nunes, Nascimento e Luz (2016), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal caracterizar determinada população ou fenômeno, bem como estabelecer relações entre variáveis, contribuindo para a compreensão de problemas por meio de observação, análise e descrição sistemática.

Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a pesquisa de campo, a qual visa à obtenção de conhecimentos acerca de uma problemática específica por meio da coleta direta de dados junto ao grupo investigado, utilizando instrumentos

como entrevistas ou questionários, sem interferência do pesquisador sobre as informações obtidas.

Nesse contexto, para a operacionalização da pesquisa, foi elaborado um questionário na plataforma Google Forms, composto por 13 perguntas, aplicado a um grupo de usuários de jogos NFT residentes na cidade de Mossoró-RN. Richardson (2012) destaca que os questionários cumprem, em geral, duas funções principais: descrever características e mensurar variáveis de um grupo social, permitindo a observação de aspectos como idade, estado civil, escolaridade e preferências.

No que se refere à análise dos dados, Creswell (2007) afirma que esse processo consiste em extrair significados a partir das informações obtidas – sejam elas textuais ou visuais – por meio de reflexão contínua, elaboração de questões analíticas e registros interpretativos ao longo do estudo. Assim, as perguntas foram estruturadas com o objetivo de compreender as práticas e os comportamentos dos jogadores, bem como verificar se os jogos NFT proporcionam ganhos financeiros aos usuários. Ao todo, foram obtidas respostas de 15 participantes que utilizam jogos NFT há, no máximo, três anos, possibilitando a interpretação dos dados e dos gráficos gerados pela plataforma.

Por fim, além da pesquisa de campo, realizou-se revisão bibliográfica com o intuito de fornecer embasamento teórico ao estudo. Para tanto, foram utilizadas obras de autores como: Ante (2022), Barbosa (2022), Pimentel e Melo (2022), Alves (2022) e Lacerda (2022), entre outros.

4 Resultados e discussões

Como discorrido ao longo do texto, o mercado de Tokens Não-fungíveis vem apresentando uma gama de possibilidades e inovações no setor tecnológico, principalmente para os

jogadores de videogame, oferecendo aos usuários a oportunidade de obtenção de dinheiro por meio da venda de itens colecionáveis. A presente pesquisa visa compreender quais os comportamentos e práticas desses jogadores. Para entender como é possível haver benefícios financeiros por meio do uso desses jogos, foi aplicado um questionário de 13 perguntas, na plataforma *Google Forms*, ao qual foram obtidas 15 respostas.

Quanto aos resultados obtidos na presente pesquisa, podemos observar que a maioria dos jogadores que responderam ao questionário, possuem uma idade um pouco abaixo da apresentada no estudo citado abaixo, em que 66,7% dos participantes possuem de 21 a 25 anos. Um estudo divulgado pela Pesquisa Game Brasil (PGB), em 2022, aponta que 16,2% das pessoas que utilizam videogames possuem uma idade de 25 a 29 anos, sendo essa faixa etária que mais utiliza jogos online, com isso, podemos constatar que o público usuário de videogames é, de fato, predominantemente jovem, embora haja jogadores de outras diversas faixas etárias. Isso aponta também para a reflexão de que os videogames não estão associados apenas a uma brincadeira de criança, pois hoje boa parte desse público é adulto, principalmente quando falamos sobre uma tecnologia de jogos que permite transições financeiras.

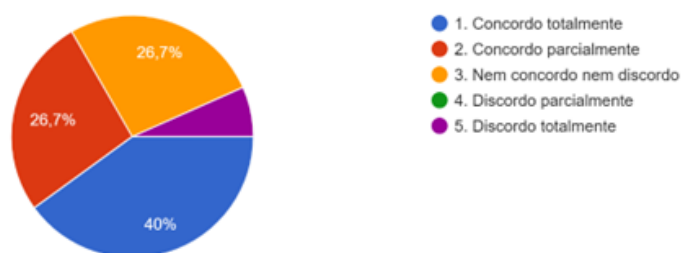
Outra pergunta relevante, direcionada aos participantes, era sobre a forma como eles descobriram esse mercado, como meio de compreender um pouco sobre o que levou esses usuários até a utilização desses videogames. As respostas obtidas foram as seguintes: Por meio de amigos; vídeos na internet/YouTube; Instagram; Pesquisas gerais. Isso aponta para o fato de que, além de uma rede de amigos que possam vir a apresentar e indicar essa tecnologia, ainda existe uma série de artigos e vídeos na internet que, não

apenas explicam o que seriam esses jogos, mas também o modo como é possível obter retornos financeiros por meio deles.

Atrelado a esse dado, a pesquisa também demonstra que, 66,7% daqueles que a responderam, conhecem esses jogos há 2 ou 3 anos e 33,3% há um ano, em média. Com isso, concluimos que o mercado de videogames obteve um grande impulsionamento diante do período pandêmico, iniciado em 2020, como uma possibilidade de entretenimento e de ganhos financeiros, em meio de um cenário difícil quanto a emprego e renda, além de todo o isolamento social que o período exigia, com poucas possibilidades de lazer, obrigando muitas pessoas a ficarem em casa, devido à chance de contágio da Covid-19. Lacerda (2022) também reforça esse dado, quando afirma que a explosão e popularização dos jogos *NFT's* e de seu comércio interno, se deu no ano de 2021, embora a tecnologia *NFT* tenha sido criada há alguns anos antes.

Dentro disso, constatamos que, embora o jogo apresente a possibilidade de obter ganhos financeiros por meio da venda de itens colecionáveis, essa não é a única motivação pela qual os usuários acessam os jogos *NFT*. Como citado anteriormente, o entretenimento entra como uma grande motivação para os jogares, principalmente, visto o período em que eles começaram a utilizar esses videogames, durante a pandemia da Covid-19. A partir dessa discussão, a próxima pergunta buscou entender se o entretenimento é, de fato, uma das razões que levam os respondentes da pesquisa a jogarem. Para isto, utilizou-se a escala *likert* de 5 pontos, sendo 1 - Concordo totalmente, 2 - Concordo parcialmente, 3 - Nem concordo e nem discordo, 4 - Discordo parcialmente e 5 - Discordo totalmente.

Gráfico 1: Jogo apenas pelo entretenimento

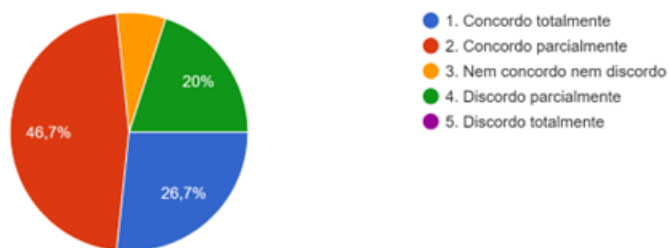


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O Gráfico 1 aponta que 66,7% dos participantes concordam (total ou parcialmente) que jogam apenas pelo entretenimento proporcionado. Enquanto isso, 26,7% deles não souberam responder à pergunta e os outros 6,7% discordam totalmente da afirmativa. Este dado corrobora com o encontrado por Pimentel e Melo (2022) que em sua pesquisa identificaram que alguns usuários enxergam uma oportunidade para ganhar dinheiro, enquanto outros se divertem.

Observamos, ao longo da pesquisa bibliográfica, que os jogos exigem conhecimento e investimento por parte dos usuários, para a obtenção dos resultados financeiros esperados. Portanto, 46,7% das respostas obtidas na presente pesquisa apontam que os usuários concordam parcialmente que há necessidade de um alto conhecimento para começar nesse mercado. Isso ocorre devido à complexidade em entender como funciona o comércio das *NFT's*, as criptomoedas e todo o processo de transações financeiras que ocorrem neste meio. Barbosa (2022), por exemplo, afirma que após criar uma conta para começar o jogo, deve-se ter uma carteira digital identificável por meio de um endereço público único para realizar transações de compra e venda. Tudo isso precisa ser de conhecimento do jogador.

Gráfico 2: Preciso de alto conhecimento para começar nesse mercado



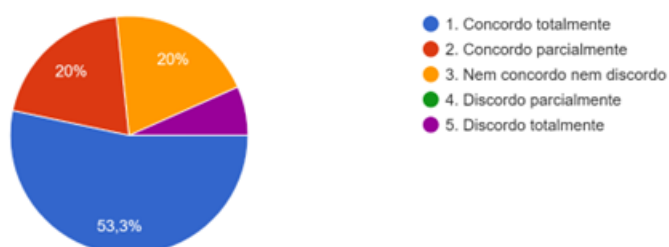
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Quanto às perguntas voltadas para os ganhos financeiros obtidos por meio desses jogos, foi constatado que 86,7% dos usuários que responderam ao questionário já conseguiram ganhar dinheiro ao utilizar essa tecnologia. Dentro desse contexto, também foi possível verificar que 73,3% das respostas apontam que esses jogadores concordam (totalmente ou parcialmente) que estão satisfeitos com os rendimentos obtidos. Já 20% dos participantes não concordaram com a afirmativa e nem discordaram. Portanto, os jogos *NFT* conseguem gerar lucros financeiros para os seus usuários, o que acaba sendo um bom atrativo para quem deseja unir entretenimento com uma nova forma de trabalho, uma vez que o mercado gamer oferece diversas possibilidades para quem deseja atuar na área, inclusive por meio da produção de conteúdo com tutoriais, além da própria troca e venda de itens colecionáveis.

Segundo Alves (2022), existem diversas formas para se realizar as transações nos jogos, permitindo ao usuário a arrecadação de dinheiro por meio das transações dos ativos digitais. Nesse contexto, Pimentel e Melo (2021) explicam que os jogos play-to-earn (P2E) se tornaram um modelo de negócios, em que os jogadores ganham dinheiro para jogar, e que foi a popularização dos jogos *NFT*, possibilitando destaque a essa forma de movimentação financeira em games,

em que ativos digitais, como itens, personagens ou mesmo terrenos virtuais, podem ser codificados como *NFT's*.

Gráfico 3: Estou satisfeito com meus rendimentos no mercado



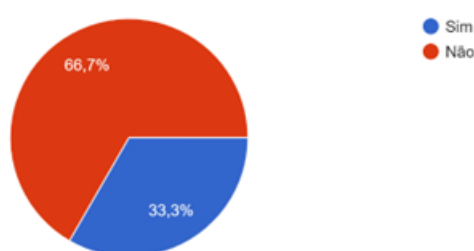
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Quando questionados sobre a possibilidade de obterem apenas dos jogos *NFT* como principal fonte de renda, 40% das respostas coletadas foram negativas e 46,7% avaliaram com uma possível chance, não discordando e nem concordando. Os demais discordaram do questionamento. Esse dado mostra que, embora os jogos ofereçam algum benefício financeiro, eles ainda não funcionam como única de renda entre os participantes da pesquisa, seja por não possibilitar um alto ganho; por não ofertar um faturamento que supere o investimento feito; ou mesmo por sua instabilidade, já que não há a garantia de 100% no retorno.

Quando questionados sobre a média de lucro já alcançada, os respondentes do questionário afirmaram que esse valor está entre quinhentos reais para 26,6% deles, e de dois mil ou mais para 53,3% dos usuários. Além disso, em uma outra pergunta referentes às possíveis desvantagens financeiras já obtidas com essa tecnologia, 33,3% desses jogadores afirmam que já obtiveram prejuízos ao utilizarem esses jogos, enquanto 66,7% negam a afirmação. Atrelado a esse questionamento, 80% das respostas apontam para uma recomendação nesse tipo de investimento (considerando que

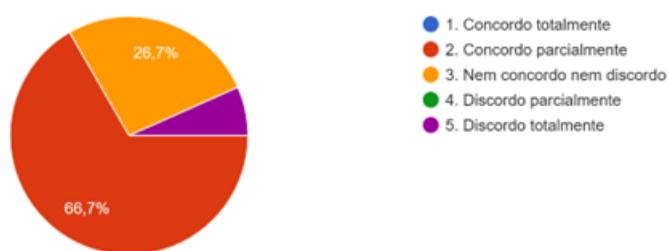
alguns jogos são pagos ou necessitam da compra de itens colecionáveis). Os demais não recomendariam para outras pessoas. Alves (2022) concorda que o mercado de jogos *NFT's* vem movimentando milhões de dólares, entretanto, o seu potencial de crescimento é incerto, devido às constantes mudanças de altas e baixas em valores e o surgimento exponencial de novos jogos e moedas.

Gráfico 4: Obtive prejuízos superiores aos ganhos



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Embora a maioria dos participantes tenha feito a afirmação de que recomendariam esse investimento, foi possível constatar também que 66,7% deles consideram esse um mercado apenas parcialmente confiável, enquanto 26,7% ficaram em dúvida. Essa fresta de desconfiança ainda existe por diversos motivos, incluindo a instabilidade do mercado. Os autores, Ante (2022) e Pimentel e Melo (2022) apontam que possíveis desconfianças possuem fundamento, uma vez que junho de 2022 se apresentou como o pior mês para o mercado de *NFT's*, desde o início da sua popularidade. A queda brusca no número de transações, pegou os jogadores e investidores que comercializam *NFT's* de surpresa, trouxe perdas de capital. Complementando essas afirmações, Figueiredo (2022) explica que um dos principais desafios ainda enfrentados pela tecnologia *NFT*, mesmo que ela obtenha diversos benefícios e possibilidades, está na segurança das carteiras criptográficas e suas respectivas chaves.

Gráfico 5: O mercado de jogos *NFT* é confiável

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O quadro acima apresenta não apenas um percentual sobre a confiança nesse tipo de jogo, mas também os contrapontos existentes entre aqueles que são usuários da tecnologia *NFT* no mundo gamer. Isso porque, embora os jogadores participantes da pesquisa informem que já obtiveram lucros com os jogos, partes também afirmam já ter tido prejuízos, e a maioria respondeu que não recomendaria esse modelo de games para outras pessoas, ainda observamos uma falta de confiança total na tecnologia, uma vez que nenhum dos participantes afirmou que esse mercado de jogos é totalmente confiável. Pimentel e Melo (2022) afirmam, por exemplo, que desenvolvedores e jogadores se mostram divididos sobre o assunto, com opiniões distintas. Embora eles enxerguem uma grande oportunidade para ganhar uma renda extra, enquanto se divertem, outros se preocupam com fraudes e instabilidades do mercado.

A última pergunta do questionário identificou quais os tipos de dispositivos são utilizados para jogar utilizando esta tecnologia. Sendo assim, 46,7% dos usuários que responderam ao questionário afirmaram a utilização de um computador para tal, enquanto 53,3% jogam por aparelhos celulares.

5 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo compreender o funcionamento do mercado de jogos NFT sob a perspectiva de seus usuários, buscando identificar comportamentos, práticas e a possibilidade de obtenção de ganhos financeiros por meio dessa tecnologia. A partir da revisão teórica e da pesquisa de campo realizada, foi possível alcançar os objetivos propostos e ampliar a compreensão acerca desse fenômeno emergente no universo digital.

Os resultados evidenciam que a tecnologia NFT tem apresentado crescimento relevante nos últimos anos, especialmente após o período da pandemia da Covid-19, quando se intensificaram tanto as demandas por entretenimento digital quanto a busca por fontes alternativas de renda. Observou-se que as motivações dos usuários são multifatoriais, envolvendo simultaneamente o interesse pelo entretenimento e a expectativa de retorno financeiro.

Apesar de parte dos participantes relatar obtenção de lucros e satisfação com os rendimentos alcançados, verificou-se que essa atividade ainda não se configura, para a maioria, como fonte principal de renda, sobretudo em razão da instabilidade do mercado, da volatilidade dos ativos digitais e da necessidade de conhecimento técnico e investimento inicial. Ademais, identificou-se a presença de percepções ambivalentes quanto à confiabilidade dos jogos NFT, o que reforça o caráter ainda incipiente e volátil desse segmento.

No campo acadêmico, o estudo contribui ao ampliar a literatura nacional sobre jogos NFT sob a ótica dos usuários, integrando evidências empíricas a discussões sobre blockchain, criptomoedas e modelo play-to-earn. Ao focalizar a experiência dos jogadores, a pesquisa oferece subsídios

para o avanço de investigações futuras sobre comportamento do consumidor digital e monetização em ambientes virtuais.

Sob a perspectiva gerencial, os achados fornecem insights relevantes para desenvolvedores de jogos, plataformas digitais e investidores, ao evidenciar fatores que influenciam a adesão, a permanência e a confiança dos usuários nesse ecossistema. Aspectos como necessidade de conhecimento prévio, percepção de risco e expectativa de retorno financeiro podem orientar o desenvolvimento de modelos de negócios mais transparentes, sustentáveis e centrados no usuário.

No âmbito social, a pesquisa contribui ao problematizar os jogos NFT como uma emergente forma de geração de renda associada ao entretenimento digital. Embora existam oportunidades de ganhos, os resultados indicam a necessidade de cautela por parte dos usuários, bem como de maior disseminação de educação financeira digital e de possíveis avanços regulatórios que promovam maior segurança nesse mercado.

Por fim, reconhece-se como limitação do estudo o tamanho da amostra e sua concentração geográfica. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o número de participantes, explorem diferentes contextos regionais e realizem análises longitudinais, a fim de aprofundar a compreensão sobre os impactos econômicos, comportamentais e sociais dos jogos NFT.

Referências

ABIJAUDE, Jauberth Weyll et al. Blockchain, **Contratos Inteligentes, SistemasWeb: Teoria e Prática**. Sociedade Brasileira de Computação. 2021, p. 1-30. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/livros/index.php/sbc/catalog/download/64/281/530-1>. Acesso em: 01 dez. 2022.

ALVES, André. **O uso da tecnologia NFT para promover itens colecionáveis digitais**: uma análise de consumo no jogo Axie

Infinity. 2022. p. 1-88. Monografia (graduação) - Curso de Publicidade e Propaganda, Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2022.

ANTE, Lennart. The non-fungible token (NFT) market and its relationship with Bitcoin and Ethereum. **FinTech**, v. 1, n. 3, p. 216-224, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2674-1032/1/3/17> Acesso em: 30 nov. 2022.

BARBOSA, Bernardo. **Colecionáveis em Blockchain**. 2022. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2022.

CARVALHO, Carlos et al. Bitcoin, criptomoedas, Blockchain: desafios analíticos, reação dos bancos, implicações regulatórias. Fórum Liberdade Econômica, 2017, p. 1-23. São Paulo, **Anais...** São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2017, p. 1-23.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra 1999.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERREIRA, Juliandson; PINTO, Filipe; SANTOS, Simone. Estudo de mapeamento sistemático sobre as tendências e desafios do Blockchain. **Gestão. org**, v. 15, n. 6, p. 108-117, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7328726> . Acesso em: 01 Dez. 2022.

FIDELIS, Mateus. **Um estudo sobre Non-Fungible Token (NFT)**. 2022. p. 1-31. Monografia (graduação) - Escola Politécnica, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

FIGUEIREDO, Pedro. **Non-fungible tokens: propriedades, aplicações e novos desafios**. 2022. p. 1-44. Monografia (graduação) - Escola Politécnica, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FORBES. **Mercado de NFTs ressurgiu com crescimento das negociações**. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/02/mercado-de-nfts-ressurgiu-com-crescimento-das-negociacoes/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

FREITAS, Hugo. **Os impactos financeiros dos NFT games durante o período pandêmico no cenário brasileiro**. 2022. p. 1-62. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Ceará, Quixadá, 2022.

GIANNIKOS, Dimitrius. **A herança digital nos jogos NFT's**. 2022. Monografia (graduação) - Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

LACERDA, José Werlandiê A. **Tokens não fungíveis (NFT): características técnicas e oportunidades para profissionais de TI**. 2022. p. 1-51. Monografia (graduação) - Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Telemática, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campina Grande, 2022.

LOREDO, Jorge. **Moedas virtuais e bitcoin, a rede de pagamento inovadora**. 2016. p. 1-48. Monografia (graduação) - Coordenação do Curso de Graduação em Sistemas de Computação - EaD, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

NUNES, Ginete; NASCIMENTO, Maria; LUZ, Maria. Pesquisa científica: conceitos básicos. **Revista de psicologia**, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016.

PIMENTEL, Clara e MELO, Philipe. Play-to-earn: Desmistificando ganhos e riscos de jogos NFT. In: Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital, XXI, 2022, Natal. **Anais...** Natal: SBC-OpenLib, 2022, p. 1-10. Pesquisa Gamer Brasil. PGB 10 anos. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://materiais.pesquisagamebrasil.com.br/2023-painel-gratuito-pgb10-anos>. Acesso em: 10 maio de 2023.

PWC. **Pesquisa Global de Entretenimento e Mídia 2022-2026**. PwC, 2022. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/setores-atividade/entretenimento-midia/2022/outlook-2022.html>. Acesso em: 08 mar. 2023.

RICHARDSON, Roberto (org.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUSA, R. **Fora de moda: NFTs caíram 95% desde o boom em 2021; a bolha das artes digitais estourou?** Disponível em: <https://www.seudinheiro.com/2022/criptomoedas/nft-criptomoedas-blockchain-tokens-games-rents/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SOUZA, Victor e AMARAL, Maiara. NFT a propriedade digital do futuro. In: Seminário de Tecnologia Gestão e Educação. X, 2021, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: 2022, p. 1-25.

WANG, Qin et al. **Non-fungible token (NFT)**: Overview, evaluation, opportunities and challenges. arXiv preprint arXiv:2105.07447, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/2105.07447.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2022.



Capítulo 02

GESTÃO FISCAL E COMPLIANCE NAS INDÚSTRIAS SALINEIRAS NO RIO GRANDE DO NORTE

Luan Christhian de Sousa Barbosa

Graduação em Ciências Contábeis pela UERN

E-mail: luanbarbosa@alu.uern.br

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Doutorado em Geografia

E-mail: sergiopedrosa@uern.br

Camila Karen Alves Pedrosa

Mestra em Administração

E-mail: cmilakarenn21@gmail.com

Wênyka Preston Leite Batista da Costa

Pós-doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: wenykaleite@uern.br

Jandeson Dantas da Silva

Doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: jandesondantas@uern.br

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Resumo

A gestão fiscal e o *compliance* representam dimensões essenciais para a sustentabilidade organizacional, especialmente em setores fortemente regulados, como a indústria salineira do Rio Grande do Norte. Este estudo teve como objetivo analisar as práticas adotadas, os desafios enfrentados e as perspectivas futuras relacionadas ao cumprimento das obrigações fiscais nesse segmento produtivo. Para isso, utilizou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com coleta de dados por meio de questionário semiestruturado aplicado a profissionais do setor fiscal de sete empresas salineiras. Os resultados evidenciaram lacunas estruturais e culturais que dificultam a eficácia do *compliance* fiscal, destacando-se a resistência à mudança, a carência de mão de obra qualificada e a insuficiência de treinamentos internos. Por outro lado,

verificaram-se casos de sucesso associados à redução de autuações, ao melhor aproveitamento de créditos tributários e ao fortalecimento da credibilidade organizacional. O estudo avança ao preencher uma lacuna na literatura ao trazer evidências empíricas sobre um setor pouco explorado quanto à governança e conformidade tributária, oferecendo subsídios para decisões empresariais e políticas públicas. Reconhecem-se limitações relativas ao recorte geográfico e à subjetividade da análise qualitativa. Recomenda-se que futuros estudos ampliem o número de participantes e investiguem o papel da tecnologia e da automação como suporte ao fortalecimento da gestão fiscal no setor.

Palavras-Chave: compliance; gestão fiscal; indústria salineira; Rio Grande do Norte.

1 Introdução

A indústria salineira do Rio Grande do Norte possui relevância histórica, econômica e social para o estado e para o Brasil, constituindo-se como um dos setores produtivos tradicionais da região Nordeste. Desde o período colonial, o sal marinho extraído na Costa Branca consolidou-se como insumo essencial para o abastecimento alimentar e mais tarde para diversos segmentos industriais, contribuindo para a estruturação econômica e a formação de polos produtivos no litoral potiguar. Atualmente, o estado responde por cerca de 95% da produção nacional de sal marinho, o que reforça sua centralidade estratégica para cadeias produtivas ligadas aos setores alimentício, químico, farmacêutico e de transformação (Silva; Costa; Nascimento, 2023).

Nas últimas décadas, o ambiente empresarial brasileiro passou por transformações decorrentes do aumento da complexidade regulatória, da digitalização dos controles tributários intensificada a partir da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e da adoção de normas rígidas de governança corporativa, integridade e responsabilidade corporativa. Nesse contexto, a conformidade legal deixou de ser apenas uma obrigação acessória e passou a constituir fator competitivo e requisito para a

sustentabilidade organizacional, em setores expostos à fiscalização e dependentes de incentivos fiscais para viabilizar suas operações, como é o caso da indústria salineira potiguar (Dutra; Silva; Silva, 2022; Vitalis, 2019).

Paralelamente, a ampliação da legislação anticorrupção, como a Lei nº 12.846/2013, e a intensificação do monitoramento eletrônico das obrigações fiscais elevaram as exigências de controles internos e transparência nas relações com o Estado. Dessa forma, os conceitos de gestão fiscal e *compliance* passaram a ocupar posição estruturante no planejamento e na tomada de decisões das empresas, garantindo não apenas a regularidade tributária, mas também a mitigação de riscos reputacionais e o fortalecimento da competitividade.

No entanto, embora estudos anteriores abordem aspectos econômicos, produtivos e logísticos do setor salineiro do Rio Grande do Norte (Melo *et al.*, 2019; Pontarolo *et al.*, 2020), observa-se uma lacuna na literatura quanto à compreensão de como essas empresas têm enfrentado os desafios decorrentes da crescente complexidade do sistema tributário brasileiro. Pouco ainda se sabe sobre como a cultura organizacional, o nível de profissionalização da gestão, a capacitação técnica das equipes e a estruturação dos controles internos influenciam a efetividade das práticas de *compliance* fiscal nesse segmento. Em um setor historicamente marcado por estruturas familiares e forte dependência de fatores ambientais e regulatórios, investigar essas dimensões torna-se essencial para sustentar sua competitividade e continuidade operacional.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar as práticas, os desafios e as oportunidades relacionadas à gestão fiscal e ao *compliance* nas indústrias salineiras do RN, por meio de investigação qualitativa com

profissionais atuantes na área fiscal dessas organizações. A pesquisa contribui, no âmbito científico, para a ampliação do debate sobre *compliance* em setores regionais estratégicos ainda pouco explorados pela literatura acadêmica. Do ponto de vista gerencial, fornece diagnóstico que pode orientar melhorias em processos administrativos, tecnológicos e de governança. Socialmente, evidencia fragilidades e potencialidades de um setor determinante para o desenvolvimento econômico do estado, contribuindo para a formulação de políticas públicas e ações de fiscalização cooperativa.

Portanto, compreender como a indústria salineira tem estruturado sua gestão fiscal e seus mecanismos de conformidade regulatória é fundamental para garantir condições favoráveis de operação, fortalecer sua resiliência frente às mudanças legais e tecnológicas e assegurar a sustentabilidade do setor que historicamente compõe a base socioeconômica do Rio Grande do Norte.

2 Referencial teórico

2.1 Definição de gestão fiscal e *compliance*

O *Compliance* sujeita a constantes alterações, demanda das organizações uma abordagem especializada para assegurar eficiência fiscal e aderência às exigências legais. Siciliana (2021) destaca que a rápida evolução da legislação reforça a necessidade de profissionais qualificados e de práticas contábeis resilientes, capazes de acompanhar as mudanças regulatórias e fundamentar decisões estratégicas. Nessa perspectiva, o *compliance* passa a atuar como um arcabouço que sustenta a conformidade tributária e assegura a continuidade operacional diante de um cenário regulatório em permanente transformação (Nunes; Garbaccio, 2023).

O papel do Estado como agente regulador também se mostra central para a efetividade da gestão fiscal. Para Vitalis (2019), políticas fiscais robustas contribuem para a redução da evasão e estimulam o cumprimento voluntário das obrigações tributárias, fortalecendo a justiça fiscal e a concorrência leal entre empresas. Nesse ambiente, a gestão fiscal se consolida como pilar estratégico para o planejamento empresarial, envolvendo o monitoramento constante da legislação, a correta classificação das operações e a escolha do regime tributário vantajoso diante das características financeiras e operacionais de cada organização.

Uma gestão fiscal eficiente busca identificar oportunidades legais de economia tributária sem incorrer em riscos de autuação, utilizando-se de incentivos fiscais, benefícios regionais e créditos previstos em lei para otimizar a carga tributária (Moreira et al., 2020). Quando bem estruturada, contribui diretamente para o desempenho organizacional e para a competitividade do negócio, pois promove decisões fundamentadas e sustentadas por controles internos adequados (Pontarolo et al., 2020; Vitalis, 2019).

O conceito de *compliance*, por sua vez, refere-se à conformidade com leis, regulamentos e políticas internas associados ao exercício das atividades empresariais. Seu uso foi ampliado no Brasil após a promulgação da Lei nº 12.846/2013, que atribuiu responsabilidade objetiva às organizações por atos lesivos contra a administração pública, fortalecendo práticas de governança, integridade e prevenção a ilícitos corporativos (Durães; Ribeiro, 2020). Assim, *compliance* ultrapassa o atendimento burocrático às normas e abrange mecanismos de gestão de riscos, padrões éticos e monitoramento contínuo de procedimentos com impactos fiscais, financeiros, ambientais e reputacionais (Dutra; Silva; Silva, 2022).

No contexto das empresas, o *compliance* fiscal desempenha papel fundamental ao garantir a veracidade e consistência das informações prestadas ao Fisco, a observância dos prazos e o alinhamento entre os processos internos e os requisitos legais (Dutra; Silva; Silva, 2022). Dessa forma, atua de forma complementar à gestão fiscal, pois não apenas assegura o cumprimento das obrigações tributárias, mas também promove um ambiente de transparência e responsabilidade corporativa.

Ao se considerar a indústria salineira do Rio Grande do Norte, cuja atividade envolve rigorosos controles produtivos, ambientais e tributários, o *compliance* fiscal torna-se ainda relevante. Trata-se de um setor tradicional que convive com competitividade crescente, fiscalização intensa e forte dependência de benefícios fiscais para manter sua viabilidade econômica. Assim, compreender como essas organizações estão estruturando sua gestão fiscal e seus mecanismos de conformidade é essencial para analisar sua sustentabilidade operacional e seu alinhamento às boas práticas de governança.

2.2 Contextualização da indústria salineira do RN

A indústria salineira do Rio Grande do Norte, localizada predominantemente na região da Costa Branca, constitui um dos setores tradicionais e economicamente relevantes do estado. Favorecido por características naturais específicas, como elevada incidência solar, ventos constantes e baixa pluviosidade, o território potiguar reúne condições únicas para a evaporação e produção do sal marinho, o que permite ao estado responder por aproximadamente 95% da produção nacional, consolidando-se como polo estratégico para o abastecimento de cadeias produtivas essenciais no país (Silva; da Costa; do Nascimento, 2023; Silva; do Nascimento;

de Melo, 2021). Além do impacto econômico direto, o setor promove desenvolvimento socioambiental, gerando empregos, renda e infraestrutura logística que sustentam a dinâmica das economias municipais da região.

Apesar de sua relevância e competitividade histórica, o setor salineiro enfrenta desafios substanciais decorrentes de pressões regulatórias, fiscais e ambientais. Órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) exercem constante monitoramento sobre as atividades de extração, beneficiamento e comercialização do sal marinho, o que demanda das empresas estrita conformidade com legislações socioambientais e concorrenciais. Em um contexto de maior rigor fiscalizador, eventuais descumprimentos podem resultar em sanções que impactam diretamente a continuidade da produção e a expansão do setor (Silva; do Nascimento; de Melo, 2021).

No campo fiscal, a competitividade da indústria salineira também é condicionada ao atendimento de um sistema tributário complexo, caracterizado por múltiplos tributos federais, estaduais e municipais, além de obrigações acessórias inúmeras e constantemente atualizadas. Tal cenário exige estrutura técnica especializada para garantir conformidade legal, mitigar riscos de autuação e evitar passivos fiscais capazes de comprometer o desempenho econômico das empresas (Moreira et al., 2020). As empresas também convivem com assimetrias tributárias regionais que podem afetar o posicionamento competitivo do setor frente a outras cadeias produtivas.

A questão dos incentivos fiscais tem se configurado como um ponto de atenção recorrente, sendo frequentemente apontada como condição necessária para que a atividade se

mantenha viável e sustentável no longo prazo. A ausência de um tratamento tributário específico, alinhado às características produtivas do sal marinho e às peculiaridades logísticas e de exportação do segmento, pode restringir investimentos e gerar limitações ao crescimento empresarial (Almeida et al., 2017; Dutra; Silva; Silva, 2022). Assim, políticas fiscais adequadas tornam-se fundamentais para fortalecer o setor enquanto pilar econômico da região e preservar sua capacidade estratégica de geração de empregos e riqueza.

Diante das exigências legais e competitivas que recaem sobre o setor, observa-se a necessidade de aperfeiçoamento constante dos processos de gestão fiscal e de conformidade regulatória. A adoção de práticas estruturadas de *compliance* fiscal e o planejamento tributário estratégico emergem como respostas para assegurar maior eficiência operacional e sustentabilidade empresarial. Em um ambiente sujeito a frequentes mudanças normativas, essas práticas contribuem para a continuidade das operações, a credibilidade institucional e a proteção frente a riscos legais que podem comprometer o desenvolvimento da indústria salineira potiguar.

2.3 O *compliance* no setor salineiro

A atividade salineira no Rio Grande do Norte, embora estratégica para a economia estadual, enfrenta desafios relevantes no que se refere ao cumprimento da legislação fiscal e às exigências de conformidade regulatória. A complexidade do sistema tributário brasileiro, com múltiplos tributos federais, estaduais e municipais, como ICMS, IRPJ e CSLL impõe às empresas do setor a necessidade de estrutura técnica especializada para atendimento às obrigações legais

e redução de riscos de autuações (Moreira et al., 2020; Silva; do Nascimento; de Melo, 2021).

Além da diversidade de tributos, dificuldades interpretativas sobre o enquadramento da atividade industrial, comercial ou extrativa podem acarretar contingências fiscais, exigindo profundo conhecimento da legislação aplicável para evitar recolhimentos indevidos ou sanções estruturais que comprometam a continuidade operacional (Moreira et al., 2020). A isso se somam mudanças frequentes nas normas tributárias, regimes especiais de exportação e especificidades logísticas do setor, fatores que tornam o ambiente fiscal ainda desafiador e demandam monitoramento constante (Nunes; Garbaccio, 2023).

Nesse contexto, o *compliance* fiscal assume papel fundamental como conjunto de políticas, controles e rotinas destinados a assegurar a conformidade tributária e a mitigação de riscos legais. Entre os procedimentos essenciais destacam-se a emissão e escrituração correta de documentos fiscais, a manutenção de registros contábeis precisos e a verificação do cumprimento de prazos e obrigações acessórias, considerando que eventuais falhas podem gerar penalidades elevadas e afetar a reputação institucional das empresas (Bevilaqua; Teixeira, 2022; Takezawa; Pastre; Costa, 2022).

A conformidade não se limita às questões fiscais. No setor salineiro, a atuação está sujeita também a rígidas normas ambientais, trabalhistas e de segurança, acompanhadas de fiscalização constante por órgãos como IBAMA, IDEMA e Receita Federal. Dessa forma, o *compliance* torna-se componente estruturante da governança corporativa, envolvendo políticas internas, controles preventivos e treinamento contínuo das equipes, essenciais para fortalecer a cultura organizacional voltada à integridade e ao

cumprimento de requisitos legais (Dutra; Silva; Silva, 2022; Crisóstomo; Girão, 2019).

Para lidar com exigências regulatórias crescentes, muitas empresas recorrem a serviços de consultoria jurídica e contábil especializada, como forma de assegurar a aderência às normas e implementar melhorias na gestão tributária. Estratégias como o planejamento fiscal, o aproveitamento adequado de créditos e incentivos regionais e a digitalização de processos podem contribuir para maior eficiência e competitividade (Durães; Ribeiro, 2020; Almeida *et al.*, 2017).

Diante disso, a implementação efetiva de práticas de *compliance* fiscal revela-se indispensável para a sustentabilidade do setor salineiro. O alinhamento entre processos internos, legislação atualizada e governança responsável constitui fator decisivo para a manutenção da atividade, preservação da imagem empresarial e fortalecimento da posição estratégica do Rio Grande do Norte como principal produtor de sal marinho do país.

2.4 Estudos anteriores relacionados ao tema

A literatura recente sobre gestão fiscal e *compliance* no contexto empresarial brasileiro demonstra um movimento crescente de incorporação de práticas de governança e controles internos como elementos estratégicos para a sustentabilidade organizacional. Dutra, Silva e Silva (2022) argumentam que a conformidade corporativa passou a ocupar posição de destaque sobretudo após o fortalecimento do arcabouço anticorrupção no país, o que exige das empresas políticas de integridade alinhadas às exigências legais. Em perspectiva convergente, Durães e Ribeiro (2020) evidenciam que mecanismos de prevenção a ilícitos proporcionam ganhos

reputacionais e mitigam riscos regulatórios, reforçando o *compliance* como instrumento de proteção institucional.

No campo tributário, Moreira *et al.* (2020) destacam que a gestão fiscal eficiente atua diretamente na redução da carga tributária e na mitigação de contingências fiscais, ao passo que Vitalis (2019) complementa ao analisar o papel do Estado como agente regulador capaz de induzir comportamentos organizacionais colaborativos e transparentes no cumprimento das obrigações. Ambas as abordagens convergem ao reconhecer que a efetividade fiscal depende de uma articulação entre responsabilidade tributária e aderência à legislação vigente, reforçando a interdependência entre gestão fiscal e *compliance*.

Estudos sobre governança e conformidade em setores regulados indicam ainda que cultura organizacional e capacitação técnica constituem condicionantes centrais para a implementação bem-sucedida de práticas de controle. Crisóstomo e Girão (2019) identificam que organizações que investem em educação corporativa e monitoramento contínuo obtêm desempenho elevado na conformidade legal, enquanto Nunes e Garbaccio (2023) defendem o modelo de "*compliance* cooperativo" como alternativa para reduzir assimetrias informacionais entre o Fisco e o contribuinte e fortalecer a relação institucional.

Quando se observa o setor salineiro potiguar, pesquisas de Melo *et al.* (2019) e Silva, Costa e Nascimento (2023) enfatizam sua relevância econômica e social, porém dão menor destaque às questões de governança e conformidade fiscal. Embora apontem desafios relacionados às pressões regulatórias e às limitações estruturais das empresas, os autores não avançam na análise dos mecanismos internos de controle, tampouco investigam o grau de aderência às obrigações tributárias ou a maturidade dos programas de *compliance*.

Assim, os estudos convergem em reconhecer que empresas brasileiras têm buscado reforçar seus sistemas de controle e integridade frente ao aumento da fiscalização e da digitalização das práticas tributárias. Contudo, a produção científica ainda apresenta lacunas ao tratar de setores tradicionais e regionais, aqueles com características operacionais e industriais específicas, como é o caso da indústria salineira do Rio Grande do Norte. Desse modo, a literatura carece de análises que integrem as dimensões fiscal, regulatória e cultural desse setor produtivo, considerando os impactos diretos do *compliance* sobre sua competitividade e sustentabilidade.

3 Método

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, por buscar compreender fatores subjetivos relacionados às práticas de gestão fiscal e *compliance* no contexto da indústria salineira do Rio Grande do Norte. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir a interpretação aprofundada das percepções dos profissionais atuantes no setor, sendo adequada para estudos que envolvem fenômenos organizacionais inseridos em realidades específicas (Minayo, 2020; Gil, 2018).

A população do estudo abrange as empresas salineiras instaladas na região da Costa Branca potiguar. A amostra foi composta por sete empresas do setor, selecionadas por acessibilidade e pela disponibilidade de profissionais do departamento fiscal para participação voluntária, o que possibilitou a obtenção de informações contextualizadas sobre os processos internos dessas organizações. As empresas e os participantes foram identificados por códigos alfanuméricos (Salt 1 a Salt 7), de modo a preservar o anonimato, a ética e a confidencialidade dos dados coletados.

Os dados foram obtidos por meio de um questionário semiestruturado, aplicado online pela plataforma Google Forms, conforme recomendações de Mota (2019) para pesquisas digitais. O instrumento foi elaborado com base na literatura sobre *compliance* fiscal, governança corporativa e gestão tributária (Haas; Vieira; Brizolla, 2020; Dutra; Silva; Silva, 2022; Nunes; Garbaccio, 2023) e estruturado em cinco eixos temáticos, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Roteiro do questionário aplicado

Eixo Temático	Exemplos de questões	Referenciais de apoio
Compreensão do contexto	Poderia descrever sua empresa? Qual seu entendimento sobre <i>compliance</i> e gestão fiscal?	Vitalis (2019); Moreira et al. (2020); Nunes; Garbaccio (2023)
Práticas de <i>compliance</i> fiscal	Quem supervisiona o <i>compliance</i> fiscal? Existem manuais ou treinamentos? Há auditorias internas?	Takezawa et al. (2022); Haas; Vieira; Brizolla (2020); Dutra et al. (2022)
Desafios e barreiras	Quais dificuldades internas e externas no cumprimento fiscal?	Durães; Ribeiro (2020); Siciliana (2021)
Medidas de sucesso	Há casos de resultados positivos com conformidade fiscal?	Crisóstomo (2019)
Futuro do <i>compliance</i>	Como a empresa está se preparando para mudanças regulatórias?	Bevilaqua; Teixeira (2022)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A estrutura do instrumento permitiu um afunilamento progressivo do discurso dos participantes, partindo da caracterização da empresa até a projeção de estratégias futuras, o que favoreceu a coleta de percepções e experiências práticas relacionadas ao *compliance* no setor. O roteiro dialoga diretamente com os objetivos da pesquisa, possibilitando identificar tanto elementos operacionais quanto fatores culturais e estratégicos que influenciam a gestão fiscal nas organizações salineiras.

As respostas foram analisadas seguindo a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), percorrendo as etapas

de pré-análise, categorização e interpretação dos achados. Este método se mostrou adequado ao permitir a identificação de padrões, convergências e divergências nas falas dos entrevistados, respeitando a complexidade e a subjetividade inerentes a fenômenos sociais e organizacionais (Triviños, 2015).

Reconhece-se, por fim, que a metodologia apresenta limitações referentes à amostragem não probabilística, ao recorte regional e ao caráter interpretativo do método qualitativo, o que restringe generalizações. Ainda assim, os procedimentos adotados asseguram validade interna e contribuem para o avanço do conhecimento sobre um setor com reduzida exploração científica no campo da gestão fiscal e do *compliance*.

4 Resultados e discussões

4.1 Caracterização dos respondentes

Para uma análise de forma detalhada, é essencial conhecer o porte, localização e tempo de atuação dos entrevistados que participaram desta pesquisa no setor salineiro, conforme apresentado no (Quadro 2).

Os entrevistados foram empresas de médio e grande porte, é possível identificar empresas com atuação na extração, refino e beneficiamento de Sal marinho, como também empresas distribuidoras e intermediadoras da comercialização de sal. Observa-se que a maioria dos entrevistados possuem mais de 30 anos de atividade, tornando seus depoimentos relevantes para uma exploração de seus conhecimentos.

Quadro 2 - Caracterização dos Respondentes

Entrevistados	Poderia me descrever sua empresa? Porte, localização, escopo comercial e experiência na indústria salineira?
Salt 1	Empresa de Refino e Moagem de Sal, Grande porte (LTDA), localizada em Mossoró/RN, tem como principal

	finalidade a extração do sal marinho e o comércio atacadista do mesmo. Atua no mercado há 45 anos
Salt 2	A empresa foi fundada em 2006, é uma MATRIZ do tipo Sociedade Empresária Limitada, de porte "DEMAIS" que está localizada em Porto Do Mangue - RN. Sua atividade econômica principal é Refino e outros tratamentos do sal.
Salt 3	Sociedade anônima grande porte. Exerce atividade de extração, beneficiamento e comercialização de sal. Uma empresa muito boa de se trabalhar onde dar oportunidades para seus colaboradores para crescerem profissionalmente.
Salt 4	Médio porte, atua no mercado a mais de 32 anos.
Salt 5	Médio porte, atua no mercado a mais de 30 anos, atacadista.
Salt 6	Distribuidora de grande porte com Matriz em São Paulo-SP e filial em Mossoró-RN. Realizamos operações de venda para cliente de pequeno a grande porte...
Salt 7	Nossa matriz localizada em Mossoró-RN, sendo a segunda maior do Estado e principal centro comercial de toda região. atividades de extração, tratamento e comercialização de sal marinho. Empresa de grande porte.
Salt 8	Médio Porte, empresa localizada em Mossoró. Temos 10 anos de experiência na indústria salina.

Fonte: Dados da Pesquisa

Os depoimentos convergem ao reconhecer que o departamento fiscal desempenha um papel chave na garantia da regularidade fiscal da empresa, prevenindo possíveis problemas com o fisco. Além disso, a *compliance* é destacado como uma função que se concentra no controle das operações, considerando a legislação aplicável.

Observa-se que os entrevistados Salt 1, Salt 2, Salt 3 e Salt 7 tem filiais em vários municípios da costa branca do RN e Matriz em Mossoró-RN, sendo impactante para o desenvolvimento econômico no oeste potiguar.

No que se trata sobre a compreensão dos entrevistados perante o *compliance* e gestão fiscal, no quadro 3 evidenciam os conhecimentos dos respondentes sob o assunto e suas percepções interessantes para suas empresas. No Quadro 3, evidencia-se a 1ª questão levantada para os respondentes.

Quadro 3 - Compreensão dos Respondentes

Entrevistados	Qual é o seu entendimento sobre <i>compliance</i> e gestão fiscal? Como você percebe as práticas na indústria salina?
----------------------	--

Salt 1	O departamento fiscal de uma empresa exerce diversas funções, dentre elas garantir a regularidade fiscal e evitar problemas de fisco para a entidade. Já a <i>compliance</i> foca na parte de controle das operações, sempre levando a legislação em consideração.
Salt 2	O termo <i>compliance</i> significa conformidade, fiscalmente falando o <i>compliance</i> e gestão na área objetiva assegurar o cumprimento das normas da legislação e evitar problemas com o fisco...
Salt 3	São ferramentas importantíssimas para a saúde financeira da empresa. Um ajuda ao outro no que se deve ter em relação as obrigações e tributos.
Salt 4	<i>Compliance</i> e gestão para toda empresa é relevante visto que a carga tributária e as exigências em quesito estado e união são gigantes.
Salt 5	Temos um setor específico responsável por esse ponto, entretanto com relevância.
Salt 6	<i>Compliance</i> são práticas e procedimentos adotados com o objetivo de otimizar a excelência nos processos. Essas práticas na indústria salineira e em qualquer outro ramo de atividade garantem através de procedimentos adotados, resultados...
Salt 7	Através dos setores de Qualidade, Gestão Ambiental e Segurança de Trabalho, adotamos vários procedimentos internos por meio de um programa cuidadosamente estruturado e que tem como objetivo fazer com que a organização esteja em conformidade com leis...
Salt 8	O <i>compliance</i> e gestão fiscal, é a uma boa organização de tributária da gestão dos tributos da empresa, onde a contabilidade deve fazer de forma correta o aproveitamento de créditos para poder tributar corretamente conforme a legislação vigente.

Fonte: Dados da Pesquisa

Há um consenso sobre a relevância crítica do *compliance* e da gestão fiscal para a saúde financeira das empresas e conformidade com leis e regulamentos. Salt 2 e Salt 6 destacam que o *compliance* é fundamental para cumprir normas e evitar problemas fiscais, ressaltando sua interdependência com a gestão fiscal, como apontado por Bevilaqua e Teixeira (2022). Salt 1, Salt 2 e Salt 8 enfatizam a orientação dessas práticas pela legislação vigente, indicando a necessidade de alinhamento legal para evitar penalidades. Durães e Ribeiro (2020) corroboram que *compliance* e gestão fiscal requerem conhecimento específico, além de serem meras tarefas rotineiras.

No entanto, observam-se divergências nas definições de *compliance*, Salt 1 e Salt 2 o veem como focado no controle e conformidade legal, enquanto Salt 6 e Salt 7 o descrevem

abrangentemente, incluindo otimização de processos e práticas para excelência operacional. Siciliana (2021) discute essa visão estratégica do *compliance*, ressaltando seu papel na garantia da conformidade com leis e normas aplicáveis.

No que se refere a indústria salineira, Salt 2 e Salt 3 mencionam a relevância do *compliance* e gestão fiscal para o setor, enquanto Salt 4 e Salt 6 generalizam para todas as empresas. Isso sugere variações na percepção da essencialidade dessas práticas para o setor. A integração de setores como Qualidade, Gestão Ambiental e Segurança de Trabalho é exemplificada como um programa estruturado de conformidade, semelhante ao abordado por Vitalis (2019).

Há uma variação na compreensão do que constitui *compliance* entre os entrevistados, indicando uma necessidade de esclarecimento e padronização na terminologia no setor. Alguns generalizam a relevância do *compliance* e gestão fiscal para todas as empresas, quando seria informativo focar nas peculiaridades e desafios da indústria salineira. Em suma, apesar do consenso geral, as definições e aplicações de *compliance* e gestão fiscal variam entre os entrevistados, sugerindo a necessidade de uma compreensão uniforme e detalhada, considerando as particularidades do setor salineiro.

4.2 Práticas de *compliance* fiscal

No quadro 4, 5 e 6, evidenciam-se as respostas dos entrevistados sobre as práticas de *compliances* em suas empresas. Segundo os respondentes do quadro 4, Salt 1, Salt 3 e Salt 4, a diretoria ou o gerente geral são comumente encarregados dessas funções. A comunicação das políticas de *compliance* é frequentemente realizada via e-mail, conforme indicado por Salt 1, Salt 6 e outros entrevistados, sugerindo

uma preferência por este meio de comunicação. Dutra, Silva e Silva (2022), ressaltam a relevância dessa comunicação para os funcionários, que ocorre predominantemente por e-mail, embora se mencione também reuniões mensais para esclarecimentos e detecção de riscos.

Quadro 4 - Práticas de *Compliance* Fiscal

Entrevistado	Qual cargo é responsável pela supervisão das políticas de <i>compliance</i> e gestão fiscal na empresa?
Salt 1	A diretoria da empresa que se responsabiliza pelos processos. Normalmente por e-mail e na maioria das vezes sem treinamento dependendo da necessidade dele.
Salt 2	Gerente Geral aliado ao setor contábil, fiscal e jurídico. Infelizmente o comunicado geralmente chega junto com o problema.
Salt 3	Diretoria
Salt 4	Gerente geral
Salt 5	Temos um escritório formado por contador e advogado onde supervisiona esse setor.
Salt 6	Supervisor fiscal. Essas políticas primeiramente são atualizadas periodicamente na atualização do profissional responsável nas atualizações da legislação e são comunicadas por email.
Salt 7	Supervisor fiscal. As observações são parametrizadas em sistema e os colaboradores são orientados a observar se as aplicações procedem e ocorrem também reuniões para complementar as informações.
Salt 8	É a contabilidade fiscal da empresa, são comunicadas através de reuniões frequentes com os funcionários.

Fonte: Dados da Pesquisa

Há divergências quanto à variedade de departamentos envolvidos na gestão do *compliance*. Enquanto Salt 2 destaca a colaboração entre o gerente geral e os setores contábil, fiscal e jurídico, Salt 5 menciona a utilização de um escritório externo, formado por contador e advogado. Salt 6 e Salt 7, por outro lado, apontam o supervisor fiscal como o principal responsável. Consoante Vesoloski e Zambam (2022), não há uma solução única para todos, a estratégia ideal depende das características específicas e necessidades da empresa. É recomendável consultar especialistas em *compliance* e considerar as práticas do setor para desenvolver uma abordagem que seja adequada para a organização.

Uma preocupação relevante é a falta de treinamento e preparação, criticada por Salt 1, a ausência de treinamento

adequado e a natureza reativa da comunicação, que muitas vezes ocorre somente em resposta a problemas. Salt 2 observa que a comunicação sobre questões de *compliance* geralmente surge com o problema, indicando um atraso na disseminação de informações e políticas, coadunam com esse entendimento Bevilaqua e Teixeira (2022).

Os resultados indicam a ausência de um modelo único ou prática padrão para a supervisão de políticas de *compliance* e gestão fiscal, resultando em inconsistências nas abordagens de diferentes empresas. Essa diversidade nas estruturas e práticas pode refletir variações nos tamanhos das empresas, culturas organizacionais ou setores de atuação. Contudo, essas observações destacam a necessidade de uma abordagem padronizada e sistemática para assegurar eficácia e conformidade em todos os níveis organizacionais (Nunes; Garbaccio, 2023).

Quadro 5 - Práticas de *Compliance* Fiscal

Entrevistado	Existem condutas internas e procedimentos específicos sobre <i>compliance</i> e gestão fiscal na empresa, como manuais ou treinamentos?
Salt 1, Salt 2 Salt 3, Salt 4 Salt 5	Não
Salt 6	Existem condutas quanto a algumas regras para recepção e envio de documentos fiscais. Manuais.
Salt 7	Além do Manual de Boas Práticas de Produção e Ações - MBPPA, há com periodicidade treinamentos para todos os setores, mantendo-os sempre atualizados.
Salt 8	Sim

Fonte: Dados da Pesquisa

O quadro 5, evidencia-se pelas alegações pertinentes a procedimentos específicos sobre o *compliance* e gestão fiscal, apesar do porte dos respondentes, 5 dos 8 respondentes alegam não ter procedimentos específicos de *compliance* fiscal. Por outro lado, Salt 6, Salt 7 e Salt 8 praticam treinamentos e disponibilidade de manuais de boas

práticas para seus colaboradores e setores pertinentes ao fisco.

A frequência de treinamento e atualização varia, com alguns respondentes mencionando falta de treinamento e outros destacando reuniões frequentes. A ênfase em treinamentos é reconhecidamente essencial, para garantir a conformidade fiscal e jurídica, ponto este enfatizado por Takezawa, Pastre e Costa (2022). A existência de manuais de boas práticas de produção e ações é apontada por um respondente, corroborando a discussão de Yamasaki e Scatolin (2023), sobre a utilização dessas práticas no *compliance*.

A maioria dos respondentes afirma que não existem condutas internas ou procedimentos específicos sobre *compliance* e gestão fiscal, embora Salt 7, tenha mencionado a presença de condutas relacionadas ao recebimento e envio de documentos fiscais, com manuais. As auditorias internas ou monitoramento do cumprimento das obrigações fiscais variam em frequência, desde baixa frequência, até auditorias semestrais ou anuais, com a contratação de empresas externas sendo uma prática comum. Esse método é adotado para garantir o respaldo fiscal necessário, conforme discutido por Haas, Vieira e Brizolla (2020).

A oferta de treinamentos internos para a atualização dos profissionais em relação às obrigações fiscais varia, com alguns respondentes mencionando a relevância dessa prática para manter os processos em conformidade fiscal e jurídica. Alguns destacam a relevância do suporte e consultas para o controle de processos e procedimentos fiscais, um ponto também abordado por Nunes e Garbaccio (2023) em sua discussão sobre a cooperação entre o fisco e o contribuinte. No quadro 6, buscou-se as práticas de *compliance* fiscal nas empresas.

Quadro 6 - Práticas de *Compliance* Fiscal

Entrevistado	Com que frequência a empresa realiza auditorias internas ou monitoramento do cumprimento das obrigações fiscais? Quais métodos são usados para essa finalidade?
Salt 1	Pouca frequência. A empresa dispõe de ajuda jurídica terceirizada, caso necessite de respaldo fiscal.
Salt 2	Desconheço período específico para auditoria interna. Temos um suporte do escritório de contabilidade que realiza e monitora o cumprimento das obrigações.
Salt 3	Não
Salt 4	1x ano Contratação de empresa
Salt 5	2/3 vezes por ano, reuniões são feitas para apresentar a mesma.
Salt 6	Mensalmente, são realizadas as conferências dos documentos através de relatórios e os documentos originais.
Salt 7	Semestralmente com a contratação de uma empresa de auditoria parceira a vários anos.
Salt 8	Anualmente.

Fonte: Dados da Pesquisa

A frequência das auditorias internas varia entre as empresas. Algumas realizam auditorias anualmente (Salt 4, Salt 8), semestralmente (Salt 7), mensalmente (Salt 6), ou 2 duas ou três vezes por ano (Salt 5). No entanto, algumas empresas não têm um período específico para auditoria interna (Salt 2) ou realizam auditorias com pouca frequência (Salt 1). Uma empresa mencionou que não realiza auditorias internas (Salt 3).

Dos métodos, vários são utilizados para realizar auditorias e monitorar o cumprimento das obrigações fiscais. Alguns dependem de suporte externo, como ajuda jurídica terceirizada (Salt 1), suporte de um escritório de contabilidade (Salt 2), ou a contratação de uma empresa de auditoria (Salt 4, Salt 7). Outros métodos incluem a realização de reuniões para apresentar auditorias (Salt 5) e a conferência de documentos através de relatórios e documentos originais (Salt 6).

A eficácia de um programa de *compliance* fiscal em uma empresa depende da implementação de auditorias internas regulares e um monitoramento efetivo das obrigações fiscais. A frequência destas auditorias deve ser ajustada conforme o volume de transações, a complexidade operacional e as

mudanças nas legislações fiscais, variando de trimestral a semestral, ou até frequente em certos casos. Os métodos empregados incluem análise de documentos fiscais, verificação da aderência às leis e regulamentos, e uso de softwares especializados, que otimizam a coleta e análise de dados. Práticas de *benchmarking*, comparando procedimentos fiscais internos com as práticas do setor, são também fundamentais (De Oliveira; Germinari, 2020; Oliveira et al., 2023).

Manter uma equipe qualificada, com conhecimento atualizado sobre legislações fiscais e desenvolvimento de competências específicas na área, é essencial para o sucesso do programa. Assim como, é vital que a alta administração demonstre compromisso com a conformidade fiscal, promovendo uma cultura organizacional de transparência e responsabilidade (Dal Magro et al., 2023).

4.3 Desafios e barreiras

No quadro 7 e 8, evidenciam-se as respostas dos entrevistados sobre os desafios e barreiras para implantação do *compliances* em suas empresas. Nessa questão convergiram Sal 1 e Salt 2, sobre a necessidade de treinamento e mudança cultural, apontaram para a necessidade de mudança na cultura dos gestores, enfatizando a essencialidade de um volume maior de treinamentos e controle interno. Isso indica uma consciência compartilhada sobre a educação e adaptação cultural para um *compliance* eficaz. Ainda nesse norte, Salt 8, ressalta as dificuldades decorrentes das frequentes mudanças na legislação tributária, um problema que pode estar implicitamente ligado às dificuldades burocráticas mencionadas por Salt 4.

Quadro 7 - Desafios e Barreiras

Entrevistados	Quais dificuldades a empresa enfrenta atualmente na implementação de práticas de <i>compliance</i> e gestão fiscal na indústria salineira?
Salt 1	Há muitos desafios na implementação de um programa efetivo de <i>compliance</i> , alguns fatores são: mudança na cultura dos gestores, seria necessário um volume maior de treinamentos, de controle interno e implementação de um setor de auditoria.
Salt 2	Há muitos desafios na implementação de um programa efetivo de <i>compliance</i> , alguns fatores são: mudança na cultura dos gestores, seria necessário um volume maior de treinamentos, de controle interno e implementação de um setor de auditoria.
Salt 3	Dificuldade em mão de obra qualificada e sim influência.
Salt 4	Dificuldades governamentais burocráticas
Salt 5	Nenhuma, a empresa tem um escritório bastante estruturado para resolver essas pendências.
Salt 6	Erros de tributação, que na falta de conferências, podem gerar problemas sérios e prejuízos fiscais no âmbito monetário.
Salt 7	O principal problema é em relação aos fretes, onde a legislação do ICMS do Rio Grande do Norte é de difícil aceitação entre as transportadoras dos outros estados quando realizam o serviço para a nossa empresa e precisam recolher antecipadamente o ICMS.
Salt 8	As dificuldades é que em nossa região tem poucas ofertas de cursos voltados para a questão tributária. De outro lado existe mudanças frequentes em nossa legislação, isso tudo dificulta uma boa gestão fiscal.

Fonte: Dados da Pesquisa

Cada entrevistado identifica desafios distintos: falta de mão de obra qualificada (Salt 3), burocracias governamentais (Salt 4), erros de tributação (Salt 6) e problemas com legislação de ICMS e frete (Salt 7). Isso sugere uma gama de entraves específicos que variam possivelmente conforme a área de atuação ou perspectiva individual na empresa. Salt 5 contrasta com os outros ao afirmar que não enfrentam dificuldades, indicando uma possível percepção de eficácia no sistema de *compliance* e gestão fiscal já existente, em contraste com as outras opiniões.

Como soluções alternativas, Yamasaki e Scatolin (2023), abordam o desenvolvimento de treinamento contínuo focados em *compliance* e gestão fiscal, alinhados à cultura organizacional, pode ajudar na adaptação dos gestores às

práticas de *compliance*. Nesse Norte, Martins et al., (2023), observa a colaboração com entidades governamentais e educacionais, trabalhando em ações conjuntas, para simplificar processos burocráticos e com instituições educacionais para aumentar a oferta de cursos especializados na região para ajudar a superar as dificuldades mencionadas.

Por sua vez, Oliveira et al. (2023), destacam ser imprescindível investir em atualizações constantes e educação sobre as mudanças na legislação fiscal, possivelmente através de parcerias com instituições educacionais ou consultorias especializadas, que podem mitigar os problemas decorrentes das frequentes mudanças legislativas. Assim como Haas, Vieira e Brizolla, (2020), alertam para a implementação de um setor de auditoria, como sugerido por Salt 1 e Salt 2, pode ser para identificar e corrigir problemas de tributação e outras inconformidades fiscais.

Para questões como os desafios específicos de frete e ICMS mencionados por Salt 7, soluções personalizadas, como negociações com transportadoras ou busca de incentivos fiscais estaduais, podem ser necessárias. Em suma, enquanto existe uma consciência comum sobre a relevância da educação e adaptação cultural para um efetivo *compliance*, as divergências nas respostas apontam para a necessidade de abordagens diferenciadas que considerem as peculiaridades de cada desafio enfrentado na indústria salineira (Dal Magro et al., 2023).

Quadro 8 - Desafios e Barreiras

Entrevistados	Quais desafios internos a empresa enfrenta para atingir um alto nível de <i>compliance</i> fiscal? A cultura organizacional desempenha algum papel nessas dificuldades?
Salt 1	A cultura organizacional influencia sim nesse ponto. Precisaria que os gestores no processo de tomada de decisões tivessem a preocupação na melhoria dos processos organizacionais, e com uma boa equipe se disponibilizassem a aprender sobre <i>compliance</i> ...

Salt 2	Como citei na questão anterior, a própria cultura organizacional intervém em alguns processos que já estão bastante assimilados pelos colaboradores e enraizados na empresa.
Salt 3	Não ter controle sobre os setores.
Salt 4	Não
Salt 5	Nenhuma, a empresa tem um escritório bastante estruturado para resolver essas pendências.
Salt 6	Acredito que a colaboração, e de certa forma quando a cultura organizacional interna não colabora é muito prejudicial.
Salt 7	Os desafios de sempre, enfrentados por todas as empresas, onde tudo é muito dinâmico e requer um nível de atenção muito grande
Salt 8	As dificuldades é que em nossa região tem poucas ofertas de cursos voltados para a questão tributária. De outro lado existe mudanças frequentes em nossa legislação...

Fonte: Dados da Pesquisa

Os entrevistados enfrentam vários desafios internos para atingir um alto nível de *compliance* fiscal. A cultura organizacional desempenha um papel preponderante nesses desafios, conforme indicado por Salt 1, Salt 2 e Salt 6. Eles mencionam que a cultura organizacional pode interferir em processos já estabelecidos e que a falta de colaboração pode ser prejudicial. O Salt 1 sugere que os gestores precisam se preocupar com a melhoria dos processos organizacionais e se disponibilizar para aprender sobre *compliance* e governança corporativa. O Salt 3 destaca a falta de controle sobre os setores como um desafio.

Consoante De Carvalho, Magalhães e Lima (2023), asseveram a necessidade de promover uma cultura organizacional que valorize a conformidade fiscal. Isso pode ser alcançado através do envolvimento ativo dos gestores na melhoria dos processos e na educação contínua sobre *compliance*. A cultura organizacional emerge como um fator crítico, influenciando a implementação de práticas de *compliance* fiscal. A resistência dos colaboradores e gestores à mudança, aliada à falta de controle sobre os setores internos, é apontada como um obstáculo (Nunes; Garbaccio, 2023).

O respondente Salt 7 menciona que os desafios são os de sempre, enfrentados por todas as empresas, onde tudo é muito dinâmico e requer um alto nível de atenção. O Salt 8 aponta a falta de ofertas de cursos voltados para a questão tributária e as mudanças frequentes na legislação como dificuldades para uma boa gestão fiscal. Por outro lado, o Salt 5 menciona que não enfrenta dificuldades, pois tem um escritório bastante estruturado para resolver essas pendências. Esses desafios destacam a complexidade da implementação de um alto nível de *compliance* fiscal.

Segundo Siciliana (2021), destaca que a melhoria dos processos internos, através da implementação processos organizacionais robustos e transparentes, garantindo o controle efetivo sobre todos os setores, conforme indicado por Salt 3. Ainda, manter e aprimorar uma estrutura interna forte, como mencionado por Salt 5, que possa lidar eficientemente com questões de *compliance*.

Como indicado por Salt 8, a empresa deve estar preparada para se adaptar rapidamente às mudanças na legislação tributária, o que requer uma vigilância constante e a capacidade de atualizar processos e treinamentos conforme necessário. Assim, para alcançar um alto nível de *compliance* fiscal, a empresa precisa abordar tanto fatores culturais quanto estruturais, garantindo educação, treinamento adequado, e processos internos eficientes (Dutra; Silva; Silva, 2022; Vesoloski; Zambam, 2022).

4.4 Medidas de sucesso

No quadro 9, evidenciam-se as medidas e processos que foram implementados nas empresas entrevistadas. Os entrevistados compartilharam vários exemplos de sucesso na gestão fiscal. Alguns destacaram o controle eficaz no pagamento de impostos e a regularização de débitos como aspectos de destaque (Salt 1 e Salt 2). Outros mencionaram

a redução de impostos e de carga como resultados positivos de suas práticas fiscais (Salt 3 e Salt 4). Observam ser imprescindível do treinamento constante e da atualização da equipe também foi enfatizada (Salt 5), assim como a retirada de autuações de alto valor através do conhecimento da legislação e documentos comprobatórios (Salt 6).

Quadro 9 - Medidas de Sucesso

Entrevistado	Você poderia compartilhar exemplos específicos de casos de sucesso relacionados à conformidade na gestão fiscal da empresa? Como esses casos de sucesso impactaram a empresa?
Salt 1	Temos um controle eficaz no pagamento de impostos, principalmente no ICMS. A empresa procura sempre estar em dia com essa parte tributária. Não tenho como exemplificar um caso, pois no momento não utilizadas muitas ferramentas no tema <i>compliance</i>
Salt 2	Atualmente, através de um trabalho contábil e jurídico, conseguimos regular alguns débitos, mantendo os benefícios fiscais que temos como empresa salineira e credenciamento...
Salt 3	Vasto conhecimento na área de atuação fiscal, ajuda bastante a empresa na redução de impostos.
Salt 4	Redução de carga e investimento em retorno
Salt 5	Treinamentos constante, sempre atualizando a equipe, esses dois pontos sendo administrado em conjunto impacta de forma positiva na empresa.
Salt 6	Retirada de autuações de alto valor, que foram aplicados em autuações de fiscais tributários que foram contestados devido a conhecimento da legislação e documentos comprobatórios, que resultou na aceitação da contestação.
Salt 7	Contratamos recentemente um sistema de gestão de última geração com vários módulos, com ele agilizamos as rotinas de trabalho, aprimoramos a eficiência na nossa gestão fiscal...
Salt 8	Os exemplos é redução de tributos com maior aproveitamento dos créditos tributários e incentivos fiscais. Tem impactado positivamente.

Fonte: Dados da Pesquisa

A contratação de um sistema de gestão de última geração foi vista como um passo para a melhoria da eficiência na gestão fiscal (Salt 7). Por fim, a redução de tributos e o aproveitamento de créditos tributários e incentivos fiscais foram citados como exemplos de sucesso (Salt 8). Esses casos de sucesso demonstram o impacto positivo de uma gestão fiscal eficaz e a conformidade na cultura organizacional. No

entanto, deve-se lembrar que cada caso de sucesso é único e pode não ser aplicável a todas as empresas.

Os relatos de sucesso compartilhados pelos participantes, conforme discutido por Silva, do Nascimento e de Melo (2021), destacam conquistas alcançadas por meio da implementação de práticas de *compliance* e gestão fiscal na indústria salineira. Um ponto recorrente foi o controle eficaz no pagamento de impostos, no que diz respeito ao ICMS. A empresa busca manter-se em dia com suas obrigações tributárias, o que não apenas garante a regularidade fiscal, mas também contribui para a construção de uma reputação sólida e confiável.

Outro exemplo de sucesso foi a regularização de débitos por meio de um trabalho contábil e jurídico, permitindo à empresa manter benefícios fiscais e certidões de regularidade. Essa regularização, conforme discutido por Dutra, Silva e Silva (2022), não apenas evita penalidades financeiras, mas também promove uma posição vantajosa no cenário competitivo.

A redução da carga tributária foi mencionada como um sucesso notável. A busca por estratégias eficientes para otimizar os custos tributários, conforme discutido por Santos e Oliveira (2020), demonstra um compromisso não apenas com a conformidade, mas também com a eficiência financeira da empresa.

A realização de treinamentos constantes e a retirada de autuações de alto valor são indicativos claros de que o investimento na capacitação dos profissionais e no conhecimento aprofundado da legislação fiscal pode gerar retornos expressivos. A capacidade de contestar autuações com embasamento legal, conforme discutido por Durães e Ribeiro (2020), fortalece a posição da empresa diante de possíveis litígios, resultando em economias.

Além disso, a implementação bem-sucedida de um sistema de gestão integrado foi destacada como um caso de sucesso. Esse sistema, abrangendo módulos como Contabilidade, Departamento Pessoal, Fiscal, Patrimonial e Financeiro, agilizou rotinas de trabalho, proporcionando maior eficiência na gestão fiscal, rapidez e segurança nas operações diárias, conforme discutido por Bevilaqua e Teixeira (2022).

Esses relatos reforçam a necessidade estratégica de investir em práticas sólidas de *compliance* e gestão fiscal. Os sucessos evidenciam não apenas a capacidade de atender às exigências legais, mas também a contribuição dessas práticas para a performance financeira, competitividade e reputação positiva da indústria salineira em questão, conforme discutido por Pontarolo *et al.* (2020).

4.5 Futuro do *compliance* fiscal

No quadro 10 e 11, evidenciam-se as projeções dos entrevistados sobre o futuro do *compliance* fiscal nas suas empresas. Os entrevistados compartilharam planos futuros para aprimorar as práticas de gestão fiscal em suas empresas. Alguns planejam o controle interno e a geração de relatórios gerenciais (Salt 1), enquanto outros focam em áreas específicas como Fiscais, Financeiras e Contábeis (Salt 3).

Quadro 10 – Futuro do *Compliance* Fiscal

Entrevistados	Existe um planejamento futuro para aprimorar as práticas de gestão fiscal na empresa? Quais são as principais áreas de melhoria planejadas?
Salt 1	Planejamento de controle interno na parte de custos para a empresa. Na área fiscal a empresa possui uma contabilidade que em tempos e tempos informa através de reuniões alguns relatórios gerenciais de acordo com a solicitação dos gestores
Salt 3	Sim, existe. Área Fiscal, Financeira e Contábil.
Salt 4, Salt 5 Salt 2	Não

Salt 6	Melhoria de investimento em sistema para maior controle e manter as práticas adotadas, sempre atualizando quando necessário. Comprometer o departamento comercial que é relevante nesse processo
Salt 7	Estamos sempre vendo o que a de novo no mercado e na literatura para todas as áreas de nosso pessoal envolvidos na gestão fiscal.
Salt 8	Sim. Planejamos aprimorar nossa gestão tributária.

Fonte: Dados da Pesquisa

Há também um interesse em investir em sistemas para maior controle e envolver o departamento comercial no processo (Salt 6). Além disso, alguns entrevistados destacam a relevância de se manter atualizado com os lançamentos do mercado e da literatura para aprimorar as áreas de gestão fiscal (Salt 7), bem como o aprimoramento contínuo da gestão tributária (Salt 8).

No entanto, alguns entrevistados (Salt 2, Salt 4 e Salt 5) indicaram que não há planos para aprimorar as práticas de gestão fiscal em suas empresas. Essas respostas destacam a variedade de abordagens que diferentes empresas podem adotar para aprimorar suas práticas de gestão fiscal.

Os respondentes expressaram diferentes perspectivas sobre o planejamento futuro para aprimorar as práticas de gestão fiscal, conforme discutido por Bevilaqua e Teixeira (2022). O Salt 1, destaca um planejamento de controle interno na área de custos, com relatórios gerenciais sendo fornecidos pela contabilidade da empresa em reuniões periódicas. Por outro lado, o Salt 2 indica a ausência de um planejamento específico para melhorias nessa área, um desafio também identificado por Durães e Ribeiro (2020).

Por sua vez, Salt 3, destaca um planejamento futuro abrangendo as áreas financeira, fiscal e contábil. A busca por melhorias em diversos setores estratégicos sugere uma abordagem abrangente na busca pela excelência na gestão fiscal, um ponto também enfatizado por Nunes e Garbaccio (2023).

Quanto à preparação para tendências ou mudanças regulatórias no setor salineiro, as respostas variam. Alguns

respondentes demonstram desconhecimento ou incerteza sobre mudanças iminentes, enquanto outros reconhecem a constante atualização dos regulamentos estaduais e a necessidade de estar sempre alerta para essas alterações (Carvalho; Magalhães; Lima, 2023).

Quadro 11 - Futuro do *Compliance* Fiscal

Entrevistado	No seu entendimento, há tendências ou mudanças regulatórias no setor salineiro que podem afetar o <i>compliance</i> fiscal da empresa? Como a empresa está se preparando para lidar com essas mudanças?
Salt 1	Não sei informar.
Salt 2	Não sei se existe uma programação fora do meu conhecimento. Mas acredito que inicialmente deveriam investir em treinamentos para os colaboradores.
Salt 3	Sim. Os regulamentos do estado se atualizam constantemente e temos que estar sempre alerta nessas alterações.
Salt 4	Muda muito pouco, é quando a gente se adapta rápido.
Salt 5	No momento não
Salt 6	Alguns procedimentos são adotados internamente, tratando do setor salineira que são muito fechadas e individuais que em algumas vezes dificultam os processos com terceiros. A empresa para lidar com esses processos tem....
Salt 7	No momento não vislumbramos a curto prazo mudanças regulatórias no setor salineiro, mas nossa equipe está sempre atenta a possíveis mudanças e pronta para se adaptar a futuras mudanças.
Salt 8	Sim, estamos procurando maior capacitação das pessoas responsáveis pela gestão dos tributos da empresa.

Fonte: Dados da Pesquisa

Os entrevistados compartilharam diversas perspectivas sobre as tendências ou mudanças regulatórias no setor salineiro que podem afetar o *compliance* fiscal de suas empresas. Em que, Salt 2 e Salt 4, mencionam a necessidade de adaptação rápida às mudanças e o investimento em treinamentos para os colaboradores. Outros, como o Salt 3, destaca que os regulamentos do estado se atualizam constantemente, exigindo atenção constante a essas alterações.

Além disso, o Salt 6 menciona a melhoria do investimento em sistemas para controle e a necessidade de comprometer o departamento comercial no processo. O Salt 7 destaca a necessidade de se manter atualizado com as novidades do

mercado e da literatura para todas as áreas de gestão fiscal. O Salt 8 planeja aprimorar a gestão tributária da empresa.

No entanto, Salt 2, Salt 4 e Salt 5, indicam que não há planos para aprimorar as práticas de gestão fiscal em suas empresas. Essas respostas destacam a variedade de abordagens que diferentes empresas podem adotar para aprimorar suas práticas de gestão fiscal. Essas respostas também ressaltam a necessidade de estar preparado para possíveis mudanças regulatórias no setor salineiro (Silva; do Nascimento; de Melo, 2021).

No geral, há uma inclinação para aprimorar a gestão fiscal, investindo em treinamentos, atualizações e sistemas eficientes. A adaptação a mudanças regulatórias é percebida como uma necessidade, e os participantes estão dispostos a buscar conhecimento e capacitação para lidar proativamente com essas transformações. O compromisso com a inovação e o aprimoramento contínuo, conforme discutido por Santos e Oliveira (2020), destaca a estratégica atribuída à gestão fiscal na indústria salineira em questão.

5 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar as práticas de gestão fiscal e *compliance* nas indústrias salineiras do Rio Grande do Norte, identificando desafios, oportunidades e perspectivas futuras relacionadas ao cumprimento das obrigações fiscais e regulatórias do setor. Os resultados obtidos permitem afirmar que o objetivo foi plenamente alcançado, uma vez que se obteve uma compreensão abrangente dos mecanismos utilizados pelas empresas, bem como das barreiras que afetam sua efetividade.

A pesquisa também se propôs a preencher uma lacuna teórica identificada na literatura, uma vez que os estudos existentes se concentravam majoritariamente nos impactos

econômicos da produção salineira, deixando em segundo plano as dimensões tributárias e de conformidade corporativa. Ao investigar diretamente gestores e profissionais envolvidos com o setor fiscal de empresas salineiras, este trabalho trouxe evidências inéditas sobre a maturidade do *compliance* fiscal nesse segmento, respondendo à lacuna inicialmente identificada e ampliando o campo de discussão acadêmica acerca da governança corporativa em setores tradicionais da economia regional.

Entre os principais achados, destaca-se que, embora exista reconhecimento da conformidade fiscal, a implementação de práticas estruturadas de *compliance* ainda enfrenta entraves. Os resultados apontam que a resistência à mudança na cultura organizacional, a falta de treinamentos contínuos, carência de mão de obra qualificada e a elevada complexidade tributária são fatores que dificultam a adoção de controles internos eficazes. Além disso, foram identificadas variações relevantes no grau de monitoramento e de auditoria fiscal entre as empresas, revelando um cenário de assimetria e necessidade de padronização.

Por outro lado, os relatos de sucesso evidenciaram contribuições expressivas do *compliance* para a gestão empresarial, como redução de autuações fiscais, ganhos de credibilidade institucional, maior aproveitamento de incentivos tributários e investimentos em tecnologia que fortalecem a eficiência operacional. Tais achados reforçam que a gestão fiscal eficiente constitui não apenas requisito legal, mas fator competitivo para a sustentabilidade econômica da indústria salineira.

As contribuições deste estudo se desdobram em diferentes esferas. No campo organizacional, os resultados oferecem subsídios para que empresas adotem políticas integradas de *compliance* fiscal, investindo em capacitação e melhoria contínua dos processos internos. Na esfera

governamental, as evidências obtidas podem apoiar o desenvolvimento de incentivos e programas de orientação que contribuam para a simplificação tributária e fortalecimento da relação fisco-contribuinte. No âmbito acadêmico, o estudo avança ao fornecer análises empíricas sobre um setor ainda pouco investigado na literatura de contabilidade e governança.

Reconhece-se, entretanto, que a pesquisa apresenta limitações, entre elas a amostra reduzida e restrita ao contexto potiguar, além da subjetividade inerente à abordagem qualitativa. Dessa forma, recomenda-se que futuras investigações ampliem o número de empresas envolvidas, explorem comparações com outras regiões salineiras brasileiras e incorporem métodos quantitativos para mensurar o impacto financeiro do *compliance* fiscal. Sugere-se, ainda, que estudos futuros investiguem o papel das tecnologias digitais e da automação tributária como ferramentas de profissionalização da gestão fiscal no setor.

Por fim, conclui-se que a implementação estruturada do *compliance* fiscal representa um caminho estratégico e necessário para o fortalecimento da indústria salineira do Rio Grande do Norte, contribuindo para sua competitividade e sustentabilidade no cenário nacional. Espera-se que as evidências apresentadas neste trabalho sirvam de base para reflexões e avanços contínuos, estimulando a adoção de práticas responsáveis, éticas e alinhadas às exigências regulatórias e de mercado.

Referências

ALMEIDA, F. et al. Sistema tributário nacional e seu impacto na competitividade das empresas de pequeno porte do Rio Grande do Norte. **Revista Gestão & Conexões**, v. 6, n. 2, p. 1-19, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/issue/view/874> Acesso em: 21 ago. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BEVILAQUA, R. D.; TEIXEIRA, C. S. Prospecção Tecnológica de Soluções de Compliance Tributário. **Caderno de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia**, v. 4, n. 1, p. 41-49, 2022. <https://doi.org/10.21166/cpitt.v4i1.3122>

CRISÓSTOMO, V. L.; GIRÃO, A. M. C. Análise do compliance das empresas brasileiras às boas práticas de governança corporativa. **Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, v. 11, n. 2, p. 40-64, 2019. <http://10.21680/2176-9036.2019v11n2ID16369>

DAL MAGRO, C. B. et al. Compliance às boas práticas de governança corporativa e o gerenciamento de resultados por atividades reais nas empresas listadas na B3. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 17, p. e2317-e2317, 2023. <https://doi.org/10.9771/rcufba.v17i1.53886>

DE CARVALHO, A. L. C. B.; MAGALHÃES, Á. de A. A.; LIMA, R. A. Compliance e os seus impactos à luz da responsabilidade social e governança corporativa. **Revista Semestral de Direito Empresarial**, n. 32, p. 113-140, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rsde/article/view/79111> Acesso em: 21 dez. 2023.

DE OLIVEIRA, B. B.; GERMINARI, J. P. Compliance fiscal: diminuição de riscos e aumento de competitividade no mundo corporativo. **Scientia Iuris**, v. 24, n. 1, p. 78-98, 2020. <https://doi.org/10.5433/2178-8189.2020v24n1p78>

DURÃES, C. N.; RIBEIRO, M. D. F. O compliance no brasil e a responsabilidade empresarial no combate à corrupção. **Revista Direito em Debate**, v. 29, n. 53, p. 69-78, 26 maio 2020. <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2020.53.69-78>.

DUTRA, L Z.; SILVA, M. G.; SILVA, S. C. O papel do compliance nas sociedades limitadas para gestão de riscos empresariais. **Revista Direito, Globalização e Transnacionalidade**, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://pejur.com.br/revistaojs/index.php/rdgt/article/view/11/2> Acesso em: 11 ago. 2023.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

HAAS, K. R; VIEIRA, E. P.; BRIZOLLA, M. M. B. Apontamentos da auditoria interna e de compliance em uma cooperativa de

crédito e seus reflexos na qualificação dos controles internos. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 21, 2020.

<http://doi.org/10.21714/2178-8030gep.v.21.6227>

MACHADO, A. P. A verdadeira alíquota dos tributos incidentes sobre os lucros das empresas brasileiras.

Anais... Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 35.

MARTINS, A. R. et al. Consulta fiscal e conformidade cooperativa na receita federal do Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 16, n. 46, p. 207-220, 2023. DOI:

<https://doi.org/10.5281/zenodo.8423611>

MELO, M. P. et al. Economia do sal no Rio Grande do Norte: tendências e perspectivas. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 50, n. 1, p. 107-130, 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. Editora Hucitec, 2020.

MOREIRA, C. S. et al. Gerenciamento tributário: um estudo de caso em uma empresa do ramo salineiro localizada no município de Areia Branca -RN. **Revista de Informação Contábil**, n. 20, p. 1-20, 2020.

<https://doi.org/10.34629/ric.v14i0.e-020002>.

MOTA, J. Da S. Utilização Do Google Forms Na Pesquisa Acadêmica. **Revista Humanidades E Inovação** v.6, n.12, p. 5-10, 2019. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1106> Acesso em: 07 dezembro 2023.

NUNES, R. V.; GARBACCIO, G. Compliance cooperativo entre o fisco e o contribuinte. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 126, 2023.

<https://doi.org/10.9732/2023.V126.865>.

OLIVEIRA, A. S. et al. A utilização do compliance contábil na gestão de pessoas: uma revisão de literatura. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 11, p. 1135-1156, 2023.

<https://doi.org/10.51891/rease.v9i11.12435>

PONTAROLO, M. C. C. et al. Cadeia produtiva de sal do Rio Grande do Norte: modelagem, objetivos, processos, atores e recursos alinhados para o crescimento. **Revista Gestão Industrial**, v. 16, n. 3, 2020.

<http://dx.doi.org/10.3895/gi.v16n3.9999>.

SANTOS, D. G. dos. OLIVEIRA, A. S. de. Agressividade fiscal e a lucratividade nas empresas do setor de energia elétrica do Brasil. **Revista Catarinense Da Ciência Contábil**, v. 19, 2020. <https://doi.org/10.16930/2237-766220203044>

SICILIANA, I. D. N. Aspectos da Indústria 4.0 e a aplicação no Compliance Tributário. **J² Jornal Jurídico**, v. 3, n. 2, p. 029-040, 2021. Disponível em: <https://revistas.ponteditora.org/index.php/j2/article/view/466>. Acesso em: 14 dez. 2023.

SILVA, S. L. P.; COSTA, W. P.; NASCIMENTO, I. C. S. A indústria salineira do Rio Grande do Norte: análise de fatores para o desenvolvimento. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 292-323, 2023. <http://dx.doi.org/10.3895/rbpd.v12n2.11914>.

SILVA, S. L. P.; DO NASCIMENTO, I. C. S.; DE MELO, G. C. V. O Aglomerado Produtivo da Indústria Salineira do Rio Grande do Norte. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 55, p. 285-305, 2021. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2021.55.11360>.

TAKEZAWA, F. A. F. G.; PASTRE, L. C.; COSTA, E. C. da. Os desafios e as influências do compliance na gestão de pessoas. **Revista Interface Tecnológica**, v. 19, n. 2, p. 406-417, 2022. <http://DOI:10.31510/infa.v19i2.1444>.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2015.

VESOLOSKI, S. P.; ZAMBAM, N. J. O Compliance nas relações de trabalho: mecanismo de prevenção e redução de condutas desvantajosas para a garantia dos direitos sociais. **Scientia Iuris**, v. 26, n. 3, p. 145-160, 2022. <https://doi.org/10.5433/2178-8189.2022v26n3p145-160>

VITALIS, A. Compliance fiscal e regulação fiscal cooperativa. **Revista Direito GV**, v. 15, n. 1, p. e1904, 2019. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201904>

YAMASAKI, B. M.; SCATOLIN, C. L. ESG e Compliance: benefícios de sua aplicação nas pequenas e médias empresas. **J²–Jornal Jurídico**, v. 6, n. 2, p. 79-88, 2023. <https://doi.org/10.29073/j2.v6i2.776>



Capítulo 03

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CONTADOR: um Estudo com Discentes de Ciências Contábeis

Alice Mikaelle Macedo da Costa

Graduação em Ciências Contábeis pela UERN

E-mail: alicemikaelly160@gmail.com

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Doutorado em Geografia

E-mail: sergiopedrosa@uern.br

Camila Karen Alves Pedrosa

Mestra em Administração

E-mail: cmilakarenn21@gmail.com

Wênika Preston Leite Batista da Costa

Pós-doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: wenykaleite@uern.br

Jandeson Dantas da Silva

Doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: jandesondantas@uern.br

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Resumo

Diante das transformações no ensino contábil e da crescente demanda por profissionais capazes de aliar teoria e prática, esta pesquisa analisou a relevância do estágio supervisionado na formação profissional de estudantes de Ciências Contábeis. O estudo, de natureza quantitativa, descritiva e transversal, foi realizado com 80 discentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Aplicou-se um questionário estruturado em escala Likert, e os dados foram tratados por meio de estatística descritiva, teste de Mann-Whitney e correlação de Spearman. Os resultados apontaram médias elevadas nas dimensões aplicação prática (4,3) e competências técnicas (4,2), demonstrando percepção positiva quanto à efetividade do estágio supervisionado. Verificou-se correlação moderada ($\rho = 0,52$) entre aplicação prática e empregabilidade, indicando que a vivência

profissional contribui para a autoconfiança e a inserção no mercado de trabalho. Já as dimensões estrutura curricular (3,1) e supervisão docente (3,7) apresentaram menores avaliações, sugerindo oportunidades de aprimoramento institucional. O estudo oferece subsídios para aprimorar a articulação entre ensino e prática nas Instituições de Ensino Superior.

Palavras-chave: estágio supervisionado; prática contábil; formação profissional; ciências contábeis; mercado de trabalho.

1 Introdução

O ensino contábil brasileiro tem passado por transformações nas últimas décadas, impulsionado pela expansão do ensino superior, pela incorporação de novas tecnologias e pelas exigências crescentes do mercado de trabalho. Nesse contexto, a formação do contador precisa ultrapassar a transmissão de conhecimentos técnicos, exigindo o desenvolvimento de competências práticas, éticas e analíticas que possibilitem atuar de maneira eficaz em um ambiente profissional dinâmico e competitivo. As DCNs do Curso de Ciências Contábeis (Resolução CNE/CES nº 10/2004) estabelecem que o egresso deve ser capaz de articular teoria e prática, interpretar fenômenos econômicos e sociais e aplicar instrumentos contábeis com visão crítica e interdisciplinar, o que reforça a centralidade da prática formativa no processo educativo (Steigleder; Pereira, 2023).

A prática contábil, por meio do estágio supervisionado, constitui um mecanismo essencial de integração entre o conhecimento acadêmico e o ambiente organizacional. Ao vivenciar situações reais de trabalho, o estudante consolida aprendizagens, desenvolve autonomia e compreende a aplicação concreta dos princípios e normas contábeis. Autores, como Barbosa (2023), Carmo e Oliveira (2024) e Santos, Tarocco Filho e Santos (2024), indicam que o estágio supervisionado favorece o desenvolvimento de competências técnicas e

comportamentais, contribuindo para a formação integral e para a inserção profissional do futuro contador.

Apesar dessa constatação, ainda se observa uma distância entre o que é ensinado nas instituições de ensino e o que é efetivamente demandado pelo mercado de trabalho. Essa divergência entre teoria e prática pode dificultar a inserção profissional e reduzir a autoconfiança dos egressos, o que reforça a necessidade de investigações empíricas sobre o impacto das experiências práticas na formação discente (Monteiro; Pereira, 2024). Nesse sentido, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: de que forma o estágio supervisionado contribui para a formação e para a empregabilidade dos estudantes de Ciências Contábeis?

Estudos anteriores abordaram essa temática sob perspectivas complementares. Barbosa (2023) conduziu uma pesquisa qualitativa com discentes de instituições públicas, apontando o estágio como elemento de consolidação da aprendizagem prática. Carmo e Oliveira (2024) realizaram um estudo de caso que evidenciou o papel da supervisão docente na integração entre teoria e prática. Franchi, Leal e Ferreira (2023) desenvolveram uma pesquisa exploratória sobre a relação entre práticas formativas e motivação discente, enquanto Monteiro e Pereira (2024) apresentaram uma análise descritiva que relaciona o estágio ao desenvolvimento de competências profissionais. Tais estudos, embora consistentes, não examinaram quantitativamente a relação entre prática contábil e percepção de empregabilidade, lacuna que o presente trabalho busca preencher.

Diante desse problema, o estudo tem como objetivo analisar a contribuição do estágio supervisionado para a formação profissional e para a percepção de empregabilidade de discentes dos cursos de Ciências Contábeis da UERN e da

UFERSA. De modo específico, pretende-se: (i) caracterizar o perfil dos estudantes participantes; (ii) identificar suas percepções quanto à aplicação prática dos conhecimentos teóricos e ao desenvolvimento de competências técnicas; e (iii) avaliar as relações entre experiência prática, motivação e empregabilidade percebida.

A pesquisa justifica-se pela relevância científica e formativa do tema, uma vez que pode subsidiar o aprimoramento das práticas pedagógicas e a reestruturação curricular dos cursos de Ciências Contábeis, em consonância com as demandas contemporâneas do mercado e com as orientações das DCNs. Além disso, os resultados obtidos podem oferecer subsídios a gestores acadêmicos, coordenadores de curso e docentes na elaboração de estratégias de ensino integradas e voltadas à prática profissional. Dessa forma, a investigação busca fortalecer a articulação entre universidade e mercado de trabalho, reafirmando o papel do estágio supervisionado como eixo central na formação de contadores competentes, éticos e socialmente comprometidos.

A estrutura do estudo compreende cinco seções. A primeira apresenta a introdução, com o tema, o problema, os objetivos e a justificativa da pesquisa. A segunda expõe o referencial teórico, abordando os fundamentos da prática contábil, as competências exigidas do contador e o papel do estágio supervisionado no ensino superior. A terceira descreve o método utilizado, incluindo a natureza da pesquisa, o instrumento de coleta de dados e os procedimentos de análise estatística. A quarta seção apresenta e discute os resultados obtidos, e a quinta reúne as considerações finais, sintetizando os principais achados, as contribuições e as sugestões para estudos futuros.

2 Referencial teórico

2.1 A formação prática no ensino contábil

O ensino contábil brasileiro tem passado por um processo de expansão e consolidação, impulsionado pelas exigências do mercado de trabalho e pela necessidade de formar profissionais capazes de interpretar fenômenos econômicos e sociais de maneira crítica. As DCNs do Curso de Ciências Contábeis, estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 10/2004, orientam que o contador deve desenvolver competências técnicas, conceituais e interpessoais que integrem teoria e prática, permitindo-lhe atuar eticamente e com eficiência em diferentes contextos organizacionais.

Os estudos analisados indicam consenso quanto à centralidade da formação prática no desenvolvimento de habilidades que ultrapassam o domínio técnico. Conforme Franchi, Leal e Ferreira (2023), a vivência prática permite ao discente compreender a aplicação concreta dos princípios contábeis e desenvolver autonomia profissional. Carmo e Oliveira (2024) acrescentam que o aprendizado aplicado amplia a capacidade de análise crítica e fortalece a articulação entre conhecimento teórico e situações do exercício profissional. Dessa forma, a prática contábil deve ser compreendida como elemento indissociável do processo de aprendizagem, contribuindo para a consolidação da identidade profissional do futuro contador.

A formação prática também potencializa o desenvolvimento de competências transversais, como liderança, comunicação e resolução de problemas, consideradas no contexto organizacional contemporâneo. Santos, Tarocco Filho e Santos (2024) observam que o contador contemporâneo precisa lidar com sistemas informatizados, relatórios automatizados e auditorias digitais, o que requer vivência operacional e capacidade de adaptação. Barbosa (2023) destaca que as experiências práticas aproximam o

estudante da realidade profissional e favorecem a percepção da responsabilidade ética nas decisões financeiras. De forma complementar, Monteiro e Pereira (2024) argumentam que o aprendizado prático fortalece a autoconfiança profissional, aspecto relevante na transição entre os ambientes acadêmico e laboral.

Além disso, o ensino contábil contemporânea demanda a integração das práticas pedagógicas com as dimensões tecnológica e sustentável. Steigleder e Pereira (2023) defendem a adoção de metodologias ativas, como estudos de caso e simulações, capazes de tornar o processo de aprendizagem dinâmico e contextualizado. Nessa perspectiva, Carmo e Oliveira (2024) ressaltam que o ambiente de estágio constitui espaço propício à inovação, em que o discente pode experimentar soluções tecnológicas e gerenciais aplicadas à contabilidade. Silva *et al.* (2024) complementa que a integração entre prática e tecnologia contribui para a formação de profissionais aptos a lidar com os desafios da economia digital e da governança corporativa.

2.2 A formação do contador e as competências profissionais

A atuação do contador no cenário contemporâneo demanda um conjunto ampliado de competências, que excede a dimensão técnica tradicional. As DCNs do Curso de Ciências Contábeis enfatizam que o egresso deve ser capaz de compreender o ambiente organizacional e social, utilizar tecnologias da informação, interpretar demonstrações financeiras e tomar decisões fundamentadas em princípios éticos e de responsabilidade social (Monteiro; Pereira, 2024).

Nesse contexto, Franchi *et al.* (2023) ressaltam que a formação prática constitui instrumento essencial para o desenvolvimento de competências complexas, como análise crítica e resolução de problemas em contextos reais. Carmo

e Oliveira (2024) acrescentam que o estágio e outras atividades práticas favorecem o aprimoramento de habilidades interpessoais, de trabalho em equipe e de comunicação, que se somam ao conhecimento técnico para a formação integral do profissional.

As novas exigências do mercado de trabalho têm levado as instituições de ensino a reformularem suas estratégias pedagógicas, buscando articulação entre o conteúdo acadêmico e as demandas empresariais. Barbosa (2023) observa que a formação do contador deve contemplar experiências que estimulem a tomada de decisão e a análise de cenários econômicos. Steigleder e Pereira (2023) complementam que as práticas supervisionadas contribuem para o desenvolvimento da responsabilidade e da autonomia, competências indispensáveis à atuação profissional contemporânea. Santos, Tarocco Filho e Santos (2024), acrescentam que, ao vivenciar a rotina organizacional, o discente adquire maturidade para lidar com dilemas éticos e situações de pressão, o que fortalece sua formação profissional e humana.

A construção de competências profissionais, por sua vez, requer um ambiente educacional que promova a reflexão sobre a prática e o *feedback* contínuo. Franchi et al. (2023) apontam que a aprendizagem se torna efetiva quando o estudante recebe acompanhamento sistemático do professor orientador, favorecendo a correção de erros e a consolidação dos conceitos. De acordo com Carmo e Oliveira (2024), o papel do docente deve ultrapassar a dimensão técnica, assumindo função formativa e orientadora. Barbosa (2023) reforça que a interação entre aluno e orientador é determinante para que o estágio se configure como processo de aprendizagem crítica, e não apenas como atividade de caráter burocrático.

2.3 O estágio supervisionado e sua função formativa

O estágio supervisionado configura uma etapa essencial da formação acadêmica em Ciências Contábeis, por possibilitar a inserção do discente em situações reais de trabalho. De acordo com Barbosa (2023), essa experiência é decisiva para o amadurecimento profissional, pois estimula o estudante a aplicar o conhecimento adquirido e a enfrentar os desafios da prática contábil de forma crítica e responsável.

A Lei nº 11.788/2008, conhecida como Lei do Estágio, define o estágio como ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, destinado à preparação para o exercício profissional. Essa norma diferencia o estágio obrigatório, previsto no projeto pedagógico do curso, e o estágio não obrigatório, de caráter opcional, mas igualmente formativo. No curso de Ciências Contábeis, o estágio supervisionado integra o currículo obrigatório e tem como finalidade assegurar a articulação entre teoria e prática, conforme estabelecido nas DCNs.

Além de favorecer o aprendizado técnico, o estágio supervisionado atua como espaço de desenvolvimento pessoal e profissional. Monteiro e Pereira (2024) destacam que a vivência prática permite ao aluno compreender o papel social da contabilidade e as implicações éticas de suas decisões. Silva *et al.* (2024) acrescenta que o estágio proporciona o primeiro contato com a realidade das organizações, despertando no discente senso de responsabilidade e comprometimento com a qualidade da informação contábil. Carmo e Oliveira (2024) observam que a interação com profissionais experientes amplia a compreensão do estudante sobre o funcionamento das empresas e as demandas do mercado.

Outro aspecto de destaque refere-se à supervisão docente, que estabelece o elo entre o aprendizado acadêmico e o desempenho no campo de estágio. Franchi *et al.* (2023) enfatizam que a orientação adequada é condição essencial

para que o estágio alcance seus objetivos formativos. Martins *et al.* (2022) acrescenta que o acompanhamento do orientador assegura que a experiência prática seja conduzida conforme princípios éticos e pedagógicos, favorecendo o aprendizado reflexivo. Palácios e Perboni (2023) complementa que o estágio deve ser entendido como processo contínuo de aprendizagem, no qual a reflexão crítica sobre as atividades desenvolvidas é tão relevante quanto a execução das tarefas.

De modo integrado, o estágio supervisionado deve ser compreendido não apenas como requisito curricular, mas como processo pedagógico de formação profissional, que leva o estudante a refletir sobre sua prática, desenvolver competências éticas e aprimorar o raciocínio contábil. A relação entre ensino e prática constitui, portanto, o fundamento da formação de contadores capazes de interpretar a realidade econômica com senso crítico e responsabilidade social (Monteiro; Pereira, 2024; Silva *et al.*, 2024).

As pesquisas analisadas permitem constatar que a prática contábil, materializada no estágio supervisionado, representa um eixo estruturante da formação profissional. As abordagens teóricas convergem ao indicar que a experiência prática consolida o aprendizado, fortalece a autonomia e aprimora as competências previstas nas DCNs. Dessa forma, compreender a percepção dos discentes sobre o estágio supervisionado é fundamental para avaliar a efetividade do processo formativo e identificar oportunidades de aprimoramento no ensino contábil brasileiro (Campos, 2023).

2.4 Estudos anteriores sobre o tema

Estudos têm examinado o papel da prática contábil e do estágio supervisionado na formação do contador, evidenciando a preocupação das instituições de ensino com a integração entre o conhecimento teórico e a experiência prática. Barbosa

(2023) destaca, em pesquisa qualitativa com discentes de universidades públicas, que o estágio é percebido como momento de consolidação do aprendizado teórico, no qual conceitos abstratos são convertidos em situações concretas de trabalho. Essa percepção é compartilhada por Carmo e Oliveira (2024), que, ao analisarem relatórios de estágio, identificaram que os estudantes atribuem significado à formação quando aplicam os conteúdos aprendidos em contextos organizacionais reais.

A relação entre prática contábil e desenvolvimento de competências profissionais tem sido amplamente discutida. Palácios e Perboni (2023), em pesquisa exploratória com alunos de diferentes regiões do país, observaram que a vivência prática fortalece competências técnicas e comportamentais, como raciocínio analítico, responsabilidade e trabalho em equipe. Para os autores, a inserção precoce em ambientes corporativos estimula a autoconfiança e o senso de responsabilidade profissional. De modo convergente, Silva et al. (2024) argumenta que a prática supervisionada aprimora as habilidades técnicas e contribui para o amadurecimento ético e a construção da identidade profissional, ao permitir que o estudante compreenda o impacto social das práticas contábeis.

No âmbito institucional, Monteiro e Pereira (2024) ressaltam que o estágio supervisionado atua como elo entre a universidade e o mercado de trabalho, aproximando o processo formativo das demandas empresariais contemporâneas. Os autores apontam que a efetividade dessa integração depende da qualidade da supervisão docente e da estrutura curricular. Essa perspectiva dialoga com Carmo e Oliveira (2024), que identificaram a necessidade de acompanhamento contínuo por parte dos professores orientadores, para que a prática deixe de ser operacional e se torne reflexiva e pedagógica.

Sob o ponto de vista pedagógico, Barbosa (2023) e Franchi *et al.* (2023) defendem que o estágio supervisionado deve ser entendido como espaço de aprendizagem ativa, capaz de articular saberes teóricos, tecnológicos e éticos. Para ambos, a prática supervisionada ultrapassa o cumprimento de carga horária, constituindo etapa essencial para o desenvolvimento de competências críticas e para a formação de profissionais socialmente responsáveis. Essa concepção é reforçada por Arrais e Silva (2021), ao afirmar que a prática contábil representa o primeiro contato do discente com as exigências do mercado, contribuindo para reduzir a distância entre a formação acadêmica e a atuação profissional.

Os estudos revisados também evidenciam desafios recorrentes. Monteiro e Pereira (2024) observaram que muitos estudantes enfrentam limitações estruturais nos locais de estágio, o que restringe as oportunidades de aprendizagem. Carmo e Oliveira (2024) acrescentam que a ausência de acompanhamento contínuo compromete a integração teoria-prática, transformando o estágio em atividade de execução mecânica. Por outro lado, Barbosa (2023) sustenta que o envolvimento ativo do orientador e a criação de espaços de reflexão podem reverter esse quadro, tornando o estágio uma experiência formativa e transformadora.

De modo geral, as pesquisas analisadas convergem ao reconhecer o estágio supervisionado como ferramenta estratégica de aprendizagem e de inserção profissional no campo contábil. Os estudos de Franchi *et al.* (2023), Silva *et al.* (2024) e Barbosa (2023) demonstram que a prática contábil fortalece o vínculo entre teoria e realidade, estimula o desenvolvimento de competências e amplia as possibilidades de empregabilidade. Apesar dos avanços observados, permanece o desafio de consolidar uma cultura pedagógica que valorize o estágio como parte indissociável do currículo, e não apenas como requisito obrigatório. Assim,

o conjunto das pesquisas indica a necessidade de repensar o ensino contábil brasileiro sob a perspectiva da prática formativa, tornando o processo de ensino-aprendizagem dinâmico, crítico e conectado às demandas da profissão (Campos, 2023).

3 Método

O presente estudo teve como objetivo analisar a prática contábil, por meio do estágio supervisionado, na formação profissional de estudantes do curso de Ciências Contábeis. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa, de caráter descritivo e de recorte transversal, uma vez que os dados foram coletados em um único momento, conforme orientam Gil (2019) e Hair *et al.* (2022). Essa abordagem permitiu mensurar percepções, identificar padrões de associação entre variáveis e obter evidências objetivas sobre a contribuição da prática contábil na formação acadêmica.

O estudo foi conduzido com discentes dos cursos de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), instituições que possuem tradição na formação contábil e ênfase em atividades práticas em suas matrizes curriculares. A amostra foi composta por 80 estudantes matriculados nos períodos finais dos cursos, sétimo e oitavo períodos na UERN e do quinto ao sétimo na UFERSA, todos com experiências prévias em práticas contábeis ou estágio supervisionado. A seleção da amostra foi intencional, considerando que esses participantes dispõem de condições de avaliar a articulação entre teoria e prática, conforme recomendam Lakatos e Marconi (2017) em estudos voltados a públicos específicos.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado, elaborado na plataforma Google Formulários e

aplicado no mês de agosto de 2025. O instrumento foi desenvolvido com base nos estudos de Barbosa (2023), Carmo e Oliveira (2024) e Silva *et al.* (2024), que abordam a relação entre formação acadêmica, prática profissional e empregabilidade no contexto contábil.

O questionário foi organizado em três blocos temáticos, conforme apresentado no Quadro 1, abrangendo desde o perfil sociodemográfico dos participantes até dimensões relacionadas à prática profissional, motivação e empregabilidade.

Quadro 1 - Estrutura e fundamentação do questionário aplicado

Bloco	Conteúdo abordado	Objetivo	Autores de referência
I - Perfil sociodemográfico	Idade, gênero, instituição de ensino e situação profissional.	Identificar o perfil e contexto dos respondentes.	–
II - Formação e motivação	Percepção sobre a contribuição da prática contábil, motivação e aplicação dos conhecimentos teóricos.	Avaliar o impacto da prática na formação e engajamento discente.	Barbosa (2023)
III - Habilidades e empregabilidade	Avaliação das competências técnicas, uso de tecnologias, supervisão docente e adequação curricular.	Analisar o desenvolvimento de habilidades e a percepção de empregabilidade.	Carmo e Oliveira (2024); Silva <i>et al.</i> (2024)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

As variáveis do questionário foram estruturadas em escala do tipo Likert de cinco pontos, variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), o que possibilitou mensurar o grau de concordância dos discentes em relação às afirmações apresentadas. Esse formato viabilizou a realização de análises quantitativas comparativas entre os diferentes eixos avaliados, conforme as orientações de Hair *et al.* (2022) para pesquisas de mensuração de percepções.

Antes da aplicação definitiva, o questionário foi submetido a uma avaliação de clareza e pertinência de conteúdo, conduzida por dois docentes especialistas em Contabilidade e Metodologia Científica, com o objetivo de assegurar a adequação das questões aos objetivos da pesquisa. Esse procedimento teve como finalidade garantir a validade de conteúdo do instrumento, conforme recomendam Hair *et al.* (2022) e Sampieri, Collado e Lucio (2013), ao destacarem a validação prévia de instrumentos de mensuração em estudos quantitativos.

A análise estatística dos dados foi realizada por meio de procedimentos descritivos e inferenciais, com o uso dos softwares SPSS (versão 29) e Jamovi. Inicialmente, aplicou-se a estatística descritiva, com o cálculo de frequências absolutas e relativas, médias e desvios-padrão, a fim de caracterizar o perfil da amostra e descrever as principais tendências das respostas. Posteriormente, as variáveis da escala Likert foram agrupadas em seis dimensões temáticas, aplicação prática, competências técnicas, motivação, empregabilidade, estrutura curricular e supervisão docente, o que permitiu obter uma visão integrada da percepção discente.

A etapa seguinte envolveu o uso de testes não paramétricos, adequados às características da amostra e à escala ordinal dos dados. O teste de Mann-Whitney U foi empregado para comparar médias entre grupos independentes, como gênero e instituição de ensino, permitindo verificar diferenças de percepção entre os respondentes. Já o coeficiente de correlação de Spearman (ρ) foi utilizado para examinar associações entre variáveis ordinais, entre experiência prévia de estágio e motivação, bem como entre aplicação prática dos conhecimentos e percepção de empregabilidade.

As técnicas selecionadas são amplamente recomendadas por Field (2020) e Dancey e Reidy (2019), devido à robustez em amostras pequenas e à dispensa de pressupostos de normalidade. A combinação entre análises descritivas e correlações possibilitou compreender com profundidade as relações entre a formação prática e os fatores motivacionais e profissionais dos estudantes, revelando tendências e associações relevantes para o aperfeiçoamento do ensino contábil.

A seguir, apresenta-se uma síntese das principais etapas de análise realizadas no estudo, relacionando os procedimentos estatísticos adotados aos objetivos específicos da pesquisa, conforme indicado no Quadro 2.

Quadro 2 - Etapas da análise estatística e respectivos objetivos

Etapas da análise	Procedimentos realizados	Objetivo da etapa
1. Estatística descritiva	Cálculo de médias, frequências e desvios-padrão.	Descrever o perfil da amostra e as tendências das respostas.
2. Análise das dimensões Likert	Agrupamento das variáveis em seis eixos temáticos.	Identificar percepções predominantes sobre prática, competências e empregabilidade.
3. Testes de correlação e comparação	Mann-Whitney U e Spearman (ρ).	Verificar diferenças e associações entre grupos e variáveis.

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Essas etapas possibilitaram a descrição das características da amostra e a identificação de relações entre a vivência prática e a empregabilidade percebida, além de evidenciar o efeito positivo do estágio supervisionado sobre a motivação e o desenvolvimento de competências técnicas dos discentes.

Por fim, destaca-se que a pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), assegurando anonimato, confidencialidade e voluntariedade

aos participantes. Todos os respondentes foram previamente informados sobre os objetivos do estudo e manifestaram concordância em participar mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2 Análise dos resultados

2.1 Perfil da Amostra

A amostra da pesquisa foi composta por estudantes dos cursos de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do UERN e da UFERSA, abrangendo discentes entre o quinto e o oitavo períodos, que já haviam tido contato direto com atividades práticas ou estágio supervisionado.

Os resultados descritivos indicaram que a maioria dos participantes é vinculada à UERN (aproximadamente 70%), enquanto 30% pertencem à UFERSA, evidenciando a predominância de respondentes da instituição estadual, conforme apresentado na Tabela 1.

Em relação ao gênero, observou-se o predomínio do feminino (cerca de 56%), seguido pelo masculino (41%) e por 3% de participantes que preferiram não informar. Esse resultado está alinhado ao perfil nacional dos cursos de Ciências Contábeis, nos quais se verifica participação expressiva de mulheres, conforme apontam levantamentos recentes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2025).

Tabela 1 - Distribuição dos respondentes por variáveis sociodemográficas

Variável	Categoria	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Instituição	UERN	56	70,0
	UFERSA	24	30,0
Gênero	Feminino	45	56,0
	Masculino	33	41,0
	Prefiro não informar	2	3,0
Faixa etária	21 a 25 anos	50	62,0

Variável	Categoria	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Situação profissional	26 a 30 anos	21	26,0
	Acima de 30 anos	9	12,0
	Sim, na área contábil	24	30,0
	Sim, em outra área	12	15,0
	Não atua profissionalmente	44	55,0

Fonte: dados da pesquisa (2025)

Em relação ao gênero, observou-se o predomínio do feminino (cerca de 56%), seguido pelo masculino (41%) e por 3% de participantes que preferiram não informar. Esse resultado está alinhado ao perfil nacional dos cursos de Ciências Contábeis, nos quais se verifica participação expressiva de mulheres, conforme apontam levantamentos recentes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2025).

No que se refere à faixa etária, constatou-se que a maioria dos estudantes tem entre 21 e 25 anos (62%), enquanto 26% possuem idade entre 26 e 30 anos e 12% têm mais de 30 anos. Essa distribuição reflete um público predominantemente jovem, em fase de conclusão da graduação e inserção inicial no mercado de trabalho.

Quanto à situação profissional, identificou-se que 45% dos discentes já estavam inseridos no mercado, sendo 30% atuando diretamente na área contábil e 15% em outros setores. Os demais 55% declararam não possuir vínculo empregatício no momento da pesquisa.

Esses resultados evidenciam a heterogeneidade da amostra, composta tanto por estudantes com experiência prática consolidada quanto por aqueles que ainda buscam oportunidades de inserção profissional. Essa diversidade favorece uma análise abrangente sobre a prática contábil na formação dos futuros contadores e sua influência na percepção de empregabilidade.

4.2 Análise das Variáveis da pesquisa

Para avaliar as percepções dos discentes sobre a prática contábil na formação profissional, as variáveis do questionário foram analisadas por meio de escala do tipo Likert, com pontuação variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). Esse tipo de escala permite mensurar o grau de concordância dos participantes em relação a afirmações previamente estruturadas, possibilitando o cálculo de médias, desvios-padrão e frequências acumuladas para cada item, conforme recomendam Gil (2019) e Hair *et al.* (2022) em estudos quantitativos de caráter descritivo.

As variáveis foram agrupadas em seis dimensões temáticas, aplicação prática, competências técnicas, motivação, empregabilidade, estrutura curricular e supervisão docente, conforme a matriz de fundamentação teórica descrita na seção metodológica da pesquisa. Essa estrutura busca captar, de forma integrada, as percepções dos estudantes sobre a articulação entre teoria e prática, bem como sobre a qualidade da formação e o papel do estágio supervisionado como elo de integração profissional, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Resultados das Questões Likert: médias, desvios-padrão e interpretação

Dimensão	Variável avaliada	Média	Desvio-padrão	Interpretação
Aplicação prática	'Tive oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos em sala.'	4,3	0,7	Alta percepção de integração teoria-prática.
Competências técnicas	'Desenvolvi habilidades com softwares e raciocínio analítico.'	4,2	0,8	Consolidação de competências profissionais e tecnológicas.
Motivação	'A prática aumentou minha motivação e satisfação com o curso.'	4,0	0,9	Elevação do engajamento e identificação com a formação.

Dimensão	Variável avaliada	Média	Desvio-padrão	Interpretação
Empregabilidade	'As atividades práticas facilitaram minha inserção no mercado de trabalho.'	3,9	1,0	Percepção positiva de contribuição à empregabilidade.
Estrutura curricular	'A matriz curricular está alinhada às exigências do mercado.'	3,1	1,1	Indício de desalinhamento entre conteúdo e prática profissional.
Supervisão docente	'Estou satisfeito com a orientação recebida durante o estágio.'	3,7	0,9	Satisfação moderada com o acompanhamento docente.

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Os resultados evidenciaram médias elevadas nas dimensões 'aplicação prática' (4,3) e 'competências técnicas' (4,2), indicando que os estudantes reconhecem o estágio supervisionado e as práticas contábeis como elementos determinantes para a consolidação do aprendizado teórico em contextos reais de trabalho. Esse achado confirma as observações de Marques Filho *et al.* (2022), para quem o estágio supervisionado representa um momento decisivo na formação do contador, ao possibilitar a aplicação concreta dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso e o desenvolvimento de habilidades técnicas essenciais à atuação profissional.

De modo convergente, Carmo e Oliveira (2024) apontam que a vivência prática potencializa o desenvolvimento de competências analíticas e tecnológicas, favorecendo a capacidade de adaptação às exigências do mercado contábil. Essa perspectiva é corroborada pelos resultados deste estudo, que demonstram elevado nível de concordância dos discentes quanto ao domínio de softwares e ao raciocínio lógico-analítico, competências consideradas centrais para a formação contemporânea em Ciências Contábeis.

No eixo motivacional, a média obtida (4,0) sugere que a prática contábil contribui para o engajamento e a

satisfação com o curso, corroborando Barbosa (2023), que identificou a elevação da motivação discente quando o processo formativo proporciona experiências práticas e aplicabilidade dos conteúdos teóricos. Esse fator mostra-se relevante para a redução da evasão e para a promoção de uma aprendizagem, fundamentada em vivências concretas e colaborativas.

Em relação à empregabilidade, a média de 3,9 indica percepção positiva quanto à contribuição das atividades práticas para a inserção no mercado de trabalho. Tal evidência converge com Silva *et al.* (2024), que enfatiza a capacitação contínua e o papel das práticas formativas na ampliação da empregabilidade dos egressos. Segundo o autor, as experiências de estágio e vivências laboratoriais reduzem o descompasso entre a formação universitária e as demandas do ambiente corporativo.

Por outro lado, a dimensão referente à estrutura curricular apresentou média inferior (3,1), sugerindo que parte dos discentes percebe certo desalinhamento entre o conteúdo programático e as exigências do mercado. Essa constatação coincide com as observações de Souza e Arruda (2021) e Monteiro e Pereira (2024), que ressaltam a necessidade de atualização contínua das matrizes curriculares e de integração entre disciplinas teóricas e práticas profissionais.

A variável relacionada à supervisão docente obteve média intermediária (3,7), indicando satisfação moderada dos estudantes quanto ao acompanhamento e à orientação recebidos durante as atividades práticas. Embora a maioria reconheça a relevância do docente na mediação entre teoria e prática, parte dos participantes aponta a ausência de acompanhamento sistemático, no que se refere ao feedback e à articulação entre os estágios e as disciplinas profissionais, aspecto também mencionado por Duarte *et al.* (2024).

De modo geral, os resultados reforçam o entendimento de que o estágio supervisionado e as práticas contábeis constituem instrumentos formativos essenciais para a consolidação das competências técnicas e comportamentais dos futuros contadores, ampliando a percepção de empregabilidade e a capacidade de inserção no mercado de trabalho. As médias obtidas confirmam que a vivência prática representa um diferencial competitivo, em consonância com as proposições de Franchi, Leal e Ferreira (2023) e Barros *et al.* (2022), que defendem a integração entre a formação acadêmica e as demandas tecnológicas e profissionais do ambiente contábil contemporâneo.

4.3 Correlações e Cruzamentos Entre Variáveis

Embora o presente estudo tenha caráter descritivo, optou-se por realizar correlações e cruzamentos simples entre variáveis, a fim de enriquecer a discussão dos resultados e compreender as relações existentes entre o perfil, as experiências práticas e as percepções dos discentes. Para tanto, foram empregados os testes Mann-Whitney U, utilizado para comparação de médias entre dois grupos independentes, e Spearman (ρ), aplicado à verificação de correlações monotônicas entre variáveis ordinais, conforme recomenda Field (2020) para amostras não paramétricas.

Essas análises possibilitaram investigar se fatores individuais, como gênero, instituição de origem e experiência prévia de estágio, influenciam as percepções dos estudantes sobre prática contábil, motivação e empregabilidade. Além disso, buscou-se identificar a existência de associação direta entre a aplicação prática dos conhecimentos e a percepção de inserção profissional no mercado, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Correlações e cruzamentos entre variáveis de perfil e percepção dos discentes

Cruzamento de Variáveis	Teste Estatístico Utilizado	Resultado e Interpretação
Gênero × Percepção da prática contábil	Mann-Whitney U	Diferença não significativa ($p > 0,05$). As médias semelhantes entre homens e mulheres indicam percepção homogênea sobre a relevância da prática profissional.
Instituição (UERN × UFERSA) × Empregabilidade percebida	Mann-Whitney U	Diferença marginal ($p \approx 0,07$). Estudantes da UERN apresentaram média ligeiramente superior (4,0) à UFERSA (3,8), sugerindo percepção um pouco positiva sobre a inserção no mercado.
Experiência prévia de estágio × Motivação pelo curso	Correlação de Spearman ($\rho = 0,41$; $p < 0,01$)	Correlação positiva moderada. Alunos com experiência prática demonstraram maior motivação e engajamento com a formação acadêmica.
Aplicação prática × Empregabilidade percebida	Correlação de Spearman ($\rho = 0,52$; $p < 0,01$)	Correlação positiva moderada. Quanto maior a percepção de aplicação dos conhecimentos teóricos, maior é a sensação de preparo e empregabilidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Os resultados indicam que não há diferenças estatisticamente significativas entre os gêneros quanto à valorização da prática contábil, o que evidencia que a percepção sobre a relevância do estágio supervisionado é amplamente compartilhada por homens e mulheres. Essa homogeneidade reforça a compreensão de que a vivência prática é percebida como componente essencial e transversal da formação contábil, independentemente de fatores pessoais. Esse achado corrobora as conclusões de Santana et al. (2021) e Gomes (2023), ao ressaltarem que o estágio favorece a integração entre teoria e prática e promove o amadurecimento profissional do discente.

Em relação às instituições pesquisadas, observou-se pequena diferença entre UERN e UFERSA quanto à percepção de empregabilidade. Embora o resultado não tenha alcançado significância estatística, os alunos da UERN apresentaram

médias ligeiramente superiores, possivelmente em razão da tradição do curso e da estrutura curricular mais orientada à prática profissional. Esse achado dialoga com Souza e Arruda (2021), que destacam currículos alinhados às demandas do mercado e do papel mediador do docente na formação profissional.

A correlação positiva moderada entre experiência prévia de estágio e motivação pelo curso ($p = 0,41$) demonstra que a vivência prática contribui diretamente para o engajamento e a satisfação dos estudantes, reforçando as evidências de Barbosa (2023) e Duarte *et al.* (2024) acerca do papel motivacional das experiências aplicadas na permanência e no desempenho acadêmico.

O resultado expressivo foi a correlação entre aplicação prática dos conhecimentos e empregabilidade percebida ($p = 0,52$), indicando que os alunos que se percebem aptos a aplicar a teoria no ambiente profissional tendem a sentir-se preparados para ingressar no mercado de trabalho. Esse achado confirma a hipótese de Carmo e Oliveira (2024) de que o estágio supervisionado constitui o principal mecanismo de transposição didática entre teoria e prática, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas e a segurança necessária ao exercício profissional.

De modo geral, as correlações demonstram que a vivência prática não apenas amplia a percepção de empregabilidade, mas também fortalece o vínculo do estudante com o curso e com a profissão contábil, em consonância com as evidências apresentadas por Franchi, Leal e Ferreira (2023) e Barros *et al.* (2022), que ressaltam o papel das experiências aplicadas no desenvolvimento de competências comportamentais, analíticas e tecnológicas.

4.4 Síntese Interpretativa dos Resultados

A análise estatística dos dados permitiu compreender de forma abrangente a percepção dos discentes sobre a prática contábil e sua contribuição para a formação profissional. Os resultados evidenciaram que a vivência prática exerce influência positiva sobre o desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e tecnológicas, além de fortalecer a motivação e o engajamento acadêmico dos estudantes.

As médias elevadas observadas nas dimensões 'aplicação prática' (4,3) e 'competências técnicas' (4,2) reforçam o entendimento de que o estágio supervisionado e as práticas formativas constituem mecanismos eficazes de consolidação do aprendizado teórico, conforme apontam Marques Filho *et al.* (2022) e Carmo e Oliveira (2024).

Na dimensão aplicação prática, os resultados confirmam as observações de Carmo e Oliveira (2024), ao demonstrarem que a prática contábil é percebida pelos discentes como fator essencial para consolidar o conhecimento teórico. De modo convergente, Franchi, Leal e Ferreira (2023) argumentam que a vivência em ambientes reais favorece o aprendizado, permitindo ao aluno compreender o impacto de suas ações profissionais. Assim, verifica-se que o estágio supervisionado atua como ponte entre o conteúdo acadêmico e a realidade organizacional.

Constatou-se predominância de estudantes da UERN (70%) em relação à UFERSA (30%), evidenciando que a amostra é majoritariamente composta por discentes vinculados à instituição estadual. Essa representatividade reforça o papel histórico da UERN na formação contábil regional, justificando a ênfase dos resultados sobre a realidade do ensino público potiguar, conforme salientado por Barbosa (2023).

No tocante às competências técnicas, a elevada média dessa dimensão corrobora os achados de Barbosa (2023) e Paula *et al.* (2022), que ressaltam o papel do estágio na

consolidação das competências instrumentais e no domínio das ferramentas tecnológicas aplicadas à contabilidade. Para esses autores, a prática supervisionada estimula o desenvolvimento do raciocínio analítico e da precisão técnica, aspectos fundamentais para a atuação contábil contemporânea.

Na dimensão motivação, o nível expressivo identificado reforça o argumento de Franchi *et al.* (2023) de que a experiência prática desperta engajamento e senso de pertencimento nos discentes. De forma complementar, Carmo e Oliveira (2024) destacam que o contato direto com a realidade profissional amplia o interesse pelo curso e fortalece a percepção de propósito, tornando o aprendizado dinâmico e contextualizado.

Verificou-se ainda correlação moderada e positiva ($\rho = 0,52$) entre a aplicação prática dos conhecimentos e a percepção de empregabilidade, demonstrando que os alunos que se sentem capazes de aplicar a teoria em contextos reais percebem-se preparados para o mercado de trabalho. Esse resultado corrobora Silva *et al.* (2024) e Franchi, Leal e Ferreira (2023), ao evidenciarem que a prática contábil representa elo estratégico entre a formação acadêmica e a inserção profissional, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e da autoconfiança.

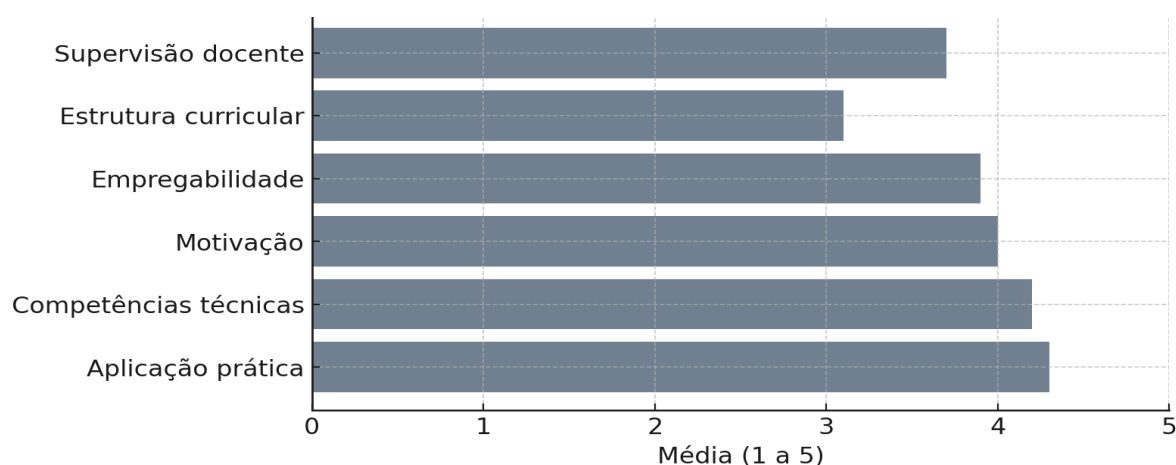
No que se refere à empregabilidade, o resultado confirma Carmo e Oliveira (2024), ao demonstrar que a prática contábil exerce influência direta sobre a percepção de empregabilidade, fortalecendo a autoconfiança e a prontidão profissional dos estudantes. Em consonância, Monteiro e Pereira (2024) argumentam que o estágio supervisionado funciona como elo entre universidade e mercado, preparando o discente para enfrentar as exigências do ambiente organizacional.

Entretanto, aspectos como adequação da matriz curricular (média 3,1) e supervisão docente (média 3,7) revelaram avaliações intermediárias, sinalizando a necessidade de aperfeiçoamento institucional. Essa percepção reforça as observações de Souza e Arruda (2021) e Monteiro e Pereira (2024), que destacam a urgência de atualização curricular contínua e de ampliação da carga horária prática, a fim de assegurar integração entre disciplinas teóricas e atividades aplicadas.

Na dimensão estrutura curricular, a avaliação modesta observada está em consonância com as considerações de Moura e Souza (2024), que defendem a necessidade de atualização permanente das matrizes curriculares para garantir sintonia entre o conteúdo acadêmico e as demandas do mercado de trabalho. Para Carmo e Oliveira (2024), a defasagem entre teoria e prática permanece como um dos principais desafios da formação contábil, exigindo revisões pedagógicas integradas.

Por fim, na dimensão supervisão docente, os resultados convergem com as conclusões de Barbosa (2023), que destaca a mediação ativa do professor no processo de estágio. De acordo com Franchi et al. (2023), a orientação contínua garante que o estágio cumpra sua função educativa, evitando que se restrinja à mera execução de tarefas. Paula et al. (2022) acrescenta que a presença efetiva do orientador é determinante para transformar a prática em experiência reflexiva e formativa, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Médias das Dimensões da Pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

O Gráfico 1 demonstra médias elevadas nas dimensões 'aplicação prática' (4,3) e 'competências técnicas' (4,2), indicando percepção amplamente favorável quanto ao papel da prática contábil na consolidação do aprendizado teórico. Por outro lado, a dimensão 'estrutura curricular' apresentou a menor média (3,1), sugerindo necessidade de revisão da matriz formativa, conforme argumentam Moura e Souza (2024) ao defenderem currículos dinâmicos e integrados às demandas do mercado.

Ao comparar as percepções dos discentes da UERN e da UFERSA, verificou-se padrão de resultados semelhante nas principais dimensões analisadas, sobretudo em aplicação prática e desenvolvimento de competências técnicas. Embora diferenças discretas tenham sido observadas, com ligeira vantagem média para os estudantes da UERN nas dimensões de motivação e supervisão docente, os dados indicam que ambas as instituições oferecem experiências formativas consistentes, capazes de integrar teoria e prática profissional.

Essa convergência reflete o comprometimento das duas universidades com o fortalecimento do estágio supervisionado como instrumento pedagógico e formador, em consonância com as DCNs (Resolução CNE/CES nº 10/2004) e com os achados de

Franchi *et al.* (2023) e Barbosa (2023), que destacam a relevância da prática contábil para o desenvolvimento da empregabilidade, da autonomia e da formação crítica do discente.

3 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a prática contábil, o estágio supervisionado, na formação profissional de estudantes do curso de Ciências Contábeis da UERN e da UFERSA. A partir dos resultados obtidos, conclui-se que o objetivo proposto foi plenamente alcançado, uma vez que as análises evidenciaram a influência das atividades práticas sobre o desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e profissionais, contribuindo para uma formação sólida e alinhada às demandas do mercado de trabalho.

A pesquisa buscou preencher uma lacuna teórica na literatura nacional, ao tratar, sob uma abordagem quantitativa, da influência do estágio supervisionado sobre a formação e a empregabilidade discente. Enquanto a maioria dos estudos anteriores adotou enfoques qualitativos ou se restringiu à dimensão técnica do estágio, este trabalho ampliou a discussão ao integrar variáveis como motivação, supervisão docente e adequação curricular, permitindo compreender de forma abrangente o papel da prática contábil na trajetória acadêmica dos estudantes. Essa abordagem conferiu ao estudo alcance científico ampliado, ao oferecer evidências empíricas que reforçam o estágio supervisionado como elo entre teoria e exercício profissional.

Os principais resultados apontaram médias elevadas nas dimensões 'aplicação prática' (4,3) e 'competências técnicas' (4,2), demonstrando que os estudantes reconhecem o estágio supervisionado como oportunidade efetiva de

aplicar o conhecimento adquirido e aprimorar suas habilidades. Observou-se, ainda, correlação positiva e moderada ($\rho = 0,52$) entre aplicação prática dos conhecimentos e percepção de empregabilidade, indicando que a vivência em contextos reais de trabalho contribui para o fortalecimento da autoconfiança e da inserção profissional. Em contrapartida, as dimensões 'estrutura curricular' (3,1) e 'supervisão docente' (3,7) apresentaram avaliações modestas, o que sugere a necessidade de ajustes institucionais e pedagógicos voltados ao acompanhamento dos estágios e à atualização dos currículos de Ciências Contábeis.

Esses achados possuem relevância prática e educacional, pois indicam caminhos concretos para o aprimoramento da formação contábil. Os resultados oferecem subsídios para que coordenadores de curso e docentes aperfeiçoem práticas pedagógicas e curriculares, fortalecendo a integração entre teoria e prática. Além disso, a pesquisa contribui socialmente ao promover reflexão sobre o papel das instituições de ensino na preparação de profissionais éticos, críticos e tecnicamente competentes, capazes de responder às transformações do ambiente organizacional contemporâneo.

Reconhece-se, contudo, que a investigação apresenta limitações inerentes ao tamanho da amostra e ao recorte geográfico, restrito a duas instituições do estado do Rio Grande do Norte, o que impede generalizações amplas. Ainda assim, os resultados obtidos mostram-se relevantes e consistentes, indicando tendências que podem orientar novas investigações. Sugere-se que estudos futuros ampliem o número de participantes e instituições, adotando abordagens mistas (quantitativas e qualitativas) e incorporando variáveis relacionadas à inovação tecnológica, ética profissional e sustentabilidade, a fim de aprofundar a

compreensão dos impactos da prática contábil sobre o desempenho acadêmico e profissional.

Portanto, a consolidação de experiências práticas no ensino contábil constitui não apenas uma exigência curricular, mas um compromisso com a formação integral e ética do futuro contador. Ao demonstrar empiricamente o papel do estágio supervisionado como instrumento de integração entre universidade e mercado de trabalho, este estudo reafirma a relevância de um ensino contábil dinâmico, interdisciplinar e socialmente responsável, capaz de fortalecer a profissão e preparar contadores aptos a enfrentar os desafios e transformações do século XXI.

Referências

ARRAIS, A. A. M.; SILVA, D. M. S. O estágio supervisionado em ensino de Ciências como espaço para a mobilização dos saberes docentes. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 13, n. 26, p. 79-92, jan./abr. 2021.

<https://doi.org/10.31639/rbpfp.v13i26.397>

BARBOSA, Tiago Alves. Percepções dos estudantes de Ciências Contábeis a respeito da sua formação acadêmica em relação às exigências do mercado de trabalho na cidade de Serrinha-BA. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, Bahia, v. 12, n. 3, p. 131-145, 2023. Disponível em:

<https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/3102> Acesso em: 21 fev. 2025.

BARROS, André Lucas Ferreira et al. A visão dos escritórios frente à contabilidade digital e suas exigências. **Unama**, v. 13, p. 1-27, nov. 2022. Disponível em:

<https://revistas.unama.br/index.php/coloquio/article/view/2795> Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024.**

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 28 mar. 2024.

Disponível em:

<https://www.abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4657/resolucao-cne-ces-n-1>. Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428

da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 26 ago. 2025.

CAMPOS, T. G. W.; PEREIRA, S. dos R. B. A importância do estágio nos anos iniciais para a formação docente. **JNT**, v. 3, n. 46, p. 176-195, out. 2023. Disponível: <https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/2541/0> Acesso em 18 fev. 2025.

CARMO, L. M. A.; OLIVEIRA, M. C. de S.. A percepção dos alunos de Ciências Contábeis da região Cariri sobre a conexão entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, São Paulo, v. 10, n. 12, p. 1853-1873, 2024. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i12.17390>

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Statistics without maths for psychology**. 7. ed. Harlow: Pearson, 2019.

DUARTE, E. W. S. et al. Disciplinas de estágio supervisionado e suas contribuições como ferramenta de capacitação para o mercado de trabalho: um estudo sobre a percepção dos discentes universitários. **Lumen et Virtus**, Paraíba, v. XV, n. XLI, p. 5239-5257, 2024. Doi: <https://doi.org/10.56238/levv15n41-027>

FIELD, A. **Discovering statistics using IBM SPSS Statistics**. 5. ed. London: SAGE, 2020.

FRANCHI, M.; LEAL, E. A.; FERREIRA, M. A. Percepções de estudantes de Ciências Contábeis sobre a relação entre as habilidades requeridas pelo mercado de trabalho e as aptidões adquiridas no curso. **Pensar Contábil**, Minas Gerais, v. 25, n. 87, p. 49-60, 2023. Disponível: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/4210> Acesso em 8 fev. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Leite Natanielle de Oliveira. A relevância do estágio curricular supervisionado na formação docente. **Diversitas Journal**, v. 8, n. 1, p. 196-203, jan./mar. 2023. <https://doi.org/10.48017/dj.v8i1.2340>

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R. et al. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES FILHO, E. G. *et al.* Estágio supervisionado e sua contribuição para a formação do contador: um estudo de caso no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Piauí. **Cadernos da Pedagogia**, Piauí, v. 16, n. 36, p. 308-325, set./dez. 2022. Disponível em: <https://cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1602> Acesso em; 24 fev. 2025.

MARTINS, D. C. B. *et al.* **Dificuldades enfrentadas pelos estudantes de Ciências Contábeis na inserção do mercado de trabalho**: um estudo com estudantes da Unoesc dos municípios de Pinhalzinho, Maravilha e São Miguel do Oeste – Santa Catarina. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, São Miguel do Oeste, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/30413>. Acesso em: 27 fev. 2025.

MONTEIRO, M. R.; PEREIRA, T. P. **Teoria e prática**: a importância do trabalho na área contábil durante a graduação de Ciências Contábeis. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2024. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/3404>. Acesso em: 3 abr. 2025.

MOURA, L.; SOUZA, J. **Perspectivas dos discentes de Ciências Contábeis em relação ao mercado de trabalho**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró/RN, 2024. Disponível em: <https://repositorio.apps.uern.br/xmlui/handle/123456789/307>. Acesso em: 3 mar. 2025.

PALÁCIOS, K. C. M.; PERBONI, F. **Estágio curricular supervisionado obrigatório em foco**: percepções de docentes do curso de Pedagogia da UFMS/CPNV. *Anais*, v. 5, n. 5, ago. 2023. Disponível: <https://anaisonline.uems.br/index.php/seminarioformacaodoce nte/article/view/8969> Acesso em: 21 fev. 2025.

PAULA, F. F. S. *et al.* Panorama sobre a história e evolução da contabilidade no Brasil. **Libertas**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 1-52, jan./jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.famig.edu.br/index.php/libertas/article/view/207> Acesso em: 3 mar. 2025.

SANTANA, F. B. et al. Uma análise da percepção acadêmica de Ciências Contábeis sobre o estágio supervisionado frente à inserção mercadológica. **ENIAC**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 39-58, fev./ago. 2021.

<https://doi.org/10.22567/rep.v10i1.768>

SANTOS, N. G. M; TAROCCO FILHO, J.; SANTOS, C. K. S. Competências requeridas ao contador: um estudo acerca da percepção dos escritórios de contabilidade e estudantes de ciências contábeis de Monte Carmelo-MG. **Cadernos da FUCAMP**, v. 27, 2024. Disponível em:

<https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3417> . Acesso em: 26 out. 2025.

SILVA, A. A. et al. A tecnologia contábil e a necessidade de qualificação no mercado de trabalho: pesquisa de campo no município de Piripiri-PI. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 25, p. 38-53, 2024. Disponível em:

<https://revistadetalento.domalberto.edu.br/index.php/contabilidade/article/view/> . Acesso em: 26 out. 2025.

SOUZA, F. A.; ARRUDA, P. H. T. Competências e habilidades demandadas em um profissional contábil atuante em escritório de contabilidade e como elas se relacionam às Diretrizes Curriculares Nacionais propostas para o curso superior. **Pensar Acadêmico**, Manhauçu, v. 19, n. 3, p. 800-831, set./dez. 2021.

<https://doi.org/10.21576/pa.2021v19i3.1968>

STEIGLEDER, C. L.; PEREIRA, T. P. **A contabilidade e o mercado de trabalho: o perfil de empregabilidade profissional dos egressos do curso de Ciências Contábeis da FACCAT**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2023. Disponível em:

<https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/2831> . Acesso em: 28 mai. 2025.



Capítulo 04

COMPETÊNCIAS DO CONTADOR NO RIO GRANDE DO NORTE: O QUE O MERCADO EXIGE

Jefte Lucas Feliciano de Lima

Graduação em Ciências Contábeis pela UERN
E-mail: jeftelucas@alu.uern.br

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Doutorado em Geografia
E-mail: sergiopedrosa@uern.br

Camila Karen Alves Pedrosa

Mestra em Administração
E-mail: cmilakarenn21@gmail.com

Wênyka Preston Leite Batista da Costa

Pós-doutorado em Ciências Contábeis
E-mail: wenykaleite@uern.br

Jandeson Dantas da Silva

Doutorado em Ciências Contábeis
E-mail: jandesondantas@uern.br

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorado em Administração e Controladoria
E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorado em Administração e Controladoria
E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Resumo

Este estudo analisa as competências demandadas pelo mercado de trabalho para contadores no estado do Rio Grande do Norte, abrangendo dimensões técnicas, digitais e comportamentais. A pesquisa, de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, utilizou análise documental de 50 anúncios de vagas coletados entre abril e agosto de 2025 em quatro plataformas de recrutamento: Indeed, Catho, InfoJobs e Empregos RN. A análise de conteúdo permitiu identificar as competências recorrentes e compará-las com a literatura e com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Ciências Contábeis. Os resultados indicaram maior concentração de oportunidades nas áreas contábil e fiscal/tributária, com predominância de cargos de analista

e valorização de profissionais que combinam domínio técnico e capacidade analítica. As competências técnicas frequentes foram escrituração, conciliações contábeis, apuração de tributos e obrigações acessórias digitais (SPED, EFD-Reinf, eSocial). Quanto às competências digitais, destacou-se a demanda por softwares de gestão integrada e Excel avançado. Entre as competências comportamentais, sobressaíram comunicação eficaz, trabalho em equipe, proatividade, responsabilidade e ética profissional. As remunerações situaram-se majoritariamente entre R\$ 2.800 e R\$ 4.500, enquanto funções de supervisão e gerência ultrapassaram R\$ 5.000, frequentemente acompanhadas de benefícios adicionais. Conclui-se que o mercado potiguar requer um perfil que integre domínio técnico-regulatório, fluência digital e habilidades socioemocionais. Os achados fornecem subsídios para o alinhamento entre formação acadêmica e exigências do mercado, com potencial de ampliar a empregabilidade e qualificar a atuação contábil no estado.

Palavras-chave: competências; contábil; mercado de trabalho.

1 Introdução

O mercado de trabalho contábil tem passado por transformações decorrentes da digitalização, da automação de processos e das mudanças regulatórias. Essas transformações exigem do profissional contábil domínio técnico, bem como habilidades analíticas, estratégicas e comportamentais, configurando um perfil adaptável e multifacetado (Molter, 2022; Araújo; Nobre; Silva, 2024). Nesse contexto, compreender as competências demandadas torna-se necessário tanto para profissionais que buscam inserção e reconhecimento quanto para instituições de ensino que precisam adequar seus currículos às exigências contemporâneas (Aguiar, 2023; Correia; Wanderley; Diamante et al., 2024).

Estudos anteriores buscaram compreender essas exigências sob diferentes perspectivas regionais e temáticas. Alves et al. (2016), ao analisarem anúncios de emprego em Minas Gerais, identificaram a predominância de vagas operacionais, embora já houvesse indícios de

valorização de competências interdisciplinares e tecnológicas. Meurer e Voese (2020) ressaltaram a relevância das chamadas *soft skills*, como comunicação e pensamento crítico, ao investigarem vagas na área de custos. Santos e Tabosa (2020), por sua vez, verificaram fragilidades percebidas por estudantes concluintes em áreas como controladoria e perícia, indicando um descompasso entre a formação acadêmica e as expectativas do mercado.

Nessa mesma direção, Tostes *et al.* (2024) analisaram o contexto do Rio Grande do Norte e constataram que as vagas priorizam conhecimentos práticos e rotinas aplicadas, enquanto a formação universitária permanece concentrada em conteúdos técnicos tradicionais. Apesar da contribuição desses estudos, ainda persiste uma lacuna: faltam análises atualizadas e sistemáticas sobre as competências e habilidades atualmente demandadas nas vagas para contadores no estado, sobretudo diante dos avanços da digitalização e das transformações decorrentes da pandemia. Assim, compreender o alinhamento ou desalinhamento entre mercado, formação acadêmica e tendências globais constitui uma necessidade para a academia e para os profissionais em exercício.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como problema de pesquisa a seguinte questão: quais são as principais competências e habilidades demandadas pelo mercado de trabalho para contadores no Rio Grande do Norte? Para respondê-la, foi desenvolvida uma análise documental das vagas disponíveis em plataformas de recrutamento, confrontando as competências exigidas pelo mercado com as diretrizes acadêmicas e a literatura especializada.

O objetivo geral consiste em analisar, com base em anúncios de emprego, as principais competências técnicas e comportamentais exigidas dos contadores no Rio Grande do Norte. Especificamente, pretende-se identificar as

habilidades recorrentes nas vagas e na literatura, examinar a influência das tecnologias digitais sobre o perfil profissional contábil e comparar as exigências do mercado com as diretrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis. Além disso, o estudo propõe um paralelo com a pesquisa de Alves et al. (2016), realizada em Minas Gerais, ampliando a compreensão do tema em diferentes contextos regionais.

A pesquisa contribui para o diagnóstico atualizado das demandas do mercado contábil potiguar, oferecendo subsídios aos profissionais que buscam inserção ou aperfeiçoamento e apoio às instituições de ensino que visam adequar suas matrizes curriculares às demandas do mercado de trabalho (Lira; Gomes; Musial, 2021; Santos; Tarocco Filho; Santos, 2024).

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: a seção 2 apresenta o referencial teórico, abordando a evolução do mercado contábil, as competências exigidas, o impacto da tecnologia e a relação entre formação e prática profissional; a seção 3 descreve os procedimentos metodológicos adotados; a seção 4 discute os resultados obtidos a partir da análise das vagas e da literatura revisada; e, por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais, destacando as principais conclusões e implicações do estudo para a academia e o mercado.

2 Referencial teórico

2.1 Mercado de trabalho contábil e suas transformações

A contabilidade, enquanto prática social e científica, apresenta uma trajetória histórica marcada por transformações contínuas. Desde os primeiros registros rudimentares de transações realizados por escribas nas

civilizações antigas até a sistematização das partidas dobradas por Luca Pacioli em 1494, a profissão consolidou-se como elemento fundamental para a organização econômica e o processo de tomada de decisões (Caetano Neto *et al.*, 2023).

A formalização do ensino contábil no Brasil, com a criação dos cursos superiores por meio do Decreto-Lei nº 7.988/1945 e a regulamentação da profissão pelo Decreto-Lei nº 9.295/1946, representou um marco na consolidação da carreira no país, conferindo ao contador responsabilidades técnicas e sociais que extrapolam o simples registro de operações financeiras (Brasil, 1945, 1946).

Ao longo do século XX, mudanças econômicas e sociais, como a industrialização e a expansão das organizações, ampliaram a relevância do contador no ambiente corporativo. Com a globalização e a convergência das normas internacionais de contabilidade, intensificou-se a necessidade de profissionais capazes de lidar com a complexidade regulatória, a diversidade legislativa e a crescente demanda por transparência e governança corporativa (Oliveira *et al.*, 2024).

Nesse cenário, a profissão passou a exigir, além das habilidades técnicas de escrituração, competências analíticas, estratégicas e interpretativas, considerando a ampliação da atuação contábil em diferentes setores público, privado e terceiro setor que demandam flexibilidade e capacidade de adaptação (Duarte; Gonçalves; Góis, 2021). Ademais, a informatização e o uso de sistemas digitais consolidaram a contabilidade como instrumento de gestão e suporte à tomada de decisões, tornando indispensável ao contador a atualização constante e a ampliação de suas atribuições para além do registro contábil (Souza Júnior *et al.*, 2022).

O avanço da digitalização e a disseminação de tecnologias automatizadas e inteligentes promoveram uma

reconfiguração no mercado de trabalho contábil. O uso de sistemas integrados, automação de rotinas e inteligência artificial deslocou o contador de uma função predominantemente operacional para uma atuação consultiva e estratégica, centrada na análise de dados, gestão de informações e apoio à tomada de decisão (Souza Júnior et al., 2022). Essa mudança, ao mesmo tempo em que amplia o campo de atuação profissional, exige adaptação contínua às ferramentas tecnológicas e atualização constante diante das novas regulamentações que acompanham a transformação digital (Caetano Neto et al., 2023).

No contexto brasileiro e de modo particular no estado do Rio Grande do Norte, tais transformações manifestam-se de forma específica. O mercado regional, caracterizado por empresas de pequeno e médio porte e pela crescente inserção em ambientes digitais, demanda profissionais capazes de conciliar competências técnicas às exigências locais, como o cumprimento de obrigações acessórias e o domínio de plataformas digitais de escrituração fiscal e trabalhista. Dessa forma, o contador potiguar destaca-se pela capacidade de acompanhar as inovações tecnológicas e responder às demandas de um ambiente econômico competitivo e regulado.

Em síntese, o mercado de trabalho contábil configura-se como dinâmico e em constante evolução, influenciado por fatores históricos, sociais, econômicos e tecnológicos. Essas transformações evidenciam a necessidade de compreender como tais mudanças se refletem no contexto regional do Rio Grande do Norte, onde as organizações exigem do contador atualização técnica, flexibilidade e visão estratégica para atuar de forma eficaz em um cenário de transformação permanente.

2.2 Competências técnicas e comportamentais do contador

O mercado de trabalho contemporâneo tem exigido dos contadores um conjunto ampliado de competências, que ultrapassam o domínio técnico tradicional e incorporam habilidades comportamentais, conhecidas como *soft skills*. Essa tendência decorre das transformações nos ambientes econômico, tecnológico e regulatório, que redefiniram o perfil esperado do profissional contábil, agora compreendido como agente estratégico dentro das organizações (dos Santos et al., 2024). De acordo com Tostes et al. (2024), a formação universitária deve preparar o contador não apenas para executar tarefas técnicas, mas também para atuar de forma crítica, ética e adaptável, contribuindo para a tomada de decisões em contextos dinâmicos e desafiadores.

No âmbito das competências técnicas, destacam-se o domínio das normas contábeis nacionais e internacionais, a elaboração de relatórios financeiros, o conhecimento tributário e a utilização de softwares de contabilidade e sistemas integrados de gestão. Conforme Sousa e Arantes (2022), as diretrizes da International Federation of Accountants (IFAC), expressas nas Normas Internacionais de Educação (IES 2, 3 e 4), orientam que a formação contábil deve garantir habilidades técnicas consolidadas, associadas a competências profissionais e valores éticos. Essa orientação delineia um perfil profissional no qual o contador alia domínio normativo à capacidade analítica e de aplicação prática do conhecimento em diferentes contextos organizacionais (Siddiqui, 2025).

Por sua vez, as competências comportamentais assumem papel central na empregabilidade. Estudo conduzido por Santos, Tarocco Filho e Santos (2024) demonstrou que os empregadores atribuem relevância a características como responsabilidade, proatividade, ética e trabalho em equipe do que ao conhecimento técnico isolado. Esse resultado evidencia a valorização de um perfil híbrido, no qual o

contador combina expertise técnica com habilidades interpessoais, comunicação eficaz e pensamento crítico, atendendo às exigências de um mercado que busca profissionais capazes de gerar valor estratégico às organizações (Suarta *et al.*, 2024).

Dessa forma, constata-se que as exigências atuais configuram uma redefinição do papel do contador: de um executor de rotinas operacionais para um agente ativo na gestão, na análise e no processo decisório. Esse movimento impõe novos desafios à formação acadêmica, que precisa incorporar metodologias e práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento simultâneo de competências técnicas e comportamentais (Siddiqui, 2025; Suarta *et al.*, 2024).

Em síntese, as competências do contador no século XXI não podem ser analisadas de maneira fragmentada. O mercado demanda profissionais com sólida base técnica, mas que também desenvolvam habilidades comportamentais essenciais para lidar com a complexidade organizacional e com a transformação digital em curso. Essa integração constitui um diferencial competitivo para o profissional e representa um desafio contínuo para as instituições formadoras e para a própria profissão contábil (Lang, 2024).

2.3 Impactos da transformação digital no perfil profissional

A revolução digital tem se configurado como um dos principais vetores de transformação do mercado de trabalho contábil. A incorporação de sistemas informatizados, automação de processos e tecnologias emergentes, como inteligência artificial e business intelligence (BI), modificou o perfil do contador contemporâneo. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), implantado no Brasil em 2007, representa um marco nesse processo, ao introduzir agilidade, padronização e transparência aos registros

contábeis e fiscais, exigindo dos profissionais domínio de plataformas digitais e capacidade de interpretação normativa (Lang, 2024).

Essas transformações deslocaram o papel do contador de uma função predominantemente operacional, voltada à escrituração e ao cumprimento de obrigações, para uma atuação estratégica, centrada na análise crítica de informações e na assessoria à gestão empresarial. A integração de sistemas Enterprise Resource Planning (ERP) e Sistemas de Informação Contábil ampliou as atribuições do contador, que passou a ser responsável não apenas por registrar, mas também por interpretar dados em tempo real, contribuindo para processos decisórios em ambientes de negócios dinâmicos (Fernandes et al., 2025; Oliveira et al., 2024).

Além da automação de tarefas repetitivas, a inteligência artificial tem potencializado a capacidade da contabilidade de gerar diagnósticos rápidos e previsões com base em grandes volumes de dados. Nesse contexto, o contador precisa reposicionar-se profissionalmente, desenvolvendo pensamento crítico, inteligência emocional e visão multidisciplinar, que se tornam diferenciais para lidar com cenários complexos e mutáveis. Assim, a tecnologia não substitui o contador, mas redefine suas funções, reposicionando-o como consultor estratégico, capaz de integrar conhecimento técnico, análise de dados e comunicação eficaz com diferentes públicos (Loaiza; Rigobon, 2025; Oliveira et al., 2024).

Esse novo contexto traz desafios expressivos, sobretudo quanto à necessidade de atualização constante. Diante da rápida obsolescência de sistemas e práticas, o profissional da contabilidade deve investir em formação contínua para preservar sua competitividade. Oliveira et al. (2024) ressaltam que a transformação digital, embora amplie oportunidades, também impõe pressões sobre a formação

acadêmica e a prática profissional, pois a adoção de novas tecnologias requer competências que precisam ser desenvolvidas ainda na graduação.

Desse modo, os impactos da transformação digital sobre o perfil do contador revelam um processo de transição que desloca a profissão de uma atuação centrada na execução de tarefas manuais para um papel orientado à análise estratégica da informação. O futuro da contabilidade dependerá da capacidade dos profissionais de se adaptar às inovações tecnológicas, de incorporar competências consultivas e de ampliar a formação interdisciplinar (Fernandes *et al.*, 2025; Oliveira *et al.*, 2024).

No contexto do Rio Grande do Norte, esse movimento adquire relevância específica, impulsionado pela expansão dos negócios digitais e pela consequente demanda por suporte contábil especializado, capaz de atender às exigências de um ambiente econômico regional competitivo e em constante transformação.

2.4 Formação, mercado de trabalho e estudos correlatos

A formação acadêmica em Ciências Contábeis desempenha papel central no desenvolvimento das competências exigidas pelo mercado de trabalho. Entretanto, diversos estudos apontam a persistência de um descompasso entre os currículos ofertados pelas instituições de ensino superior e as habilidades demandadas pelos empregadores. Embora os cursos tenham avançado na consolidação de uma base técnica consistente, ainda existem lacunas na formação de competências comportamentais, tecnológicas e estratégicas, amplamente valorizadas no ambiente profissional (Delfino *et al.*, 2021; Sousa; Arantes, 2022).

As DCNs para o curso de Ciências Contábeis, reformuladas pela Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2021,

ênfatizam que a formação do contador deve abranger, além do domínio técnico, a capacidade de análise crítica, a integração multidisciplinar e o uso de tecnologias digitais aplicadas à contabilidade. Também reforçam o desenvolvimento de competências socioemocionais, éticas e comunicacionais, preparando o egresso para atuar em contextos dinâmicos e desafiadores (Tostes *et al.*, 2024).

Contudo, pesquisas recentes indicam que muitos cursos ainda permanecem excessivamente centrados em conteúdos técnico-operacionais, enquanto o mercado demanda profissionais com perfil ampliado, capazes de exercer pensamento crítico, habilidades analíticas e domínio de ferramentas digitais (Almeida *et al.*, 2024; Araújo, 2025). Nesse contexto, diferentes estudos demonstram como essa distância entre academia e mercado se manifesta em realidades regionais distintas. Alves *et al.* (2016), ao investigarem vagas de contabilidade em Minas Gerais, observaram que, embora predominassem oportunidades operacionais, já se percebia a valorização de competências interdisciplinares e tecnológicas. Esse achado evidenciava a necessidade de revisão curricular, de modo a formar profissionais aptos a lidar com novas demandas organizacionais.

De forma semelhante, Meurer e Voese (2020), ao analisarem vagas na área de custos, identificaram que empregadores buscavam candidatos com habilidades interpessoais – como comunicação e trabalho em equipe, associadas ao conhecimento em tecnologia da informação e idiomas. Esses resultados reforçam que a formação contábil deve ultrapassar o enfoque técnico, incorporando competências socioemocionais que hoje se configuram como diferenciais de empregabilidade.

No âmbito da percepção discente, Melo, Melo Filho e Melo (2024) identificaram fragilidades na preparação de estudantes concluintes de Ciências Contábeis, nas áreas de

controladoria e perícia, além de dificuldades de adaptação às tecnologias digitais. Tais evidências demonstram que, apesar dos esforços institucionais para alinhar os currículos às DCNs, a lacuna entre formação e prática profissional ainda persiste.

No Rio Grande do Norte, Araújo (2025) analisaram vagas de emprego e matrizes curriculares de quatro instituições de ensino superior e constataram que competências demandadas pelo mercado, como domínio de rotinas trabalhistas, contabilidade aplicada e habilidades críticas, não estavam suficientemente contempladas nos currículos. Verificou-se que, enquanto as empresas locais valorizavam flexibilidade, pensamento crítico e competências digitais, as instituições mantinham uma formação técnica e tradicional, o que limita a empregabilidade dos egressos.

Esses achados reforçam a necessidade de estudos regionais atualizados, voltados à compreensão das reconfigurações do mercado contábil diante das transformações digitais e das novas exigências profissionais. Embora pesquisas anteriores tenham identificado tendências em Minas Gerais (Alves *et al.*, 2016), em outras regiões do Brasil (Meurer; Voese, 2020) e no Rio Grande do Norte (Araújo, 2025), ainda não há diagnósticos recentes que sistematizem as competências atualmente valorizadas nas vagas destinadas a contadores no estado, após o avanço da digitalização e as mudanças decorrentes da pandemia.

Dessa forma, o estudo propõe preencher essa lacuna ao realizar uma análise documental de vagas de emprego no Rio Grande do Norte, destacando as competências técnicas e comportamentais demandadas e confrontando-as com as orientações acadêmicas e as diretrizes nacionais de formação. Tal abordagem é essencial para fortalecer o diálogo entre universidades, mercado e profissionais, favorecendo a

atualização curricular e a formação de contadores preparados para os desafios contemporâneos da profissão.

3 Método

Este estudo caracteriza-se como qualitativo, descritivo e exploratório, conforme as definições de Gil (2019), para quem pesquisas dessa natureza são adequadas quando se busca compreender fenômenos sociais em profundidade, em contextos pouco investigados. A abordagem qualitativa possibilitou identificar e interpretar nuances presentes nos discursos dos anúncios de emprego, enquanto o caráter descritivo e exploratório permitiu sistematizar e compreender as informações coletadas, sem a pretensão de estabelecer relações de causalidade.

O procedimento metodológico adotado foi a análise documental, entendida, segundo Cellard (2012), como uma estratégia essencial para recuperar informações que refletem práticas sociais e institucionais, oferecendo uma representação consistente das demandas expressas em registros e documentos. Neste estudo, foram analisados 50 anúncios de vagas coletados em quatro plataformas de recrutamento amplamente utilizadas no Brasil Indeed, Catho, InfoJobs e Empregos RN, no período de abril a agosto de 2025. A escolha desse intervalo temporal justifica-se por abranger meses de movimentação no setor contábil, marcados pelo fechamento de balanços semestrais e pelo aumento das demandas em escritórios e empresas, o que tende a evidenciar as competências requeridas nesse ciclo (Marconi; Lakatos, 2017).

O universo da pesquisa abrangeu todas as vagas voltadas à área contábil no estado do Rio Grande do Norte. Para garantir o rigor metodológico, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão: incluíram-se apenas anúncios de

cargos relacionados à contabilidade (assistente, analista, supervisor e gestor) e excluíram-se vagas duplicadas, localizadas fora do estado ou sem especificações sobre competências exigidas. Conforme Flick (2009), a definição precisa desses critérios contribui para a consistência metodológica e a confiabilidade dos resultados, ainda que não elimine integralmente o risco de vieses na seleção.

A técnica utilizada foi a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que permite categorização de informações em unidades temáticas, favorecendo a interpretação sistemática dos significados presentes nos textos analisados. As competências identificadas foram classificadas em três categorias principais: técnicas, digitais e comportamentais. Para assegurar a validade e confiabilidade do processo, a categorização foi comparada a resultados de estudos anteriores, como os de Alves *et al.* (2016) e Araújo (2025), o que conferiu consistência e legitimidade às interpretações.

Apesar do rigor metodológico adotado, reconhecem-se as limitações do estudo. A utilização de anúncios de emprego como fonte primária pode refletir apenas parcialmente as expectativas do mercado, uma vez que certas competências podem estar implícitas e não descritas nos textos (Gil, 2019). Além disso, o recorte temporal restrito a quatro meses de 2025 pode limitar a generalização dos resultados, considerando que oscilações sazonais influenciam as demandas do mercado. A delimitação geográfica ao estado do Rio Grande do Norte também restringe a extrapolação dos achados, embora seja coerente com o objetivo de compreender a realidade profissional regional.

Em síntese, a metodologia adotada buscou equilibrar rigor científico e adequação ao objeto de estudo, combinando análise documental sistemática, classificação temática e referenciais teóricos consolidados, ao mesmo tempo em que

reconhece suas limitações e potenciais vieses, condição essencial para assegurar transparência e credibilidade científica à pesquisa.

4 Discussão dos resultados

A análise de cinquenta anúncios de vagas para contadores no Rio Grande do Norte revelou padrões claros nas competências técnicas, comportamentais e tecnológicas exigidas. Os resultados foram agrupados em cinco eixos: área e nível hierárquico, competências técnicas e tecnológicas, competências comportamentais, faixas salariais e benefícios, e perfil consolidado do profissional contábil. Esses achados são discutidos à luz da literatura recente, integrando evidências empíricas e reflexões teóricas sobre a formação e atuação do contador no contexto atual.

4.1 Distribuição das vagas por área e nível hierárquico

A análise dos anúncios de emprego evidenciou a predominância das áreas Contábil (20 vagas) e Fiscal/Tributária (18 vagas), seguidas por Departamento Pessoal (6 vagas), Controladoria (3 vagas) e Administrativo/Outros (3 vagas). Esses resultados indicam que, apesar dos avanços da transformação digital, o mercado potiguar ainda mantém forte vinculação às funções tradicionais da contabilidade, sobretudo aquelas relacionadas ao cumprimento das obrigações acessórias e à escrituração contábil.

Tal configuração corrobora os achados de Alves *et al.* (2016), que observaram tendência semelhante em Minas Gerais, embora com uma diferença significativa: no Rio Grande do Norte, nota-se uma demanda por cargos de nível intermediário (analistas) e pleno, superando a procura por funções

essencialmente operacionais. Esse movimento sugere um amadurecimento gradual do mercado local, que passa a valorizar profissionais com perfil analítico e capacidade de atuação em processos decisórios, em consonância com a literatura recente sobre a evolução do papel do contador, Conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Vagas na área contábil no RN

Área	Aspecto	Descrição
Contábil (20)	Níveis predominantes	Analista (9), Contador/Pleno (5), Assistente (3), Supervisão (2), Gerência (1)
	Empresas/Portais	Scopo, GRPS, BWA Global, Diversarh, entre outros
	Principais requisitos	Normas contábeis, conciliações, ECD/ECF, auditorias, CRC ativo, softwares TOTVS, Domínio, Alterdata, SCI
	Observação	Demanda por nível intermediário e pleno, com forte vínculo a escritórios de contabilidade e softwares integrados.
Fiscal/Tributária (18)	Níveis predominantes	Analista (9), Assistente (7), Supervisão (2)
	Empresas/Portais	BWA Global, L'auto Cargo, GRPS, Scopo, entre outros
	Principais requisitos	ICMS, PIS/COFINS, ISS, SPED, EFD-Reinf, ERPs (TOTVS, Protheus, Domínio)
	Observação	procura por analistas fiscais, exigindo domínio técnico de legislações tributárias.
DP/Trabalhistas (6)	Níveis predominantes	Analista (5), Assistente (1)
	Empresas/Portais	BWA Global, GRPS, escritórios diversos
	Principais requisitos	Folha de pagamento, eSocial, admissão/demissão, benefícios trabalhistas
	Observação	Necessidade de especialistas em legislação trabalhista e digitalização (eSocial).
Controladoria (3)	Níveis predominantes	Analista (2), Júnior (1)
	Empresas/Portais	Gentil Negócios, empresas de médio porte
	Principais requisitos	BI, orçamentos, planejamento financeiro, KPIs, budget/forecast
	Observação	Funções ligadas à análise gerencial e consultoria estratégica.
Administrativo/Outros (3)	Níveis predominantes	Analista (2), Júnior (1)
	Empresas/Portais	Gentil Negócios, empresas de médio porte
	Principais requisitos	BI, orçamentos, planejamento financeiro, KPIs, budget/forecast
	Observação	Funções ligadas à análise gerencial e consultoria estratégica.

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A análise referente ao nível hierárquico demonstrou que o cargo de analista concentra a maioria das oportunidades, tanto nas áreas contábil quanto fiscal. Essa predominância indica a valorização de profissionais com domínio técnico, mas também com habilidades de comunicação e interação com gestores e clientes. Segundo Lira, Gomes e Musial (2021), esse movimento representa um deslocamento progressivo da contabilidade, de um papel centrado na execução para uma função de apoio à tomada de decisão.

Verificou-se ainda a presença de vagas para cargos de supervisão e gerência, embora em número reduzido. Essas funções demandam liderança e visão estratégica, competências que, de acordo com Santos, Tarocco Filho e Santos (2024), são requeridas pelo mercado contábil contemporâneo. A exigência de registro ativo no CRC em quase todas as oportunidades reforça o valor da regulação profissional como critério de empregabilidade, aspecto igualmente destacado por Sousa e Arantes (2022).

Nas funções de controladoria, ainda que minoritárias, identificaram-se exigências relacionadas a business intelligence (BI), planejamento orçamentário e análise de indicadores de desempenho (KPIs). Tais requisitos estão em consonância com Fernandes *et al.* (2025), que apontam para a expansão do papel do contador para além da escrituração, consolidando-o como consultor estratégico.

O setor de Departamento Pessoal (DP) apresentou seis vagas, predominantemente voltadas a analistas. Os anúncios destacaram rotinas vinculadas ao eSocial, à folha de pagamento e à gestão de benefícios. Esse resultado corrobora as conclusões de Araújo (2025), que identificaram, no Rio Grande do Norte, lacunas entre a formação acadêmica e as exigências práticas do mercado, sobretudo no que se refere à integração das obrigações digitais trabalhistas.

De modo geral, os resultados sugerem que o mercado potiguar caminha para um perfil profissional qualificado, embora ainda fortemente vinculado às demandas tradicionais da contabilidade. Conforme Oliveira *et al.* (2024), trata-se de um modelo híbrido, no qual se exige domínio técnico e normativo, mas também capacidade analítica, consultiva e tecnológica.

A predominância das áreas contábil e fiscal/tributária nas vagas observadas no estado confirma a análise de Souza e Arantes (2022), segundo a qual o núcleo técnico da profissão continua sendo a base da empregabilidade, embora requeira atualização constante. Essa constatação converge com Delfino *et al.* (2021), que identificaram entre os estudantes de Ciências Contábeis uma percepção formativa centrada no domínio técnico, reforçando a coerência entre a formação e as demandas do mercado. Além disso, Meurer e Voese (2020) observaram que, mesmo em vagas da área de custos, atividades técnicas, como escrituração e conciliações, permanecem prioritárias, o que corrobora a manutenção de práticas tradicionais também verificadas no RN.

A valorização do nível analista nas oportunidades analisadas sugere que as empresas buscam profissionais capazes de integrar execução técnica e raciocínio crítico. Molter (2022) já havia apontado essa tendência ao afirmar que o contador contemporâneo atua como elo entre dados técnicos e gestores. Essa transição é reforçada por Suarta *et al.* (2024), que destacam competências híbridas (técnicas e comportamentais) para a atuação em ambientes digitais. Nessa mesma direção, Siddiqui (2025) defende o fortalecimento de competências habilitadoras, como análise crítica e aplicação estratégica de informações, o que explica a concentração de vagas em níveis intermediários no estado.

A presença de cargos de supervisão e gerência reforça uma tendência de profissionalização e valorização de perfis

estratégicos. Dos Santos *et al.* (2024) observam que funções de liderança na contabilidade demandam habilidades de negociação e visão de longo prazo, extrapolando o domínio técnico. Essa constatação converge com Correia, Wanderley e Aguiar (2023), que destacam as habilidades interpessoais como determinantes para satisfação e desempenho profissional, reforçando a dimensão comportamental das posições de supervisão. Ademais, Xavier *et al.* (2020) apontam que a Indústria 4.0 tem levado os contadores a assumirem papéis de gestores da informação, explicando por que as vagas gerenciais no RN enfatizam liderança e tecnologia.

No caso da controladoria, embora represente parcela reduzida da amostra, evidencia-se um perfil de contador com atuação analítica e consultiva. Essa constatação reforça a perspectiva de Fernandes *et al.* (2025), segundo a qual a digitalização amplia o escopo da profissão, direcionando-a para análises de dados e apoio estratégico. Em complemento, Tostes *et al.* (2024) apontam que a convergência entre contabilidade e business intelligence exige do contador uma reconfiguração profissional, voltada à geração de insights em tempo real. Por sua vez, Loaiza e Rigobon (2025) defendem que, mesmo com o avanço da inteligência artificial, o contador mantém papel essencial ao interpretar e comunicar resultados, fenômeno já perceptível nas vagas de controladoria do estado.

Por fim, no Departamento Pessoal, a centralidade do eSocial como competência obrigatória reflete o impacto das obrigações digitais sobre a prática contábil. Tork Filho e Silva (2024) já haviam observado fenômeno semelhante no Amapá, identificando pressão por atualização em rotinas trabalhistas digitais. Essa tendência é reforçada pelos achados de Araújo (2025), que destacam descompassos entre formação acadêmica e capacitação prática no uso dessas plataformas. Complementarmente, Araújo, Nobre e Silva (2024)

evidenciam que parte dos profissionais ainda apresenta insegurança diante da contabilidade digital, o que reforça a necessidade de capacitação contínua para suprir lacunas técnicas e operacionais.

4.2 Competências técnicas e tecnológicas

Os requisitos técnicos recorrentes identificados nos anúncios analisados foram a escrituração contábil completa, as conciliações de contas, a apuração de tributos, ICMS, ISS e PIS/COFINS e o cumprimento de obrigações acessórias, como SPED e EFD-Reinf. Esses resultados corroboram os apontamentos de Sousa e Arantes (2022), para quem uma base normativa sólida constitui um pressuposto essencial para o exercício da contabilidade no contexto contemporâneo, marcado pela integração digital e pela crescente complexidade das exigências fiscais. Conforme Quadro 2.

A análise das competências tecnológicas e tradicionais evidencia que o domínio de ferramentas digitais se tornou um pilar essencial para a atuação contábil no Rio Grande do Norte. O Excel avançado aparece como requisito quase universal nas vagas de analista e contador, enquanto softwares integrados de gestão contábil, como Domínio, SCI, Alterdata e TOTVS Protheus são mencionados em metade dos anúncios. Esses achados corroboram Molter (2022), que identifica o domínio tecnológico como um diferencial determinante para a empregabilidade contábil.

Quadro 2 - Competências citadas nas vagas analisadas (n=50)

Categoria de Competências	Competências citadas	Frequência aproximada	Observações
Técnicas - Contábeis	Escrituração completa; Conciliações contábeis; Fechamento de balanço; Demonstrações financeiras	20/50	Predominante em vagas de Analista e Contador; CRC ativo

			exigido em quase todas.
Técnicas - Fiscais/Tributárias	Apuração de ICMS, ISS, PIS/COFINS; Obrigações acessórias (SPED, EFD-Reinf, ECD/ECF)	18/50	ênfase em softwares integrados (Domínio, SCI, Alterdata, TOTVS Protheus).
Tecnológicas	Excel (intermediário/avançado); ERP (TOTVS, Protheus); Sistemas Domínio/SCI; BI (Business Intelligence)	25/50	Excel aparece como exigência em quase todas as vagas; BI e ERPs em controladora.
Trabalhistas (DP)	Folha de pagamento; eSocial; GFIP/FGTS; Admissão/demissão; Benefícios	6/50	Mais comum em empresas de médio porte e escritórios com DP integrado.
Comportamentais (Soft Skills)	Comunicação eficaz; Trabalho em equipe; Proatividade; Responsabilidade; Ética profissional	30/50	Aparecem de forma recorrente em descrições genéricas de perfil.
Gerenciais/Consultivas	Liderança de equipes; Planejamento orçamentário; Análise de indicadores; Relatórios gerenciais	7/50	Mais presente em vagas de supervisão, gerência e controladora.
Certificações/Regulação	CRC ativo	15/50	Quase obrigatório para contadores plenos e supervisores.
Benefícios recorrentes	Vale-transporte; Vale-alimentação; Plano de saúde/odontológico; Premiações por desempenho	20/50	Variam entre escritórios e empresas privadas; em alguns casos benefícios estendidos (licenças extras, híbrido/home office).

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A inclusão do Business Intelligence (BI) em vagas de controladoria representa uma mudança qualitativa no perfil profissional, indicando que o contador é agora reconhecido também como analista de dados. Segundo Tostes *et al.* (2024), a integração entre ERPs e Sistemas de Informação Contábil amplia o escopo da profissão, exigindo interpretação em tempo real e apoio direto à gestão estratégica. Essa tendência confirma o que Diamante *et al.* (2024) definem como a consolidação da competência digital estrutural, que deixa de ser um diferencial e passa a constituir uma exigência permanente da profissão.

No contexto potiguar, essa fluência digital é perceptível em escritórios de médio porte, que atendem múltiplos clientes e demandam profissionais versáteis e tecnicamente atualizados. Contudo, observa-se também a preservação de exigências clássicas, como CRC ativo e experiência em ECD/ECF, o que evidencia a permanência de uma identidade híbrida do contador. Conforme Duarte, Gonçalves e Góis (2021), a profissão ainda carrega uma herança normativa, fortemente ligada ao cumprimento de obrigações legais, mesmo diante das inovações digitais.

Em síntese, o mercado potiguar exige do contador um duplo movimento: domínio técnico-regulatório e fluência tecnológica. Esse equilíbrio expressa o que Siddiqui (2025) denomina integração entre “habilidades técnicas habilitadoras” e “competências emergentes”, fundamentais para atuar em contextos digitalizados e dinâmicos.

A predominância de requisitos técnicos, como escrituração completa, conciliações e apuração de tributos, demonstra que, apesar dos avanços tecnológicos, o núcleo da contabilidade ainda repousa sobre competências normativas clássicas, como defendem Sousa e Arantes (2022). De modo convergente, Delfino *et al.* (2021) evidenciam que os estudantes de Ciências Contábeis ainda percebem a

centralidade da técnica em sua formação, o que se reflete nas exigências do mercado. Em Minas Gerais, Alves *et al.* (2016) também constataram a prevalência de competências ligadas às rotinas obrigatórias, achado que se repete no RN.

O destaque para o Excel e os softwares integrados demonstra a valorização de habilidades digitais aplicadas à prática cotidiana. Molter (2022) ressalta que a proficiência tecnológica é, muitas vezes, decisiva em processos seletivos, enquanto Suarta *et al.* (2024) identificaram que empregadores priorizam conhecimentos digitais, inclusive para cargos júniores. Entretanto, Araújo (2025) aponta um descompasso entre academia e mercado: as instituições ainda mantêm currículos tradicionais, o que contribui para a lacuna entre formação e empregabilidade.

A inserção de BI e análise de dados nas vagas de controladoria reforça a transição para um modelo de contabilidade consultiva. Oliveira *et al.* (2025) e Fernandes *et al.* (2025) observam que o valor profissional migra do registro de transações para a interpretação estratégica das informações, enquanto Loaiza e Rigobon (2025) afirmam que o uso de inteligência artificial e BI não substitui o contador, mas redefine sua função como gerador de insights e orientador de decisões.

Ao mesmo tempo, a permanência de exigências normativas reforça a dupla natureza da profissão: técnica e estratégica. Tork Filho e Silva (2021) observam que a digitalização das obrigações fiscais e trabalhistas (como SPED, eSocial e EFD-Reinf) intensificou e não reduziu a necessidade de conhecimento técnico-regulatório. Santos e Tabosa (2020) complementam ao mostrar que estudantes concluintes ainda enfrentam dificuldades em áreas como perícia e controladoria, reflexo da dificuldade de integrar tradição normativa e inovação tecnológica.

Em conclusão, o mercado contábil do Rio Grande do Norte evidencia um perfil profissional híbrido, no qual coexistem demandas técnicas clássicas e competências digitais emergentes. Essa convergência confirma a visão de Diamante *et al.* (2024) sobre a competência digital como estrutura permanente da profissão e reforça o argumento de Tostes *et al.* (2024) de que o futuro da contabilidade depende do equilíbrio entre herança normativa e fluência tecnológica – um cenário já claramente delineado nas vagas analisadas.

4.3 Competências comportamentais

As competências comportamentais (soft skills) foram mencionadas em 30 das 50 vagas analisadas, evidenciando sua relevância crescente no perfil esperado pelo mercado contábil. As citadas foram comunicação eficaz, trabalho em equipe, proatividade, responsabilidade e ética profissional. Esses resultados confirmam a valorização das competências socioemocionais, já destacada por Santos, Tarocco Filho e Santos *et al.* (2024), para os quais os empregadores tendem a priorizar a postura comportamental em detrimento do conhecimento técnico isolado, reconhecendo que tais habilidades são determinantes para o desempenho e a adaptação em ambientes de trabalho dinâmicos. Conforme Quadro 3.

A análise das competências comportamentais evidenciou que as soft skills ocupam posição central no perfil profissional demandado pelo mercado contábil potiguar. Das 50 vagas analisadas, 30 mencionaram explicitamente competências socioemocionais, entre as quais se destacaram comunicação eficaz, trabalho em equipe, proatividade, responsabilidade e ética profissional. Esses resultados confirmam as conclusões de Santos, Tarocco Filho e Santos *et al.* (2024), segundo os quais os empregadores valorizam a postura e as atitudes profissionais do que o domínio técnico

isolado, reconhecendo que essas competências favorecem o desempenho e a integração organizacional.

Quadro 3 - Competências comportamentais citadas nas vagas analisadas (n=50)

Competência Comportamental	Frequência aproximada (n=50)	Exemplos de menções nos anúncios
Comunicação eficaz	18	Relacionamento com clientes; clareza na escrita e relatórios; interação com equipes.
Trabalho em equipe	16	Colaboração em escritórios de contabilidade; integração com setores fiscal e DP.
Proatividade/Iniciativa	14	Perfil proativo, capacidade de resolver problemas antes que se agravem.
Responsabilidade / Comprometimento	13	Cumprimento de prazos; confiabilidade em processos fiscais e contábeis.
Ética profissional	12	Descrita como requisito de confiança para lidar com dados financeiros.
Organização/Disciplina	10	Controle de documentos, prazos de entrega de obrigações acessórias.
Pensamento crítico/Analítico	9	Apoio à tomada de decisão, análise de indicadores e relatórios.
Capacidade de adaptação/Flexibilidade	7	Adequação a novas tecnologias, sistemas ERP, mudanças regulatórias.
Liderança	5	Mais citada em vagas de supervisão/gerência, ligada à gestão de equipes.
Inteligência emocional	4	Aparece em descrições de vagas com contato frequente com clientes e gestão de conflitos.
Comunicação eficaz	18	Relacionamento com clientes; clareza na escrita e relatórios; interação com equipes.

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A comunicação eficaz, citada em 18 anúncios, foi apontada como requisito essencial para o relacionamento com clientes e equipes. Esse resultado corrobora a análise de Campos *et al.* (2024), que ressaltam a necessidade de o contador atuar como mediador entre informações técnicas e usuários diversos. De forma convergente, Molter (2022) observa que a empregabilidade do contador depende da clareza e objetividade na comunicação de relatórios e pareceres, enquanto Tostes *et al.* (2024) reforçam que a comunicação assertiva é elemento decisivo no reposicionamento da contabilidade como função consultiva.

O trabalho em equipe, presente em 16 anúncios, reflete a integração crescente entre os setores fiscal, trabalhista

e de controladoria. Esse achado confirma o argumento de Suarta *et al.* (2024) de que a colaboração interdisciplinar é uma habilidade estratégica para o profissional contábil contemporâneo. Em estudo regional, Araújo (2025) verificou que as empresas do RN buscam contadores flexíveis e aptos à atuação em equipes multifuncionais, enquanto Meurer e Voese (2020) demonstraram que, mesmo em funções técnicas, a cooperação é considerada requisito constante.

As menções à proatividade e à responsabilidade, associadas ao cumprimento de prazos e à confiabilidade das informações, reforçam as preocupações do mercado com autonomia e disciplina profissional. Delfino *et al.* (2021) identificaram que muitos estudantes concluintes apresentam dificuldades em lidar com prazos e demandas práticas, revelando lacunas entre formação e prática. Em linha semelhante, Lira, Gomes e Musial (2021) destacam que o mercado exige contadores capazes de atuar de forma autônoma e resolutiva diante de novas demandas, enquanto Santos e Tabosa (2020) relacionam a responsabilidade profissional à capacidade de entrega e à ética no desempenho das funções.

A ética profissional, mencionada em 12 anúncios, demonstra a preocupação das organizações com a integridade no tratamento das informações financeiras. Essa exigência está alinhada às recomendações da IFAC, citadas por Sousa e Arantes (2022), segundo as quais os valores éticos devem ser indissociáveis das competências técnicas. Para Duarte, Gonçalves e Góis (2021), a contabilidade exerce uma função social baseada na transparência e na confiança, enquanto Loaiza e Rigobon (2025) observam que, em contextos de uso de inteligência artificial, a ética é essencial para evitar vieses e garantir credibilidade nas análises.

Por fim, as competências de liderança (mencionada em 5 anúncios) e inteligência emocional (4 anúncios) surgem como diferenciais competitivos para cargos de supervisão e

gestão. Esses resultados confirmam a posição de Siddiqui (2025), segundo o qual a formação contábil deve abranger dimensões comportamentais e psicológicas. De modo complementar, Melo, Melo Filho e Melo (2024) apontam que a formação deve preparar o discente para lidar com conflitos e liderar equipes em contextos dinâmicos, enquanto Diamante *et al.* (2024) defendem que competências digitais e comportamentais são complementares, sendo a liderança estratégica um elo entre técnica, tecnologia e comportamento profissional.

4.4 Faixas de remuneração e benefícios

A análise das remunerações indicou concentração na faixa entre R\$ 2.800 e R\$ 4.500, destinada principalmente a analistas contábeis e fiscais. Esse patamar salarial é compatível com a realidade de empresas de pequeno e médio porte predominantes no RN, confirmando a avaliação de Araújo (2025) sobre o mercado regional. Conforme quadro 4.

Quadro 4 – Faixas de remuneração e benefícios nas vagas analisadas (n=50)

Faixa de Remuneração (R\$)	Nível/Cargo associado	Frequência aproximada (n=50)	Benefícios citados
1.800 – 2.200	Assistente Contábil/Fiscal; Auxiliar Administrativo	10	Vale-transporte (VT); Vale-alimentação (VA); plano de saúde após período de experiência.
2.100 – 2.500	Assistente Fiscal/Contábil (JR); DP Assistente	8	VA/VR; Ajuda de custo diária; cursos internos; premiação.
2.800 – 3.200	Analista Contábil/Fiscal (Júnior e Pleno)	12	Plano de saúde/odontológico; VA/VR; seguro de vida; auxílio combustível.
3.500 – 4.500	Analista Contábil/Fiscal Pleno; Analista de Controladoria	8	Benefícios completos (VA/VR, saúde, odontológico, seguro de vida); licenças estendidas (maternidade/paternidade).
5.000 – 6.000	Supervisor Contábil/Fiscal	6	Plano de saúde familiar; bonificação por

			desempenho; auxílio educação.
Acima de 7.000	Gerente Contábil; Controller Júnior (médio porte)	3	Pacote executivo: saúde premium, bônus, home office parcial.
Não informado	Vagas de contador (construtora, empresa comercial) e algumas de analista	3	Apenas benefícios descritos: VT, VA, plano de saúde.

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A análise das faixas de remuneração e benefícios revelou um panorama consistente com o perfil econômico e estrutural do mercado contábil potiguar. As funções de assistente apresentaram salários entre R\$ 1.800 e R\$ 2.200, geralmente acompanhados de benefícios básicos, como vale-transporte e vale-alimentação. Essa configuração reflete a condição de ingresso na carreira, muitas vezes associada a estudantes ou recém-formados, o que converge com os achados de Meurer e Voese (2020), que observaram padrão semelhante em vagas da área de custos.

Nas funções de analista, concentrou-se a maioria das oportunidades, com faixas entre R\$ 2.800 e R\$ 4.500, padrão compatível com o identificado por Araújo (2025) para empresas de pequeno e médio porte, predominantes na economia do RN. Essa constatação também se alinha a Delfino *et al.* (2021), que verificaram entre graduandos expectativas salariais próximas a esses valores, demonstrando coerência entre formação acadêmica e realidade de mercado. Em estudo realizado em Minas Gerais, Alves *et al.* (2016) identificaram predominância semelhante de salários médios, reforçando que essa tendência se repete em regiões fora dos grandes centros.

Nos cargos de supervisão e gerência, as remunerações ultrapassaram R\$ 5.000, podendo alcançar R\$ 7.000 em áreas de controladoria. Nesses casos, os anúncios destacaram benefícios ampliados, como plano de saúde familiar, bônus

por desempenho e home office parcial. Esse cenário confirma a leitura de Molter (2022), segundo o qual o mercado valoriza profissionais com visão estratégica e capacidade de liderança. Em complemento, Tostes *et al.* (2024) enfatizam que o diferencial desses cargos está no domínio de relatórios gerenciais e na interação com auditorias externas, justificando a remuneração elevada. Fernandes *et al.* (2025) também associam esse aumento salarial à transição do contador para o papel de consultor estratégico em ambientes digitais.

Outro ponto observado foi a presença de benefícios estendidos em empresas de maior porte, como a BWA Global, que ofereciam licenças maternidade e paternidade ampliadas e programas de capacitação interna. Esse achado converge com Correia, Wanderley e Aguiar (2023), que apontam relação entre benefícios organizacionais e satisfação profissional. De modo convergente, Suarta *et al.* (2024) destacam que programas de treinamento e incentivos de bem-estar contribuem para retenção de talentos. Na mesma linha, Loaiza e Rigobon (2025) argumentam que, na era digital, benefícios ligados ao equilíbrio e à qualidade de vida assumem relevância do que o salário isoladamente.

Por outro lado, três vagas não informaram remuneração, apresentando apenas a lista de benefícios. Essa prática, comum em escritórios de pequeno porte, pode gerar insegurança e falta de transparência para os candidatos. Lira, Gomes e Musial (2021) já haviam identificado essa lacuna informacional em anúncios contábeis, apontando-a como fator de desalinhamento entre formação e prática profissional. Em perspectiva semelhante, o Instituto Semesp e a Workalove (2024) alertam que a omissão salarial reduz a atratividade da carreira e pode desestimular novos talentos.

Em síntese, a análise das remunerações e benefícios confirma um mercado predominantemente intermediário, em que a valorização salarial acompanha a complexidade das funções

e o nível de responsabilidade exigido. Observa-se ainda que empresas de maior porte tendem a adotar políticas de benefícios integradas ao bem-estar, enquanto escritórios locais mantêm estruturas conservadoras, baseadas em pacotes tradicionais. Essa dualidade reforça o que Araújo (2025) descrevem como a heterogeneidade estrutural do mercado contábil potiguar, no qual coexistem modelos de remuneração clássicos e novas práticas de valorização profissional.

5 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo identificar as principais competências e habilidades demandadas pelo mercado de trabalho contábil no estado do Rio Grande do Norte, a partir da análise documental de cinquenta anúncios de vagas publicados em plataformas de recrutamento. Os resultados indicaram a manutenção de exigências técnicas tradicionais, como escrituração, conciliações contábeis e apuração de tributos, acompanhadas da valorização crescente de competências digitais e comportamentais, o que evidencia a formação de um perfil profissional híbrido.

Verificou-se que as áreas Contábil e Fiscal/Tributária continuam concentrando a maioria das oportunidades, refletindo a relevância das rotinas normativas e do cumprimento das obrigações acessórias. No entanto, a ênfase em cargos de analista demonstra uma tendência de transição da atuação operacional para funções analíticas e de apoio à gestão, sinalizando uma reconfiguração do papel do contador.

Nas competências técnicas, destacaram-se a escrituração completa, as conciliações contábeis, a apuração tributária e o domínio das obrigações digitais (SPED, EFD-Reinf, eSocial). Em paralelo, as competências digitais consolidaram-se como estruturais, com destaque para o uso de softwares integrados (Domínio, Alterdata, SCI, TOTVS

Protheus), Excel avançado e Business Intelligence (BI). Esses achados confirmam que a empregabilidade contábil depende diretamente da fluência tecnológica e da capacidade de adaptação a sistemas digitais.

As competências comportamentais, como comunicação eficaz, trabalho em equipe, proatividade, responsabilidade e ética profissional, também se mostraram centrais, reforçando as habilidades socioemocionais na consolidação da imagem do profissional e na integração entre técnica e comportamento.

Quanto à remuneração, observou-se concentração salarial entre R\$ 2.800 e R\$ 4.500 para cargos de analista, geralmente acompanhados de benefícios básicos, enquanto funções de supervisão e gerência ultrapassaram R\$ 5.000, com pacotes diferenciados. Esse padrão reflete a valorização de perfis estratégicos, associados à capacidade de liderança e visão gerencial.

Sob o ponto de vista prático e acadêmico, o estudo contribui para o entendimento das competências prioritárias no mercado contábil potiguar, oferecendo subsídios para profissionais em inserção ou em aprimoramento. Para as instituições de ensino, os resultados reforçam a necessidade de atualização curricular, de modo a integrar conteúdos técnicos, digitais e comportamentais, reduzindo o descompasso entre formação acadêmica e exigências do mercado.

Reconhecem-se, entretanto, limitações quanto ao recorte temporal e amostral, restrito a cinquenta anúncios coletados entre abril e agosto de 2025, bem como à delimitação geográfica ao estado do Rio Grande do Norte. Pesquisas futuras poderão ampliar o universo de análise, realizar comparações regionais e incorporar a percepção de empregadores, docentes e egressos, aprofundando o

diagnóstico sobre o alinhamento entre educação contábil e mercado de trabalho.

Conclui-se que a formação do contador contemporâneo requer a integração entre domínio técnico, fluência digital e competências socioemocionais, compondo um perfil adaptável às transformações tecnológicas e às novas demandas organizacionais. O alinhamento entre universidade e mercado revela-se, assim, essencial para o fortalecimento da profissão contábil e para a consolidação de uma atuação ética, inovadora e socialmente comprometida.

Referências

ALMEIDA, M.; S. G. H. et al. Transformação Digital Na Contabilidade: Um Estudo da Percepção de Profissionais Contábeis. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 13, n. 2, p. 24-53, 2024. Disponível em:

<https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/3401> Acesso em; 21 jul. 2025.

ALVES, P. M. et al. Competências requeridas pelo mercado de trabalho para o profissional de contabilidade em Minas Gerais. **Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí - REAVI**, Rio do Sul, v. 5, n. 8, p. 1-13, dez. 2016. Disponível em:

<https://www.revistas.udesc.br/index.php/reavi/article/view/8376>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ARAÚJO, J. S.; NOBRE, C. S.; SILVA, V. B. **Compreensão dos profissionais contábeis acerca da contabilidade digital**.

2024. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2023. Disponível em:

<https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/15643>

Acesso em: 23 jul.2025.

ARAÚJO, M. L. de. **Perfil esperado do Contador no mercado de trabalho: uma análise da percepção dos empresários da área contábil**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/items/32bee35b-2a7a-4238-814b-446a1eb79ee6> Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945.

Dispõe sobre o ensino de ciências econômicas e de contabilidade. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 24 set. 1945.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade e define as atribuições dos contadores e guarda-livros. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 28 maio 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9295.htm?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 21 set. 2025.

CAETANO NETO, A. F et al. **História da contabilidade no Brasil**. 2023. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Contabilidade) – ETEC Professor Idio Zucchi, 2023. Orientadores: Arthur Vinicius Feitosa Furtado, Gislaine Aparecida Gomes da Silva. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/20332>. Acesso em: 10 maio. 2025.

CAMPOS, R. C. et al. Teoria do prospecto e finanças comportamentais: uma análise no contexto da tomada de decisão financeira. **Gestão. Org: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 22, n. 1, 2024. <https://doi.10.51359/1679-1827.2024.246212>.

CORREIA, M. C. G. M. et al. Habilidades interpessoais dos profissionais da contabilidade: efetividade, conflito e satisfação no trabalho. **REPeC (Brasília)**, v. 17, n. 4, art. 5, p. 447-465, out./dez. 2023. <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v17i4.3324>.

DELFINO, G S. et al. A percepção de alunos de graduação em ciências contábeis acerca das competências do profissional contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão**, v. 10, n. 18, p. 001-017, 2021. <https://doi.org/10.5965/2316419010152021001>

DIAMANTE, A. M. et al. Competências digitais dos profissionais de contabilidade: confrontando demandas de mercado e experiências pedagógicas. **Journal of Accounting, Management, Economics and Sustainability**, v. 2, n. 1, p. jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicojames.com.br/index.php/james/article/view/21> Acesso em: 12 jul. 2025.

DOS SANTOS, N. et al.. Competências requeridas ao contador: um estudo acerca da percepção dos escritórios de contabilidade e estudantes de ciências contábeis de Monte Carmelo-MG. **Cadernos da FUCAMP**, v. 27, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/artic le/view/3417> Acesso em: 23 set. 2025.

DUARTE, C.; GONÇALVES, M.; GÓIS, C.. Anatomia da história da contabilidade: questões epistemológicas, distinção entre história tradicional da contabilidade e nova história da contabilidade e referência às suas diferentes áreas de estudo. **ConTexto - Contabilidade em Texto**, Porto Alegre, v. 21, n. 49, p. 2-16, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/113391>. Acesso em: 13 mai. 2025.

FERNANDES, F. C. et al. A contabilidade digital e o impacto da tecnologia no profissional contabil. **Aurum Revista Multidisciplinar**, v. 1, n. 1, p. 14-27, 2025. <https://doi.org/10.63330/armv1n1-002>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO SEMESP; WORKALOVE. **Descompasso entre formação e profissão**: um desafio para o mercado de trabalho. Portal Contábeis, 2024. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/68846/descompasso-entre-formacao-e-profissao-um-desafio-para-o-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 20 maio 2025.

LANG, M. J. Santos. Impactos da Inteligência Artificial na contabilidade: uma análise do mercado da região central do Rio Grande do Sul. **Saber Humano**, Edição Especial: Cadernos de Iniciação Científica - "Eu vejo, eu faço", p. 324-334, fev. 2024. <https://doi.org/10.18815/sh.2024v1n1.681>

LIRA, T. A.; GOMES, F. P. C.; MUSIAL, N. T. K. Habilidades e competências profissionais exigidas dos contadores: quais os requisitos dos anúncios de emprego? **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 20, p. e3227, 2021. <https://doi.org/10.16930/2237-766220213227>

LOAIZA, I.; RIGOBON, R. The Limits of AI in Financial Services. **arXiv preprint**, 2025. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2503.22035>. Acesso em: 10 maio. 2025.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELO, J. L. F; MELO FILHO, I. J.; MELO, R. M. As iniciativas docentes aplicadas ao ensino crítico da contabilidade no ensino técnico: uma revisão integrativa no contexto da educação profissional e tecnológica. **Criar**

Educação, v. 13, n. 1, p. 222-243, 2024.
<https://doi.org/10.18616/ce.v13i1.8535>.

MEURER, A. M.; VOESE, S. B. Há vagas: análise do perfil profissional requerido pelo mercado de trabalho para profissionais contábeis da área de custos. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 19, 2020. Disponível em:
<https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2994>. Acesso em: 1 set. 2025.

MOLTER, L. Entrevista: Qual perfil o mercado espera dos profissionais da contabilidade? **Revista Editada pelo Conselho Federal de Contabilidade**, Brasília, ano L, n. 256, p. 5-8, jul./ago. 2022. Disponível em:
https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2022/09/RBC256_jul_ago_FIM.pdf Acesso em; 23 jul. 2025.

OLIVEIRA, S. et al. O futuro da profissão contábil na era das IAS: desafios e oportunidades para os contadores. **Revista Ensino, Educação & Ciências Exatas**, v. 5, Ed. Esp., p. 42-45, 2024. Disponível em:
<https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/ensinoeducacaoeciencias/article/view/2055>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SANTOS, N. G. M; TAROCCO FILHO, J.; SANTOS, C. K. S. Competências requeridas ao contador: um estudo acerca da percepção dos escritórios de contabilidade e estudantes de ciências contábeis de Monte Carmelo-MG. **Cadernos da FUCAMP**, v. 27, 2024.
<https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3417> Disponível em: 22 set. 2025.

SIDDIQUI, S. A Structured Review of Research-Informed Instructional Strategies to Support CPA Enabling Competencies in Future Accountants. **Accounting Perspectives**, v. 24, n. 1, p. 189-249, 2025.
<https://doi.org/10.1111/1911-3838.12362>. Acesso em: 15 mai. 2025.

SILVA, I. C. P. da. **O recrutamento e o impacto das redes sociais na era da globalização**: um estudo de caso numa multinacional no sector de recursos humanos no Porto. 2024. 119 f. Tese - ISLA - Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia, Vila Nova de Gaia, Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10437.1/14674>. Acesso em: 5 mai. 2025.

SOUSA, R. C. da S.; ARANTES, V. A. Competências e habilidades atribuídas ao contador: perspectivas de

estudantes, egressos e empregadores da área contábil. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, p. 46-69, 2022. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2022.e80550>

SOUZA, F. A.; ARRUDA, P. H. T. Competências e habilidades demandadas em um profissional contábil atuante em escritório de contabilidade e como elas se relacionam às diretrizes curriculares nacionais propostas para o curso superior. **Pensar acadêmico**, v. 19, n. 3, p. 800-831, 2021. <https://doi.org/10.21576/pa.2021v19i3.1968>

SOUZA JUNIOR, R. D. et al. Contabilidade informatizada. **Revista Científica Unilago**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/537>. Acesso em: 14 maio 2025.

SUARTA, I. Made et al. Employability and digital technology: what skills employers want from accounting workers?. **Accounting Education**, v. 33, n. 3, p. 274-295, 2024. <http://dx.doi.org/10.1051/shsconf/20173406001>.

TORK FILHO, E.; SILVA, I. J. S. Os impactos da contabilidade digital no trabalho do contador no mercado amapaense. **Revista Científica Multidisciplinar do CEAP**, v. 3, n. 2, p. 10, 22 dez. 2021. Disponível em: <http://periodicos.ceap.br/index.php/rcmc/article/view/140/85> Acesso em: 24 jul. 2025.

TOSTES, A. R. A. et al. Competências do contador gerencial: uma análise mercadológica sob a perspectiva do *Institute of Management Accountants* (IMA). **Revista Linceu On-Line**, v. 14, n. 1, p. 83-105, 2024. Disponível em: <https://liceu.fecap.br/LICEU-ON-LINE/article/view/1933> Acesso em: 21 set. 2025.

XAVIER, L. M.; CARRARO, W. B. W. H.; RODRIGUES, A. T. L. Indústria 4.0 e avanços tecnológicos da área contábil: perfil, percepções e expectativas dos profissionais. **ConTexto - Contabilidade em Texto**, Porto Alegre, v. 20, n. 45, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/97774>. Acesso em: 5 mai. 2025

Capítulo 05

DEPRECIÇÃO NO SETOR PÚBLICO: EVIDENCIAÇÃO E DESAFIOS NA PRÁTICA

João Felipe Nunes Barros

Graduação em Ciências Contábeis pela UERN
E-mail: jfbarros2002@gmail.com

Jandeson Dantas da Silva

Doutorado em Ciências Contábeis
E-mail: jandesondantas@uern.br

Wênyka Preston Leite Batista da Costa

Pós-doutorado em Ciências Contábeis
E-mail: wenykaleite@uern.br

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Doutorado em Geografia
E-mail: sergiopedrosa@uern.br

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorado em Administração e Controladoria
E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorado em Administração e Controladoria
E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Resumo

O presente estudo analisa o tratamento e a evidenciação da depreciação de ativos no setor público brasileiro, à luz das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com ênfase na NBC T 16.9, NBC TSP 07 e NBC TSP 08. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa e quantitativa, conduzida por meio de estudo de caso comparativo entre uma autarquia federal e uma fundação estadual do setor educacional, com base nas demonstrações contábeis e notas explicativas dos exercícios de 2023 e 2024, complementadas por entrevistas semiestruturadas com os contadores responsáveis. Os resultados indicam que a autarquia federal apresenta maior aderência formal às normas, com reconhecimento sistemático da depreciação e adequada evidenciação nas notas explicativas. Em contraste, a fundação estadual evidencia fragilidades relevantes, especialmente quanto à materialidade da depreciação acumulada, à atualização do

inventário patrimonial e à integração entre sistemas contábeis e patrimoniais. As evidências revelam a existência de assimetria entre conformidade normativa e efetividade informacional, indicando que a mera adoção formal das normas não assegura a qualidade da informação patrimonial. Conclui-se que, embora o processo de convergência às NBCASP tenha avançado no setor público brasileiro, sua efetividade ainda depende do fortalecimento dos controles patrimoniais, da integração tecnológica e da capacitação técnica. O estudo contribui para o debate acadêmico ao oferecer evidências comparativas recentes e reforça a relevância da depreciação como instrumento de transparência, accountability e governança na gestão do patrimônio público.

Palavras-chave: depreciação, evidenciação patrimonial, contabilidade pública.

1 Introdução

Com a intensificação da globalização e dos avanços tecnológicos, a Ciência Contábil passou por um processo de harmonização internacional voltado à padronização do tratamento das informações financeiras entre diferentes jurisdições. Nesse contexto, a criação das International Financial Reporting Standards (IFRS), em 2001, representou marco relevante para a uniformização dos relatórios contábeis. Entretanto, a complexidade das normas e as exigências técnicas associadas ainda constituem obstáculos à sua plena adoção pelas instituições, dificultando a efetiva convergência contábil (Martins, 2021). Dessa forma, ressalta-se que estudos empíricos demonstram níveis heterogêneos de conformidade entre países, evidenciando que a implementação normativa permanece um desafio em escala global (Tsalavoutas; Tsoligkas; Evans, 2020).

Apesar dessas dificuldades, a adoção de práticas contábeis padronizadas tem se mostrado benéfica ao promover melhorias na qualidade da informação contábil disponibilizada pelas entidades públicas (Key; Kim, 2020). A padronização favorece maior uniformidade e comparabilidade dos demonstrativos financeiros, resultando em relatórios

mais claros e úteis para a tomada de decisão. Ademais, contribui para o fortalecimento da transparência econômica e da confiança dos usuários da informação contábil, incluindo órgãos de controle, instituições reguladoras e a sociedade (Morshed, 2024).

No âmbito brasileiro, a contabilidade aplicada ao setor público tem como objeto o patrimônio público e visa fornecer informações sobre resultados financeiros, aspectos orçamentários, econômicos e físicos das entidades, bem como suas mutações patrimoniais (CFC, 2009). Esse movimento de padronização é orientado pelas International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) e operacionalizado no país por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Como resultado do processo de convergência, observam-se avanços nas práticas de mensuração, divulgação e controle patrimonial, em consonância com os princípios de transparência, comparabilidade e accountability (Silva *et al.*, 2021).

Todavia, a adequação às normas no setor público ainda enfrenta entraves relevantes. Entre os principais fatores destacam-se a necessidade de capacitação técnica dos profissionais, limitações estruturais das instituições e desafios relacionados à gestão e liderança organizacional (Paula; Bezerra Filho, 2024). Em contrapartida, a adoção efetiva das IPSAS e das NBCASP tende a favorecer o reconhecimento e a mensuração mais apropriada de ativos e passivos, contribuindo para maior eficiência e transparência na gestão pública (Bezerra Filho, 2025).

Nesse cenário, a depreciação assume papel central no controle patrimonial das entidades públicas. Conforme a NBC T 16.9, trata-se da perda de valor dos bens tangíveis decorrente do uso, da obsolescência, do desgaste natural ou da ação do tempo, devendo ser reconhecida, mensurada e divulgada de forma sistemática (CFC, 2009). O Manual de

Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2023) complementa essas orientações, buscando assegurar maior uniformidade das práticas contábeis entre os entes federativos.

Mesmo diante do arcabouço normativo existente, persistem desafios práticos na aplicação da depreciação no setor público. Pesquisas recentes apontam subutilização das informações patrimoniais, insuficiente capacitação técnica e heterogeneidade na estrutura de gestão de ativos como fatores que resultam em diferentes níveis de aderência às normas (Delazare; Gama; Caliman, 2024; Costa; Matos; Lima, 2024). Assim, embora haja avanços normativos, a efetividade da depreciação ainda se mostra desigual entre as instituições públicas.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder à seguinte questão: como as instituições públicas, especificamente uma autarquia federal e uma fundação estadual, realizam o tratamento da depreciação? O objetivo consiste em comparar as práticas adotadas por essas entidades, identificando o nível de conformidade com as legislações e orientações do sistema normativo contábil.

A relevância desta pesquisa reside na contribuição para o aprofundamento do conhecimento sobre as práticas de evidenciação patrimonial no setor público brasileiro. Ao realizar uma análise comparativa entre entes de diferentes esferas administrativas, o estudo oferece subsídios para o aprimoramento da gestão pública e da transparência das informações contábeis. Conforme destacam Silva *et al.* (2021), o reconhecimento adequado da depreciação é elemento fundamental para a fidedignidade das demonstrações contábeis e para o fortalecimento do controle social. Nesse sentido, os resultados aqui apresentados podem servir de referência para contadores públicos, auditores, gestores e formuladores de políticas, reforçando a necessidade da harmonização

contábil e da qualidade da informação patrimonial na administração pública.

2 Referencial Teórico

2.1 Contabilidade Pública

A contabilidade pública exerce um papel fundamental na gestão dos recursos estatais, indo além da simples prestação de contas e do cumprimento das exigências legais. Trata-se de um instrumento de controle sistemático, contínuo e padronizado, que integra os registros orçamentários, patrimoniais, econômicos e financeiros, assegurando a transparência e a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. Assim, a atuação contábil na administração pública está diretamente vinculada à legalidade, à economicidade e à observância das normas constitucionais, como a Lei nº 4.320/1964 e os dispositivos que regem o orçamento público. Ao articular os regimes de caixa e competência, a contabilidade pública possibilita o acompanhamento fiel dos atos de gestão, contribuindo para a fiscalização pelo Legislativo e pelos órgãos de controle externo, e garantindo a conformidade com os princípios da administração pública e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Nascimento, 2022)

Santana (2020) complementa essa visão ao destacar que a contabilidade brasileira sempre esteve estruturada em dois grandes ramos – pública e privada –, cada qual regida por normativas e objetivos distintos. No âmbito da contabilidade pública, sua evolução normativa passa por importantes marcos, como o Código de Contabilidade Pública de 1922, a Lei nº 4.320/1964, o SIAFI em 1987 e, mais recentemente, a convergência às normas internacionais, que culminou na adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Dentre elas, a NBC T 16.1 estabelece

que a contabilidade aplicada ao setor público deve refletir o ciclo da administração governamental, fornecendo informações úteis à gestão, à prestação de contas e ao controle social. Assim, a transparência e o acesso à informação tornam-se condições indispensáveis para que a população exerça seu papel fiscalizador, fortalecidas por legislações como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), a Lei da Transparência (LC nº 131/2009) e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

No contexto da administração pública, a contabilidade assume um papel estratégico ao viabilizar o acompanhamento detalhado da execução orçamentária e financeira dos entes governamentais. Conforme discutido por Miranda e Gomes (2018), a gestão eficiente dos recursos públicos, especialmente diante de sua escassez, exige instrumentos que proporcionem controle, transparência e base técnica para a tomada de decisão. A contabilidade pública, nesse sentido, destaca-se como ferramenta essencial, permitindo identificar falhas, corrigir distorções e planejar com maior precisão as ações governamentais. Além de apoiar o processo decisório, ela contribui significativamente para a responsabilização dos gestores públicos, ao fornecer dados confiáveis e tempestivos que facilitam a fiscalização e a prestação de contas. Dessa forma, a contabilidade pública reforça a governança e fortalece os princípios da legalidade, eficiência e transparência, promovendo uma administração mais ética e comprometida com o interesse coletivo.

Assim, a legislação brasileira conta com um arcabouço normativo robusto – composto por leis, resoluções e manuais técnicos – que orienta a contabilidade aplicada ao setor público, visando garantir a comparabilidade, a fidedignidade e a integridade das informações produzidas no âmbito da administração pública.

2.2 Legislação Aplicada Ao Setor Público

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) são instrumentos fundamentais para garantir uma melhor gestão dos recursos públicos, auxiliando na tomada de decisões dos gestores públicos. Ou seja, a aplicação dessas normas contribui para a padronização das práticas contábeis no setor público, assegurando maior confiabilidade e comparabilidade das demonstrações contábeis. Por meio das normas, a contabilidade pública poderá representar o patrimônio público em valores condizentes com as operações, fazendo com que a prestação de contas, os processos operacionais e o controle por parte da sociedade se tornem mais efetivos (Freitas, 2022).

Santos Filho e Moura (2023) abordam a NBCASP sob a perspectiva dos profissionais contábeis na área pública e suas considerações acerca da convergência com as normas internacionais de contabilidade pública, evidenciando que os profissionais entendem que a adoção das NBC TSPs pode proporcionar avanços significativos na qualidade da informação contábil prestada à sociedade. Os autores identificam que a percepção dos profissionais contábeis envolvidos com a aplicação das normas é majoritariamente positiva, especialmente entre aqueles com maior experiência e formação técnica. No entanto, ressaltam que o processo de implantação ainda enfrenta desafios estruturais, como a necessidade de apoio institucional financeiro e aprimoramento dos processos internos sobretudo nas relações de hierarquia e subordinação.

Silva Filho e Souza (2023) analisam a aplicação da NBCASP no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal, destacando sua função como ferramenta de suporte à gestão fiscal responsável. Para os autores, a contabilidade pública, ao adotar as normas brasileiras convergidas,

fortalece a prestação de contas, promove maior clareza na alocação de recursos e contribui para a efetivação dos princípios constitucionais da administração pública. O estudo também aponta a necessidade de ampliar a capacitação técnica, modernizar os sistemas contábeis e intensificar os mecanismos de controle social e transparência.

Segundo Meriguete *et al.* (2024), embora a convergência às normas internacionais de contabilidade no setor público traga benefícios perceptíveis, como o incremento da transparência e o suporte à gestão, sua efetiva implementação ainda enfrenta obstáculos relevantes, especialmente relacionados à insuficiência de treinamentos, à limitada apropriação técnica por parte dos servidores e à presença de assimetrias informacionais dentro dos órgãos públicos.

Compreendido o arcabouço legal e normativo que orienta a contabilidade aplicada ao setor público, é oportuno avançar para a análise de aspectos específicos da mensuração patrimonial. Nesse sentido, a depreciação de ativos públicos destaca-se como instrumento essencial para representar adequadamente a realidade econômica do patrimônio estatal, bem como para promover a transparência e a responsabilização na gestão dos bens públicos.

2.3 Depreciação De Ativos No Setor Público

A depreciação no setor público representa um importante avanço no processo de modernização da contabilidade governamental, sobretudo no contexto da convergência às normas internacionais. Com a promulgação da NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08, o reconhecimento sistemático da perda de valor dos ativos tangíveis tornou-se obrigatório para as entidades públicas brasileiras, consolidando uma mudança de paradigma que busca alinhar o

enfoque patrimonial da contabilidade pública às boas práticas internacionais (CFC, 2008).

A depreciação, além de cumprir uma função normativa, é uma ferramenta de mensuração que permite refletir com maior fidedignidade a realidade econômica do patrimônio público. No entanto, diversos estudos têm demonstrado que, apesar da exigência legal, a prática ainda enfrenta resistências e limitações no âmbito da administração pública. Dantas *et al.* (2012), em um amplo levantamento nacional, evidenciaram que menos de 2% dos municípios reconheciam adequadamente a depreciação em seus balanços, e entre os que o faziam, os valores registrados representavam percentuais ínfimos em relação ao ativo imobilizado.

De forma convergente, o estudo de Silva *et al.* (2021) demonstrou que a ausência do cálculo e reconhecimento da depreciação em uma autarquia pública prejudicou de forma significativa a qualidade das demonstrações contábeis. A pesquisa identificou uma depreciação acumulada de R\$98.906,67 no período de 2011 a 2016, a qual, o registro adequado teria resultado em uma redução de 0,50% no patrimônio líquido da entidade e agravado em 0,44% o déficit contábil no exercício de 2016. Além dos efeitos patrimoniais, os autores evidenciaram que a omissão da depreciação acarreta superavaliação de ativos, limita a transparência e compromete a utilidade das informações para a gestão e para a sociedade. A ausência de inventário físico, falhas no sistema contábil e insuficiência de políticas governamentais foram apontadas como causas estruturais para o descumprimento da norma.

Esses achados são corroborados por Mendes e Costa (2022), cuja análise documental sobre o *disclosure* do ativo imobilizado nas universidades federais apontou uma significativa evolução na publicação das demonstrações contábeis ao longo dos anos – especialmente entre 2014 e

2020 –, mas também revelou que a maioria das instituições ainda falha ao apresentar informações consistentes sobre os métodos de depreciação e mensuração aplicados. A ausência de padronização e a escassez de dados em notas explicativas comprometem a utilidade das informações para usuários externos e internos, dificultando a avaliação da eficiência na gestão dos recursos públicos.

De forma similar, Soares (2021) analisou a evidenciação da depreciação nos municípios do Estado do Paraná, constatando que apenas 18,55% deles divulgaram valores de depreciação no ano de 2019. Ainda mais alarmante foi o fato de que os percentuais evidenciados eram, em média, inferiores a 1% do valor total do imobilizado. O autor também identificou descontinuidade na aplicação dos procedimentos ao longo do tempo, indicando fragilidade institucional na adoção das normas contábeis.

Complementando esse cenário, Silva Neto *et al.* (2022) realizaram um estudo empírico com 43 entidades da Administração Pública Federal em Porto Velho-RO, das quais 21 participaram efetivamente. Os resultados demonstraram um avanço formal na adoção da depreciação: cerca de 95% das entidades afirmaram ter adaptado seus sistemas de controle patrimonial e 61% relataram realizar o cálculo da depreciação de forma contínua, utilizando majoritariamente o método das quotas constantes, conforme previsto no Manual SIAFI e na NBC T 16.9. No entanto, o estudo também revelou fragilidades relevantes, como a ausência de treinamentos específicos em 33% das entidades e dificuldades técnicas no cálculo da depreciação, apontadas como o principal entrave por um terço dos respondentes. Além disso, apenas pouco mais da metade realiza o registro da depreciação como variação patrimonial diminutiva no sistema SIAFI, evidenciando lacunas na conformidade normativa.

Em consonância com esses achados, Pacheco, Boente e Bezerra (2025) analisaram a relação entre os custos de depreciação e manutenção de equipamentos médico-hospitalares e a eficiência operacional dos hospitais universitários federais. O estudo revelou que os custos de depreciação apresentaram correlação positiva e estatisticamente significativa com a eficiência das instituições, enquanto os gastos com manutenção não demonstraram relevância estatística. Essa constatação reforça a importância da adequada contabilização e gestão da depreciação para a eficiência na aplicação de recursos públicos, evidenciando que o reconhecimento contábil do desgaste dos ativos contribui para a melhoria da performance e sustentabilidade financeira das entidades públicas.

De modo complementar, Barbosa et al. (2023) examinaram a conformidade das demonstrações contábeis dos Institutos Federais da Região Norte com a NBC TSP 07, constatando que a maioria das instituições não evidencia adequadamente os critérios exigidos para o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. O nível de conformidade variou de 20,8% a 79,1% entre os institutos analisados, revelando que, embora haja evolução gradativa, ainda persistem deficiências significativas na adoção plena das normas internacionais. Os autores destacam que a falta de sistemas patrimoniais adequados e de capacitação técnica tem sido um obstáculo à transparência e à fidedignidade das informações contábeis no setor público.

Os resultados obtidos por esses estudos reiteram que a depreciação de ativos no setor público, apesar de normatizada, ainda enfrenta entraves institucionais e técnicos que comprometem sua aplicação plena. Tais fragilidades reduzem a qualidade da informação patrimonial, dificultam o planejamento e enfraquecem o controle social e a transparência na gestão dos bens públicos.

3 Método

O presente estudo foi desenvolvido a partir da análise de uma fundação estadual com seis polos e de uma autarquia federal com dezenove polos, ambas localizadas no estado do Rio Grande do Norte. Para a coleta de dados, foram consideradas as sedes administrativas das instituições, por concentrarem as informações contábeis e patrimoniais necessárias à investigação.

A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso comparativo, de natureza descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa e recorte longitudinal quanto ao período analisado. O objetivo consistiu em comparar o tratamento da depreciação de ativos em duas entidades públicas brasileiras de diferentes esferas administrativas, ambas vinculadas ao setor educacional.

A seleção das instituições seguiu critérios intencionais, considerando: (i) relevância institucional no âmbito educacional; (ii) pertencimento a esferas administrativas distintas (federal e estadual), possibilitando análise comparativa; (iii) disponibilidade pública das demonstrações contábeis e notas explicativas referentes aos exercícios de 2023 e 2024; e (iv) existência de estrutura patrimonial representativa, com ativo imobilizado relevante para análise da depreciação. Tais critérios visaram assegurar a pertinência analítica e a viabilidade da investigação, conforme a perspectiva metodológica de Yin (2015).

Quanto às variáveis analisadas, o estudo concentrou-se em: (a) valor do ativo imobilizado; (b) montante da depreciação acumulada; (c) métodos e taxas de depreciação adotados; (d) nível de evidenciação nas notas explicativas; (e) existência de inventário patrimonial atualizado; e (f)

aderência às NBCASP, especialmente à NBC T 16.9, NBC TSP 07 e NBC TSP 08. Essas variáveis permitiram avaliar tanto a dimensão quantitativa quanto a qualitativa da evidenciação da depreciação.

A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa documental, com obtenção das demonstrações contábeis publicadas em órgãos oficiais, complementada pela análise das respectivas notas explicativas. Adicionalmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os contadores responsáveis por cada entidade, com o propósito de compreender fatores técnicos e institucionais que influenciam o reconhecimento e a divulgação da depreciação. O roteiro de entrevistas foi composto por onze questões abertas: cinco baseadas no modelo de Silva *et al.* (2021) e seis fundamentadas nos requisitos da NBC TSP 07 (Ativo Imobilizado) e da NBC TSP 08 (Ativo Intangível). Os participantes foram identificados de forma codificada como C1 (autarquia federal) e C2 (fundação estadual), garantindo o anonimato.

No que se refere aos procedimentos éticos, a pesquisa observou os princípios de confidencialidade, voluntariedade e consentimento informado. Antes da realização das entrevistas, os participantes foram devidamente esclarecidos quanto aos objetivos do estudo, à forma de utilização das informações e à garantia de sigilo institucional e pessoal. Foi assegurada a participação voluntária mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme as diretrizes éticas aplicáveis às pesquisas com participantes humanos. Ademais, foram adotadas medidas de anonimização dos dados e de armazenamento seguro das informações coletadas.

A análise dos dados quantitativos foi realizada por meio de procedimentos estatísticos descritivos aplicados às demonstrações contábeis. Já a análise qualitativa das

entrevistas e das notas explicativas fundamentou-se na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), permitindo a identificação de categorias temáticas relacionadas à mensuração patrimonial, à evidenciação da depreciação e ao grau de aderência normativa.

Embora o número de instituições analisadas limite a generalização dos resultados, o estudo busca oferecer subsídios relevantes para a compreensão das práticas contábeis no setor público brasileiro, contribuindo para o debate sobre a qualidade da informação patrimonial e os entraves à adoção plena das normas contábeis.

4 Análise Dos Resultados

A presente seção tem por finalidade expor e discutir os resultados obtidos a partir da análise documental das demonstrações contábeis e notas explicativas referentes aos exercícios de 2023 e 2024, complementada por informações qualitativas decorrentes do exame das políticas contábeis e dos contextos institucionais das entidades estudadas. A interpretação dos dados seguiu os procedimentos metodológicos descritos na seção anterior, articulando os achados empíricos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), em especial à NBC T 16.9, à NBC TSP 07 e a NBC TSP 08, e às diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Busca-se, assim, compreender o grau de aderência das práticas observadas às normas vigentes, bem como identificar as fragilidades, avanços e desafios que caracterizam o processo de mensuração e evidenciação da depreciação no setor público.

4.1 Análise Das Demonstrações Contábeis Da Autarquia Federal

A análise das demonstrações contábeis da autarquia federal nos exercícios de 2023 e 2024 evidencia aspectos relevantes no processo de convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), em especial no que se refere à mensuração e à evidenciação patrimonial, com ênfase no tratamento da depreciação. O ativo total alcançou R\$758,2 milhões em 2024, representando um crescimento de 5,0% em relação ao exercício anterior, cujo montante foi de R\$722,0 milhões. Esse incremento decorreu, sobretudo, da expansão registrada no ativo imobilizado, que passou de R\$ 645,9 milhões em 2023 para R\$ 682,9 milhões em 2024, com destaque para os bens imóveis, cujo valor consolidado evoluiu de R\$ 567,6 milhões para R\$ 603,1 milhões. A concentração nesse grupo patrimonial reforça a relevância dos ativos físicos como suporte às atividades institucionais e como elemento central da prestação de serviços educacionais.

Destaca-se, nesse contexto, a incidência significativa da depreciação acumulada. Em 2023, esse valor atingiu R\$154,1 milhões em bens móveis, R\$1,9 milhão em bens imóveis e R\$928,0 mil em softwares. Já em 2024, as cifras passaram, respectivamente, para R\$162,2 milhões, R\$1,4 milhão e R\$568,6 mil. Esses ajustes patrimoniais exercem impacto direto sobre a mensuração da capacidade de serviço dos ativos, aproximando a evidenciação contábil da entidade às práticas preconizadas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e pela NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado. A comparação entre os exercícios demonstra que, apesar do crescimento do volume absoluto do imobilizado, a depreciação acumulada também aumentou nos bens móveis, reforçando a ideia de envelhecimento da base patrimonial. Já a redução observada na depreciação acumulada dos softwares sugere baixa de ativos ou revisão de vidas úteis, ponto que

merece atenção especial e será objeto de questionamento em entrevista ao contador da instituição.

As notas explicativas às demonstrações contábeis de 2023 e 2024 reforçam esse entendimento ao detalhar os critérios de depreciação adotados pela entidade. Observa-se a utilização do método linear como base para a apropriação da despesa de depreciação, aplicando-se taxas definidas conforme a natureza e a vida útil estimada de cada bem. De acordo com as informações prestadas, a autarquia considera, por exemplo, vida útil de dez anos para edificações, cinco anos para equipamentos de informática e dez anos para mobiliário em geral, enquanto softwares e demais ativos intangíveis são amortizados em prazos médios de cinco anos. Essa segregação por classe de ativos evidencia a aplicação sistemática dos parâmetros definidos pelas NBCASP, conferindo maior transparência à forma como se dá a alocação periódica da depreciação no resultado dos exercícios analisados.

Esse detalhamento nas notas explicativas cumpre dupla função. Por um lado, assegura conformidade normativa ao demonstrar que a entidade reconhece o consumo da capacidade de serviço de seus ativos de forma aderente às normas contábeis vigentes. Por outro, fortalece o processo de accountability, permitindo que os usuários das demonstrações compreendam não apenas o valor líquido contábil dos ativos, mas também a metodologia pela qual se chega a esse montante. Ao explicitar critérios, taxas e prazos de vida útil, a entidade contribui para uma visão mais clara sobre o real estado de conservação de seu patrimônio e sobre as necessidades futuras de renovação.

Sob a ótica do objeto central deste estudo, observa-se que a autarquia tem incorporado práticas de mensuração que ampliam a transparência acerca do consumo da capacidade de serviço dos ativos, fortalecendo a função informacional da

contabilidade pública. Todavia, a ausência de políticas claramente definidas para reinvestimento em bens móveis, assim como a carência de mecanismos regulares de reavaliação dos ativos intangíveis, pode comprometer, no médio prazo, a sustentabilidade da infraestrutura patrimonial.

A análise empírica da autarquia federal permite constatar que, diferentemente da realidade apontada por Dantas *et al.* (2012) e por Soares (2021), nos quais a depreciação aparecia de forma residual ou mesmo ausente, a instituição evidencia de maneira consistente os valores acumulados de depreciação em seus demonstrativos de 2023 e 2024, além de apresentar critérios claros em notas explicativas. Esse achado aproxima-se das conclusões de Mendes e Costa (2022), que identificaram evolução no *disclosure* patrimonial das universidades federais, embora ainda tenham ressaltado a necessidade de maior padronização e detalhamento das informações. De modo convergente, também se alinham às observações de Silva Neto *et al.* (2022), segundo as quais grande parte das entidades federais já realiza o cálculo da depreciação utilizando o método das quotas constantes, mas ainda enfrenta desafios técnicos e operacionais. Nesse sentido, os resultados encontrados na autarquia analisada indicam que, embora a prática esteja consolidada em termos formais, permanecem desafios estruturais relacionados ao planejamento de reinvestimentos e à revisão periódica da vida útil dos ativos, sobretudo no caso dos intangíveis.

Inferese, dessa forma, que os resultados dos exercícios de 2023 e 2024 refletem não apenas um quadro de expansão do ativo total, mas também a materialização dos efeitos da depreciação como instrumento fundamental de accountability no setor público. A evidenciação contábil do desgaste patrimonial, complementada pelas informações prestadas nas notas explicativas, possibilita uma

compreensão mais fidedigna da realidade da entidade e oferece subsídios técnicos para o planejamento estratégico, para a gestão patrimonial e para a atuação dos órgãos de controle, consolidando a depreciação como mecanismo indispensável à transparência e à eficiência na administração pública.

Para além da análise documental, foi realizada uma entrevista com o contador responsável, devidamente reconhecido nessa pesquisa como "C1" com o objetivo de esclarecer os procedimentos adotados no reconhecimento e na apropriação da depreciação, bem como as eventuais dificuldades enfrentadas na aplicação prática das NBCASP. Essa etapa permitiu avaliar se os critérios descritos nas notas explicativas refletem fielmente a realidade operacional da entidade e de que forma a equipe contábil interpreta as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A incorporação dessa perspectiva qualitativa contribuiu para ampliar a compreensão dos resultados obtidos, contextualizando-os com a experiência profissional daqueles que atuam diretamente na gestão e evidenciação patrimonial.

4.2 Análise das demonstrações contábeis da fundação estadual

A análise das demonstrações contábeis do exercício de 2023 a 2024, com foco no ativo e na depreciação, revela um crescimento patrimonial relevante concomitante a sinais de inconsistência na apresentação dos efeitos da depreciação. O ativo total evoluiu de R\$ 513,02 milhões em 2023 para R\$ 551,16 milhões em 2024, um acréscimo de +7,43%, sendo o imobilizado o componente predominante, com R\$ 478,89 milhões em 2023 e R\$ 487,50 milhões em 2024. Dentre as classes, os bens móveis passaram de aproximadamente R\$45,60 milhões para R\$48,89 milhões e os bens imóveis de R\$434,07 milhões para R\$439,39 milhões. Ao mesmo tempo, as variações patrimoniais

diminutivas mostram um consumo de capital substancial de R\$ 28.996.757,23 em 2023 para R\$ 32.729.151,11 em 2024, que, em termos relativos, corresponde a cerca de 6,7% do imobilizado em 2024. No entanto, o saldo apresentado como depreciação/exaustão/amortização acumuladas no balanço é de apenas R\$ 779.323,64 em ambos os exercícios analisados, o que representa aproximadamente 0,16% do imobilizado, nível manifestamente inferior ao que seria esperado frente ao montante reconhecido como consumo de capital nos exercícios. Além disso, mesmo apresentando um crescimento R\$8,61 milhões, o valor da depreciação manteve-se inalterado.

Apesar da representatividade desses valores, o montante registrado como depreciação acumulada, sendo apenas R\$779 mil, revela um distanciamento significativo entre o valor contábil e a real condição econômica dos ativos. Tal discrepância indica que o reconhecimento da depreciação ainda não é efetivamente praticado conforme preconizam a NBC T 16.9 e a NBC TSP 07, que determinam o registro sistemático da perda de valor dos bens tangíveis ao longo de sua vida útil. A baixa materialidade do valor total do imobilizado, contrasta fortemente com o volume de bens permanentes registrados, que ultrapassa R\$487 milhões no exercício de 2024. Essa defasagem contábil sugere que a entidade vem mantendo seus ativos pelo custo histórico de aquisição, sem refletir adequadamente o desgaste físico e funcional decorrente do uso continuado e do tempo, o que resulta em uma superavaliação patrimonial.

A não correspondência entre a depreciação apropriada nas demonstrações contábeis e a realidade patrimonial observada evidencia fragilidades no controle de ativos e limita a utilidade das informações produzidas para fins de gestão, planejamento e tomada de decisão. Conforme ressalta Silva et al. (2021), a ausência de mensuração adequada da depreciação compromete a fidedignidade das demonstrações

contábeis e provoca distorções na avaliação da eficiência da gestão pública. Além disso, a subavaliação do consumo de capital fixo repercute diretamente na mensuração da variação patrimonial diminutiva e, por consequência, na apuração do resultado econômico do período.

Sob outra perspectiva, o estudo de Pacheco, Boente e Bezerra (2025) evidencia a relevância da depreciação não apenas como requisito contábil, mas também como elemento de eficiência na gestão dos recursos públicos. Os autores constataram que os custos com depreciação possuem correlação positiva e estatisticamente significativa com a eficiência operacional. Esse achado reforça que o reconhecimento adequado da depreciação é essencial não apenas para a fidedignidade das demonstrações, mas também para o aperfeiçoamento da gestão e da sustentabilidade financeira das entidades públicas, uma vez que permite decisões mais alinhadas à realidade econômica dos ativos e ao seu ciclo de reposição.

Essa incongruência também pode estar associada à inexistência de um inventário patrimonial atualizado ou à adoção de critérios inadequados de mensuração e controle físico de bens, cenário ainda comum em diversas entidades públicas brasileiras, conforme apontado por Mendes e Costa (2022). A ausência de registros de amortização no ativo intangível reforça a hipótese de que os procedimentos de depreciação e amortização permanecem mais formais do que efetivos, realizados apenas para atender à conformidade documental, e não como reflexo real do desgaste e da perda dos ativos.

Apesar disso, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia um resultado superavitário de R\$29,3 milhões em 2024, valor ligeiramente superior ao superávit de R\$27 milhões registrado em 2023. Entretanto, esses números devem ser interpretados com cautela, pois a não contabilização da

depreciação tende a superestimar o resultado do exercício, mascarando o desgaste natural dos ativos e comprometendo a fidedignidade do desempenho apresentado. Assim, embora o cenário financeiro demonstre solidez e regularidade orçamentária, a análise contábil revela fragilidades na aderência às normas de convergência e transparência patrimonial, destacando a necessidade de aprimoramento dos controles e da evidenciação contábil para assegurar maior alinhamento às práticas de contabilidade pública contemporânea.

As notas explicativas referentes aos exercícios de 2023 e 2024 esclarecem que a subavaliação da depreciação e a escassez de informações patrimoniais decorrem de obstáculos estruturais ainda não superados pela entidade, cenário que reflete uma realidade amplamente documentada na literatura contábil pública. O primeiro deles refere-se à incompletude do inventário físico, iniciado em 2018 e ainda não concluído, abrangendo, até 2024, apenas parte das unidades acadêmicas e administrativas. Tal limitação inviabiliza a conciliação plena entre os registros contábeis e a realidade física dos bens, restringindo a confiabilidade dos saldos apresentados, situação semelhante à descrita por Barbosa *et al.* (2023), que verificou baixa conformidade das demonstrações nas instituições públicas, revelando que, mesmo após anos de obrigatoriedade normativa, persistem falhas significativas na mensuração e evidenciação do ativo imobilizado, especialmente quanto aos critérios de depreciação e valor recuperável. Essa realidade reflete o quadro de inconsistências observadas nos exercícios de 2023 e 2024, em que a baixa materialidade dos valores depreciados indica deficiências estruturais nos controles patrimoniais e na aplicação prática das normas contábeis convergentes.

Em segundo lugar, observa-se que o módulo patrimonial do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e

Contratos (SIPAC) ainda se encontra em processo de alimentação histórica e conciliação de saldos, conforme cronograma pactuado com o Tribunal de Contas, cujo término está previsto para dezembro de 2025. A dependência de sistemas em implantação e de controles auxiliares, sem integração total ao sistema contábil, compromete a consistência das informações divulgadas, tal como destacado por Mendes e Costa (2022) ao analisarem o disclosure patrimonial em universidades públicas, nas quais identificaram falhas recorrentes na padronização dos métodos de mensuração e depreciação.

Adicionalmente, as notas revelam que, para viabilizar o andamento do inventário, a administração instituiu restrições temporárias à movimentação de bens patrimoniais, o que, embora necessário para fins de controle, impôs dificuldades operacionais às unidades e retardou o processo de atualização cadastral. Soma-se a isso o fato de que a mensuração de veículos e imóveis ainda se encontra em fase de transição, dependente da conclusão do inventário e do registro definitivo no módulo patrimonial. Tais limitações convergem com as observações de Silva et al. (2021), segundo as quais a ausência de registro e cálculo sistemático da depreciação acarreta superavaliação de ativos e reduz a utilidade das informações contábeis para a gestão pública.

Da mesma forma, a análise documental foi seguida de uma entrevista com o contador da instituição, a fim de compreender as causas da não evidenciação da depreciação e do não reconhecimento em totalidade dos bens. Essa etapa permitiu indagar o contador acerca das dificuldades expostas nas notas explicativas.

4.3 Análise dos dados obtidos em entrevista com C1

A entrevista realizada com o contador da autarquia federal revelou avanços significativos na estrutura contábil e nos procedimentos voltados ao reconhecimento da depreciação, mas também evidenciou limitações práticas e operacionais que comprometem a plena conformidade com as normas aplicáveis. O profissional esclareceu que a elaboração e atualização do inventário físico são de responsabilidade de uma comissão interna permanente, que realiza a contagem e a conciliação entre os bens registrados e os controles contábeis, em um processo de natureza colaborativa entre os diversos setores da instituição. Ainda que tal prática assegure um acompanhamento periódico, o contador observa que a execução do inventário depende da disponibilidade de servidores e da integração entre áreas, o que pode ocasionar atrasos e inconsistências pontuais. O reconhecimento da depreciação é realizado de forma automatizada por meio do sistema SUAP, com base no método das quotas constantes, o que demonstra alinhamento técnico à NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado. Esse cálculo ocorre mensalmente e considera tanto o desgaste pelo uso quanto a obsolescência, permitindo baixas automáticas de bens obsoletos, como equipamentos de informática e mobiliários.

Apesar dessa automatização, o entrevistado ressalta que a prática ainda carece de comissões de revisão da vida útil dos bens, pois o sistema adota parâmetros genéricos que nem sempre refletem a realidade operacional, gerando casos de sub ou super depreciação. Ele reconhece que a depreciação é um instrumento essencial para mensurar a vida útil e apoiar o planejamento da substituição de ativos, embora, na prática, o processo decisório de renovação ocorra mais em função de necessidades orçamentárias e operacionais do que pela leitura contábil dos relatórios patrimoniais. Essa constatação reforça que a depreciação, apesar de reconhecida como obrigatória, ainda não é utilizada como ferramenta

estratégica de gestão patrimonial, permanecendo restrita a uma função de registro contábil.

Em relação aos ativos intangíveis, o contador esclarece que a amortização e a definição da vida útil são tratadas em instância centralizada, fora do escopo de atuação da contabilidade local, o que evidencia uma estrutura descentralizada e fragmentada de controle. Essa separação funcional dificulta a aplicação uniforme da NBC TSP 08 - Ativo Intangível, especialmente no que tange à análise periódica de obsolescência de softwares e licenças. Ainda assim, o profissional reconhece que o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as NBC TSP 07 e 08 constituem instrumentos normativos suficientes e atualizados para orientar o registro contábil, cabendo às instituições aprimorarem seus mecanismos de execução e fiscalização. Por fim, o contador destaca como principal desafio o aperfeiçoamento do controle patrimonial, com formação de comissões técnicas de reavaliação e maior integração entre os setores contábil e administrativo, de modo a alinhar os registros aos princípios da transparência e da fidedignidade. Assim, as respostas obtidas evidenciam um processo institucional em consolidação, no qual a depreciação já é reconhecida e operacionalizada de forma automatizada, mas ainda demanda amadurecimento técnico, revisão de parâmetros e fortalecimento da cultura contábil pública para que possa cumprir integralmente seu papel de instrumento de gestão e accountability.

4.4 Análise dos dados obtidos em entrevista com C2

A entrevista realizada com o contador da fundação estadual evidencia que a instituição possui um sistema estruturado de controle patrimonial, ainda em processo de aprimoramento e consolidação, especialmente no que tange à

integração entre os setores responsáveis e à efetiva utilização das informações contábeis para fins gerenciais.

O inventário físico é conduzido de forma periódica e sistemática, com participação dos setores de patrimônio e da Superintendência de Obras, utilizando o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) e o Sistema de Patrimônio Imobiliário (SIPAT), o que demonstra conformidade com os princípios da NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado.

O reconhecimento da depreciação ocorre de forma mensal e automática, a partir da data de entrada em uso do bem, com base em taxas compatíveis com a natureza e a vida útil estimada dos ativos. Ainda assim, o profissional destaca que a falta de integração entre os setores de patrimônio e contabilidade, aliada à escassez de inventários atualizados e de capacitação técnica, compromete a consistência e a tempestividade das informações.

O entrevistado ressalta que a depreciação exerce papel relevante na fidedignidade das demonstrações contábeis e no planejamento estratégico da reposição de bens, ao refletir a perda de potencial dos ativos e permitir uma avaliação mais realista do patrimônio público. Entretanto, reconhece que, na prática, ainda há dificuldades em determinar a vida útil real dos bens, especialmente diante das limitações dos sistemas informatizados e da ausência de revisões periódicas.

No tocante aos ativos intangíveis, observa-se a adoção formal de critérios técnicos e legais para definição da vida útil, com amortização linear mensal conforme a NBC TSP 08 - Ativo Intangível, além da realização de testes de recuperabilidade quando necessário. Ainda que as normas e o MCASP sejam considerados adequados e suficientes, o contador reconhece desafios operacionais que dificultam sua aplicação integral, como a carência de pessoal qualificado e a dependência de processos manuais. Por fim, destaca-se que a

distinção entre ativos tangíveis e intangíveis, embora conceitualmente clara, ainda não é uniformemente compreendida pelos profissionais, refletindo a necessidade de fortalecimento da cultura contábil e de treinamentos continuados. Esses resultados reforçam os achados da análise documental, segundo os quais a fundação estadual, embora demonstre avanços normativos e estruturais, ainda enfrenta obstáculos técnicos e gerenciais que limitam a plena convergência às normas de contabilidade pública, especialmente no que se refere à mensuração e evidenciação patrimonial.

5 Considerações Finais

O presente estudo teve como propósito analisar a evidenciação e o tratamento da depreciação em duas entidades públicas de diferentes esferas administrativas, buscando compreender o grau de aderência às NBCASP e os principais entraves à sua efetiva implementação. De modo geral, os achados indicam que, embora haja avanços formais no reconhecimento da depreciação no setor público, persistem fragilidades operacionais e institucionais que limitam o pleno uso dessa informação como instrumento de gestão patrimonial.

Como principal contribuição empírica, a pesquisa evidenciou a existência de assimetria entre conformidade normativa e efetividade prática, especialmente quando comparadas entidades de diferentes níveis administrativos. O estudo demonstrou que a presença de registros de depreciação, por si só, não garante a qualidade informacional das demonstrações, sendo indispensável a integração entre inventário físico, sistemas patrimoniais e políticas de gestão de ativos.

No campo acadêmico, o trabalho contribui ao aprofundar a discussão sobre a evidenciação patrimonial no setor público brasileiro, oferecendo evidências atualizadas a partir de análise comparativa entre entes federais e estaduais – abordagem ainda pouco explorada na literatura nacional. Ademais, o estudo avança ao articular dados documentais e evidências qualitativas provenientes de entrevistas, ampliando a compreensão sobre os fatores institucionais que influenciam a aplicação da depreciação. Dessa forma, a pesquisa fortalece o debate sobre a efetividade da convergência às NBCASP e sobre a maturidade da contabilidade patrimonial no contexto público.

Sob a perspectiva social e gerencial, reforça-se que a depreciação constitui elemento essencial para a transparência, para o controle social e para a sustentabilidade da gestão dos bens públicos. O reconhecimento adequado do desgaste dos ativos contribui para decisões mais realistas de reposição, para a melhoria da qualidade das demonstrações contábeis e para o fortalecimento da accountability governamental. Assim, a correta mensuração da depreciação transcende o cumprimento normativo, assumindo papel estratégico na governança pública e na alocação eficiente dos recursos coletivos.

Em termos práticos, os resultados apontam a necessidade de fortalecimento da gestão patrimonial por meio da conclusão e atualização periódica dos inventários físicos, da integração entre sistemas contábeis e patrimoniais, do aperfeiçoamento das políticas de depreciação e do investimento contínuo em capacitação técnica. Tais medidas tendem a elevar o grau de conformidade às NBCASP e a ampliar a utilidade da informação contábil para fins decisórios e de controle.

Como limitações, reconhece-se que a análise se concentrou em duas instituições, o que restringe a

generalização dos achados. Além disso, parte das evidências dependeu de informações declaradas pelos entrevistados e de dados disponíveis nas demonstrações publicadas.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar a amostra para diferentes níveis de governo, desenvolver estudos longitudinais após a conclusão de processos de inventário e investigar empiricamente a relação entre depreciação e indicadores de desempenho institucional. Tais agendas podem aprofundar a compreensão sobre o papel da contabilidade patrimonial na eficiência do setor público.

Por fim, este estudo evidencia que o avanço normativo da depreciação no setor público brasileiro já é perceptível, mas sua efetividade ainda depende do amadurecimento dos controles patrimoniais, da integração tecnológica e do fortalecimento da cultura contábil. Ao explicitar essas lacunas e potencialidades, a pesquisa contribui para o aprimoramento da contabilidade pública e para o fortalecimento da transparência e da responsabilidade na gestão do patrimônio público.

Referências

AUGUSTINHO, Sônia Maria; OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de. A informação contábil pública como instrumento de controle social: a percepção de líderes comunitários da cidade de Curitiba. **RIC – Revista de informação contábil**. v. 8, n. 2, p. 49-68, abr/jun 2014.

BARBOSA, Valdenês Pacheco *et al.* Evidenciação do Ativo Imobilizado no Setor público: A Conformidade das Demonstrações Contábeis dos Institutos Federais da Região Norte com a NBC TSP 07. **RevistaFT**. v. 27, n. 118, p. 12, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7536712>. Acesso em: 20 out. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo. Edições 70. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2025.

BEZERRA FILHO, João Eudeus. EDITORIAL: A Revolução Conceitual, Técnica e Tecnológica da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil. **Revista de Contabilidade da UFBA**. Salvador, v. 19, p. 1-9, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rcufba.v19i1.65992>. Acesso em: 06 abr. 2025.

BRASIL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 11. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2023. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:51045. Acesso em: 06 abr. 2025.

CASTAÑEDA-RODRÍGUEZ, Víctor. Is IPSAS implementation related to fiscal transparency and accountability? **Brazilian Administration Review**. Bogotá, v. 19, n. 1. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2022210071>. Acesso em: 06 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão**. Resolução CFC nº 1.136/08. Brasília: CFC, 2008.

COSTA, Fernanda Matias da; MATOS, Nyalles Barboza; LIMA, Victor Godeiro de Medeiros. A importância do controle de depreciação e amortização dos bens públicos: um estudo de caso no Ministério Público do estado do Amazonas. **Cuadernos De Educación Y Desarrollo**, v. 16, n. 10, p. 01-23, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n10-102>. Acesso em: 06 abr. 2025

DANTAS, Cláudio Bezerra et al. Depreciação no Serviço Público: Reconhecimento e Evidenciação nas Demonstrações Contábeis dos Estados e Municípios Brasileiros. **Revista de Contabilidade da UFBA**. Bahia, v. 6, n. 2, p. 56-65, mai/ago 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/rcufba.v6i2.5955>. Acesso em: 10 maio. 2025.

DELAZARE, Erika Capucho; GAMA, Rezende Janyluce; CALIMAN, Roriz Douglas. Desafios na implantação da depreciação de bens móveis em uma instituição federal de ensino no Espírito Santo. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 24, n. 57, p. 32-50, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/130642/91922>. Acesso em: 06 abr. 2025.

FREITAS, Marco Antônio da Silva. A importância do controle patrimonial no processo de convergência as novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público - NBCASP. **Revista**

paraense de Contabilidade - CRCPA, Belém, v. 01, n. 01, p. 29-33, set/dez 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.36562/rpa.v1i1.13>. Acesso em: 22 abr. 2025.

KEY, Kimberly Galligan.; KIM, Jeong Youn. IFRS and accounting quality: Additional evidence from Korea. **Journal of Accounting and Public Policy**. v. 39, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2020.100306>. Acesso em: 06 abr. 2025.

MARTINS, André Filipe Correia. **O impacto da complexidade e das revisões das IFRS na qualidade do normativo e no alcance dos objetivos do IASB**. 2021. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/24328>. Acesso em: 06 abr. 2025.

MERIGUETE, Pedro Dalvi et al. Convergência da contabilidade pública às normas internacionais: Estudo em uma prefeitura de Espírito Santo. **RAGC, Auditoria Governança e Contabilidade**, v. 15, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/3336>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MENDES, Aline Rocha; COSTA, Abimael de Jesus Barros. **Disclosure do ativo imobilizado das universidades federais brasileiras no contexto do plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PIPCP)**. IX encontro brasileiro de administração pública. São Paulo. out. 2022. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap-2022/517.pdf?>. Acesso em: 10 maio. 2025.

MIRANDA, João Vitor dos Santos.; GOMES, Randolpho Pereira Batalha. **A contabilidade pública e o seu papel na instituição e execução orçamentária para o acompanhamento da gestão municipal**. Faculdade Doctum de João Monlevade - Instituto Ensinar Brasil, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/3093>. Acesso em: 06 abr. 2025.

MONTE DE PAULA, Wellington; BEZERRA FILHO, João Eudes. Dificuldades na profissão do contador público: um mapeamento sistemático no ambiente brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 16, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21118/apgs.v16i1.15068>. Acesso em: 06 abr. 2025.

MORSHED, Amer. Assessing the economic impact of IFRS adoption on financial transparency and growth in the Arab Gulf countries. **Economies**, Amman, v. 12, n. 8, p. 209,

2024. Disponível em:

<https://doi.org/10.3390/economies12080209>. Acesso em: 06 abr. 2025.

NASCIMENTO, Edmilson. O papel da contabilidade na administração pública. **Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE**. São Paulo, v. 8, n. 8, ago. 2022. Disponível em: doi.org/10.51891/rease.v8i8.6510. Acesso em: 22 abr. 2025.

PACHECO, Regina Cláudia Soares do Rêgo; BOENTE, Diego Rodrigues; BEZERRA, Francisco Antônio. Depreciação e Manutenção de Equipamentos de Alta Complexidade e o Impacto na Eficiência dos Hospitais Universitários Federais. **Administração Pública e Gestão Social**. v. 17, n. 1, mar. 2025. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3515/351580876009/html/>. Acesso em: 20 out. 2025.

POLZER, Tobias; GROSSI, Giuseppe; REICHARD, Christoph. Implementation of the international public sector accounting standards in Europe: variations on a global theme. **Accounting Forum**, v. 46, n. 1, p. 57-82, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01559982.2021.1920277>. Acesso em: 06 abr. 2025.

SANTANA, Chaira Fernanda Gomes. A contabilidade pública como instrumento de controle social. **REPAE - Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 52-63, jan/jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.51923/repae.v6i1.208>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SANTOS FILHO, Manoel Francelino dos; MOURA, Tiago de. Processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: uma análise sob a percepção dos profissionais contábeis. **Revista Razão Contábil e Finanças**, v. 14, n. 1, p. 1-22, jan/jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/razao-contabeis-e-financas/index>. Acesso em: 06 abr. 2025.

SILVA, Jandeson Dantas et al. Efeitos da depreciação em ativos imobilizados que afetam a qualidade da informação contábil do setor público. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace - RACEF**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 79-94, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.13059/racef.v12i2.750>. Acesso em: 06 abr. 2025.

SILVA FILHO, Afonso Pereira da; SOUZA, Marcos Paulo. Contabilidade pública e a lei de responsabilidade fiscal. **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 10, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i10.4238>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SILVA, Kleiton et al. A importância do controle de depreciação e amortização dos bens patrimoniais nas entidades públicas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 2, n. 5, p. 101-123, 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br>. Acesso em: 06 abr. 2025.

SILVA NETO; José Moreira da. Depreciação na organização pública: estudo sobre os procedimentos adotados em entidades da administração federal em Porto Velho – RO. **Latin American Journal of Development**. Curitiba, v.4, n.4, p.1558-1580, jul./aug., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.46814/lajdv4n4-017>. Acesso em: 10 maio. 2025.

SOARES, Mateus Camillo. **Depreciação na contabilidade pública: uma análise da evolução da evidenciação contábil nos municípios do estado Paraná**. Trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Tecnológica Federal Do Paraná. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/28266/1/depreciacaomunicipiosparanaenses.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2025.

TSALAVOUTAS, Ioannis; TSOLIGKAS, Fanis; EVANS, Lisa. Compliance with IFRS mandatory disclosure requirements. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 40, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2020.100338>. Acesso em: 06 abr. 2025.

YIN; Robert Kuo-zuir. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/74304716/3-YIN-planejamento_metodologia.pdf. Acesso em: 10 maio. 2025.



Capítulo 06

CARACTERÍSTICAS DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI): perfil, competências empreendedoras e a relação com os serviços contábeis

Jéssica Leite Praxedes

Graduação em Ciências Contábeis

E-mail: jessicaleite_praxedes@hotmail.com

Luiza Raquel Fernandes de Moraes

Graduação em Ciências Contábeis

E-mail: raquelmoraes186@gmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Dário Policarpo dos Santos Moreira

Mestre em Administração

E-mail: dariopolicarpo7@gmail.com

João Clécio de Sousa Holanda

Mestre em Administração

E-mail: joaoclecioh@gmail.com

Resumo

Este estudo investiga a associação entre competências empreendedoras, percepção e uso de serviços contábeis por Microempreendedores Individuais (MEIs) em Mossoró-RN. Realizado por meio de pesquisa descritiva e quantitativa, com aplicação de questionários a 36 MEIs, os resultados indicam que, em várias competências empreendedoras, como busca de oportunidades e planejamento sistemático, não houve diferenças significativas entre grupos com e sem contadores. Entretanto, MEIs assistidos por contadores mostraram-se mais ativos em áreas como mitigação de riscos e consulta a especialistas. Além disso, os empresários demonstraram satisfação com os serviços contábeis, evidenciando transparência e boa relação com os profissionais e suas empresas. A maioria dos respondentes também consideraria recomendar esses serviços a familiares e amigos. Desta forma, este estudo contribui para a discussão sobre percepção e utilização de serviços contábeis por MEIs, especialmente no Nordeste do Brasil, destacando a importância estratégica dos

serviços contábeis como ferramenta essencial para microempresários.

Palavras-chave: microempreendedor individual; competências empreendedoras; contabilidade.

1 Introdução

Nos últimos anos, o Brasil tem testemunhado um crescimento expressivo no número de Microempreendedores Individuais (MEIs), categoria jurídica instituída pela Lei Complementar nº 128/2008, com o objetivo de facilitar a formalização de pequenos negócios (Sanches *et al.*, 2022). Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2023), o país já ultrapassa a marca de 15 milhões de MEIs, o que evidencia a importância dessa modalidade para a inclusão produtiva e o fortalecimento da economia local.

O regime MEI oferece diversos benefícios, como carga tributária reduzida, simplificação das obrigações fiscais, acesso à Previdência Social e facilidade na emissão de notas fiscais. Tais vantagens atraem trabalhadores informais e autônomos que desejam formalizar suas atividades com menor burocracia e custo (Moura *et al.*, 2022). No entanto, apesar dos incentivos à formalização, muitos desses empreendedores enfrentam dificuldades na gestão dos seus negócios, especialmente no que diz respeito ao planejamento financeiro, ao controle de receitas e despesas e ao cumprimento das obrigações tributárias (Araújo; Anjos, 2021; Bergamo; Pereira, 2022).

Nesse contexto, a contabilidade surge como uma ferramenta estratégica que pode auxiliar os MEIs a melhorar sua performance organizacional, apoiar a tomada de decisões e garantir maior sustentabilidade financeira (Moraes; Barreto Júnior, 2019; Santos; Marcelinho, 2022). Embora a legislação não exija que o MEI mantenha contabilidade formal,

o suporte técnico contábil pode ser decisivo para o sucesso do empreendimento. Ainda assim, a procura por serviços contábeis permanece limitada, muitas vezes em razão da falta de conhecimento ou da percepção de que tais serviços são desnecessários (Drehmer; Schafer; Lunkes, 2023).

Além dos aspectos legais e estruturais do regime, as características individuais dos empreendedores também influenciam diretamente o modo como os negócios são geridos. Estudos recentes apontam que traços e competências empreendedoras, como proatividade, busca de oportunidades, persistência e capacidade de planejamento, afetam a maneira como os MEIs tomam decisões, percebem riscos e utilizam recursos de apoio, como os serviços contábeis (Behling; Lenzi, 2019; Drehmer; Schafer; Lunkes, 2023).

Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: **Qual a associação entre competências empreendedoras, percepção e utilização de serviços contábeis por Microempreendedores Individuais (MEIs)?** Assim, o objetivo do trabalho é investigar a associação entre competências empreendedoras, percepção e utilização de serviços contábeis por Microempreendedores Individuais (MEIs).

Em um país com mais de 15 milhões de Microempreendedores Individuais, compreender os elementos que afetam suas decisões gerenciais, como a busca por apoio contábil, torna-se uma tarefa fundamental para promover práticas empreendedoras mais sólidas e sustentáveis. Este estudo parte da premissa de que aspectos individuais, como os traços e competências empreendedoras, influenciam significativamente a forma como esses empreendedores percebem e utilizam os serviços contábeis disponíveis.

No campo acadêmico, a pesquisa contribui para suprir lacunas teóricas sobre a interação entre comportamento empreendedor e práticas contábeis no contexto do

microempreendedorismo. Ao focar na figura do MEI, ainda pouco explorada em estudos científicos, especialmente no recorte geográfico do Nordeste, o trabalho amplia o entendimento sobre como fatores comportamentais e institucionais se entrelaçam na dinâmica dos pequenos negócios.

Sob a ótica prática e gerencial, os resultados oferecem insumos para que profissionais da contabilidade, consultores, entidades de apoio e gestores públicos desenvolvam estratégias de comunicação, atendimento e capacitação mais efetivas, voltadas ao perfil real dos microempreendedores. Conhecer essas características pode facilitar o acesso dos MEIs a ferramentas de gestão, reduzir erros fiscais e promover maior eficiência operacional.

No aspecto social, a pesquisa dialoga com a necessidade de fortalecimento da inclusão produtiva e da formalização econômica, especialmente em regiões historicamente marcadas pela informalidade. Compreender os entraves e potenciais da relação entre o MEI e a contabilidade pode subsidiar políticas públicas mais sensíveis às realidades locais, fortalecendo o papel desses empreendedores na geração de renda, no combate à precarização do trabalho e na dinamização da economia regional.

2 Referencial Teórico

2.1 O Microempreendedor Individual e a Contabilidade como Ferramenta Estratégica

O programa Microempreendedor Individual (MEI), instituído pela Lei Complementar nº 128/2008, configura-se como uma iniciativa voltada à formalização de pequenos negócios, permitindo a legalização de atividades anteriormente inseridas no setor informal (Pereira et al., 2023; Araújo; Anjos, 2021). Vinculado ao regime do Simples Nacional, o MEI contempla empresas com faturamento anual de

até R\$ 81.000, autorização para contratar um único empregado e acesso a benefícios previdenciários, além de simplificações tributárias e administrativas (Mesquita, 2016; Guimarães *et al.*, 2022; Brasil, 2008).

Entre as características do regime, destaca-se a dispensa da escrituração contábil e fiscal, como livros razão, livros caixa e demonstrações contábeis (Araújo; Anjos, 2021). Embora legalmente prevista, essa dispensa pode comprometer a gestão do negócio, sobretudo quando o empreendedor apresenta limitações no uso de informações contábeis como suporte à tomada de decisão (Drehmer; Schafer; Lunkes, 2023; Bergamo; Pereira, 2022).

A contabilidade, conforme argumentam Sá (2009) e Lins (2005), possui longa trajetória como ferramenta de controle patrimonial e apoio à gestão. Mesmo em empreendimentos de menor porte, sua aplicação contribui para o planejamento, monitoramento de desempenho e cumprimento de obrigações legais (Morais; Barreto Júnior, 2019; Souza; Schaurich, 2013). Azevedo (2018) observa que a ausência de dados contábeis pode comprometer a gestão, reforçando a necessidade de capacitação técnica entre os microempreendedores.

Apesar da desobrigação formal, o MEI permanece sujeito a procedimentos fiscais e trabalhistas, como admissão de empregados e processamento de folha de pagamento, cuja execução requer conhecimento técnico (Morais; Feitosa Filho, 2019). A demanda por esses serviços tem incentivado um número crescente de MEIs a buscar suporte profissional, revelando um redirecionamento gradual na percepção sobre a contabilidade (Guimarães *et al.*, 2021; Moura *et al.*, 2022; Santos; Marcelinho, 2022).

Esse redirecionamento pode estar associado a características individuais dos empreendedores. Estudos de Behling e Lenzi (2019) e Drehmer, Schafer e Lunkes (2023)

identificam que atributos como iniciativa, planejamento e definição de metas influenciam decisões gerenciais, inclusive a adoção de serviços contábeis. Assim, análises sobre a atuação do MEI demandam a consideração simultânea de fatores institucionais e comportamentais, de maneira que se permita compreender as dinâmicas que moldam a relação entre o microempreendedor e a contabilidade, especialmente no contexto dos pequenos negócios brasileiros.

2.2 Competências Empreendedoras e sua Aplicação entre MEIs

O conceito de competência, o campo da gestão, refere-se à capacidade de indivíduos mobilizarem conhecimentos, habilidades e atitudes em contextos organizacionais. Lizote e Verdinelli (2014) destacam que essa definição permanece relevante, embora sujeita a transformações conforme as demandas do ambiente de trabalho. No contexto do empreendedorismo, competências podem ser inatas ou desenvolvidas com base na experiência prática, influenciando o desempenho em múltiplas dimensões (Sarwoko, 2016).

Lenzi (2008) propôs a categorização empírica das competências empreendedoras em dez grupos de comportamentos observáveis: busca de oportunidades e iniciativa; predisposição ao risco calculado; exigência de qualidade e eficiência; persistência; comprometimento; busca de informações; estabelecimento de metas; planejamento e monitoramento sistemáticos; persuasão e rede de contatos; e independência e autoconfiança. Esses grupos têm sido utilizados para descrever padrões comportamentais associados ao desempenho empreendedor em distintos contextos.

Sarwoko (2016) amplia essa concepção ao considerar a competência empreendedora como um conjunto multidimensional que abrange conhecimentos técnicos, traços pessoais, atitudes e motivações. Esses elementos atuam de forma integrada no processo de criação, desenvolvimento e

manutenção de empreendimentos, estando associados às escolhas estratégicas dos indivíduos e à trajetória de seus negócios.

Neste estudo, a competência empreendedora é adotada com base na definição de Bamiatzi (2015), segundo a qual se trata de um constructo que envolve atributos técnicos e comportamentais que afetam diretamente a ação empreendedora. A operacionalização empírica segue as categorias propostas por Lenzi (2008), e já testadas em estudos recentes por Behling e Lenzi (2019) e Drehmer, Schafer e Lunkes (2023), que analisam a influência dessas competências sobre decisões estratégicas em negócios de pequeno porte, como os conduzidos por MEIs.

Assim, a incorporação do conceito de competência empreendedora à análise do comportamento dos MEIs possibilita compreender a influência das variáveis individuais na gestão de pequenos negócios. Ao articular aspectos técnicos, cognitivos e relacionais, essas competências oferecem subsídios para examinar como os microempreendedores percebem e utilizam recursos externos, como os serviços contábeis, no enfrentamento das demandas operacionais e estratégicas de seus empreendimentos.

3 Procedimentos Metodológicos

Buscando atender ao objetivo do estudo de investigar a associação entre competências empreendedoras, percepção e utilização de serviços contábeis por microempreendedores Individuais (MEIs), desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, quantitativa e por meio de um levantamento. De acordo com Gil (2017) a pesquisa descritiva busca descrever as características de uma determinada população e/ou estabelecer relação entre as suas variáveis.

Segundo Lakatos e Marconi (2008) a pesquisa quantitativa tem como objetivo verificar estatisticamente uma relação a partir da coleta e análise de dados concretos e quantificáveis. Por fim, os dados foram coletados por um levantamento, que conforme Gil (2017) caracteriza-se por questionamento direto das pessoas, cujo deseja-se conhecer o comportamento, onde ocorre a solicitação de informações a um grupo determinado de pessoas acerca do problema que está sendo estudado, para que, em seguida, seja possível a mensuração dos dados por meio de uma análise quantitativa, obtendo assim o resultado dos dados coletados.

A população do estudo compreende os microempreendedores individuais da cidade de Mossoró/RN. A amostra consistiu em 36 respondentes, representando MEIs atuantes em diversos segmentos. Os dados foram coletados por meio de um questionário elaborado com base em Drehmer, Schafer e Lunkes (2023) e Behling e Lenzi (2019). O questionário foi composto por três blocos. O primeiro contemplou questões para a identificação do perfil do MEI, informações gerais como a idade do indivíduo, gênero e escolaridade, bem como a atividade que desenvolve como MEI, quanto tempo atua no mercado, seu faturamento etc.

O segundo bloco do questionário diz respeito as competências empreendedoras do Microempreendedor Individual, no qual foram utilizadas trinta afirmações que representam padrões de comportamento (Quadro 1), considerando três para cada competência, com questões de escala *likert* de cinco pontos, onde 1 significa "não se identifica com essa atitude", 2 significa "não se identifica parcialmente", 3 significa "neutro", 4 significa "se identifica parcialmente" e 5 "se identifica totalmente com a frase". Por fim, o terceiro bloco buscou tratar da importância da contabilidade com questões relacionadas a relevância do serviço contábil ao MEI.

Quadro 1 - Afirmativas do Bloco II do Instrumento de Coleta

(BOI) - Busca de Oportunidade e Iniciativa	(BOI1) - Cria, reinventa ou comercializar novos produtos ou serviços
	(BOI2) - Toma iniciativas de inovação gerando novos negócios
	(BOI3) - Produz resultado através das oportunidades de negócio que identifica no mercado
(CRC) - Correr Riscos Calculados	(CRC1) - Avalia o risco de suas ações por meio de informações coletadas
	(CRC2) - Age para reduzir os riscos dessas ações
	(CRC3) - Está disposto a correr riscos
(EQE) - Exigência de Qualidade e Eficiência	(EQE1) - Suas ações são muito inovadoras e trazem qualidade e eficácia nos processos
	(EQE2) - É reconhecido por satisfazer seus clientes
	(EQE3) - Estabelece prazos e os cumpre com padrão de qualidade
(PER) Persistência	(PER1) - Age para driblar obstáculos quando eles se apresentam
	(PER2) - Não desiste em situações desfavoráveis e encontra formas de atingir os objetivos
	(PER3) - Admite ser responsável por seus atos como empresário
(COM) - Comprometimento	(COM1) - Conclui uma tarefa dentro das condições estabelecidas honrando clientes e parceiros
	(COM2) - Quando necessário, "coloca a mão na massa" para concluir um trabalho
	(COM3) - Está disposto a manter os clientes satisfeitos e de fato consegue
(BDI) - Busca de Informações	(BDI1) - Vai pessoalmente atrás de informações para realizar um projeto
	(BDI2) - Investiga pessoalmente novos processos ou ideias inovadoras
	(BDI3) - Quando necessário, consulta especialistas para o ajudar em suas ações
(EDM) - Estabelecimento de Metas	(EDM1) - Define suas próprias metas
	(EDM2) - Suas metas são claras e específicas
	(EDM3) - Suas metas são mensuráveis
(PMS) - Planejamento e Monitoramento Sistemáticos	(PMS1) - Elabora planos com tarefas e prazos bem definidos e claros
	(PMS2) - Revisa constantemente seus planejamentos
	(PMS3) - É ousado na tomada de decisões
(PRC) - Persuasão e Rede de Contatos	(PRC1) - Consegue influenciar outras pessoas para que sejam parceiros em seus projetos viabilizando recursos necessários para atingir seus objetivos
	(PRC2) - Consegue utilizar pessoas chave para atingir os resultados
	(PRC3) - Desenvolve e fortalece sua rede de relacionamentos
(IAC) - Independência e Autoconfiança	(IAC1) - Está disposto a quebrar regras e obstáculos enraizados no mercado
	(IAC2) - Confia em seu ponto de vista e o mantém mesmo diante de oposições
	(IAC3) - É confiante nos seus atos e enfrenta desafios sem medo

Fonte: Adaptado de Behling e Lenzi (2019) e Drehmer, Schafer e Lunkes (2023).

A pesquisa foi realizada durante os meses de maio e junho de 2024 e adotou a estratégia de bola de neve para a seleção dos participantes, que permitiu expandir a rede de contatos, com os participantes indicando outros MEIs que pudessem contribuir para o estudo. Inicialmente, os respondentes foram contatados em locais de movimentação, como feiras, onde os questionários foram aplicados de forma presencial. Além disso, o questionário foi também elaborado de forma digital, utilizando a plataforma Google Forms e distribuído aos participantes por e-mail e WhatsApp. Para aqueles que preferiram, foi disponibilizada a opção de responder ao questionário no formato impresso.

Após coletados os dados foram preparados para análise e importados para o *software* SPSS Statistics versão 25. O tratamento dos dados se deu por meio de técnicas da estatística descritiva, com indicação de frequência, média e desvio-padrão, que fornecem uma visão geral dos dados e ajudam a compreender a distribuição e a variabilidade das respostas dos participantes. Além disso, para comparar as médias das competências empreendedoras entre os microempreendedores individuais (MEIs) que possuem contador e aqueles que não possuem, foi utilizado o teste t de Student para amostras independentes, considerando um nível de significância de $\alpha = 0,05$.

4 Resultados e Discussões

Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa, os quais são organizados em três subtópicos para facilitar a compreensão. O primeiro subtópico descreve o perfil dos respondentes, enquanto o segundo explora as competências dos empresários participantes. Por fim, o terceiro subtópico aborda a percepção dos respondentes sobre os serviços contábeis.

4.1 Caracterização da Amostra

A Tabela 1 apresenta a caracterização dos Microempreendedores Individuais (MEIs) que participaram da pesquisa. A amostra foi composta por 36 MEIs, sendo 17 do gênero feminino (47,2%) e 19 do gênero masculino (52,8%), indicando uma pequena predominância de microempreendedores do gênero masculino.

Tabela 1 – Caracterização do Microempreendedor Individual

Caracterização do Microempreendedor Individual		Frequência	Porcentagem (%)
Gênero	Feminino	17	47,2
	Masculino	19	52,8
Faixa etária	20 a 24 anos	4	11,1
	25 a 29 anos	7	19,4
	30 a 34 anos	9	25,0
	35 a 39 anos	5	13,9
	40 a 44 anos	5	13,9
	45 a 49 anos	1	2,8
	50 a 54 anos	3	8,3
	55 anos ou mais	2	5,6
Escolaridade	Ensino fundamental	3	8,3
	Ensino médio incompleto	1	2,8
	Ensino médio completo	16	44,4
	Ensino superior incompleto	6	16,7
	Ensino superior completo	10	27,8

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A distribuição etária dos MEIs é variada. A maior parte dos participantes está na faixa etária de 30 a 34 anos, representando 25% da amostra (9 indivíduos). A segunda faixa etária mais representativa é de 25 a 29 anos, com 19,4% (7 indivíduos), seguida pelas faixas de 20 a 24 anos e 35 a 39 anos, cada uma representando 11,1% da amostra (4 e 5 indivíduos, respectivamente). As faixas de 40 a 44 anos e 50 a 54 anos também têm igual representação, cada uma com 5 indivíduos (13,9%). Por fim, a menor representatividade é observada nas faixas de 45 a 49 anos, com apenas 1 indivíduo (2,8%), e 55 anos ou mais, com 2 indivíduos (5,6%).

No que tange à escolaridade, a maioria dos MEIs possui ensino médio completo, representando 44,4% da amostra (16 indivíduos). Em seguida, 27,8% dos participantes (10 indivíduos) possuem ensino superior completo. Aqueles com ensino superior incompleto somam 16,7% (6 indivíduos). Por fim, a menor representatividade é encontrada entre os MEIs com ensino fundamental completo (8,3%, ou 3 indivíduos) e ensino médio incompleto (2,8%, ou 1 indivíduo). Estes achados sugerem que o acesso à educação pode ser um fator facilitador para o empreendedorismo.

A Tabela 2 apresenta os dados dos empreendimentos dos Microempreendedores Individuais (MEIs) que participaram da pesquisa.

Tabela 2 - Dados do Empreendimento

Dados do Empreendimento		Frequência	Porcentagem (%)
Faixa de Faturamento Anual	Até R\$ 16.200,00	9	25,0
	De R\$ 16.201,00 a R\$ 32.400,00	13	36,1
	De R\$ 32.401,00 a R\$ 48.600,00	1	2,8
	De R\$ 48.601,00 a R\$ 64.800,00	4	11,1
	De R\$ 64.801,00 a R\$ 81.000,00	6	16,7
	De R\$ 81.001,00 a R\$ 97.200,00	3	8,3
	Acima de R\$ 97.200,00		
Tempo de Atividade como MEI	Até 1 ano	8	22,2
	De 1 a 5 anos	15	41,7
	De 5 a 10 anos	10	27,8
	Mais de 10 anos	3	8,3
Tempo desenvolvendo atividade (não necessariamente formal)	Até 1 ano	8	22,2
	De 1 a 5 anos	17	47,2
	De 5 a 10 anos	5	13,9
	Mais de 10 anos	6	16,7
Área de Atuação	Comércio	21	58,3
	Indústria	2	5,6
	Serviços	13	36,1
Possui contador	Sim	15	41,7
	Não	21	58,3

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A maioria dos empreendimentos dos MEIs apresenta um faturamento anual entre R\$ 16.201,00 e R\$ 32.400,00, representando 36,1% da amostra (13 empreendimentos).

Empreendimentos com faturamento até R\$ 16.200,00 correspondem a 25,0% (9 empreendimentos). Faturamentos anuais de R\$ 64.801,00 a R\$ 81.000,00 e acima de R\$ 81.000,00 são menos comuns, representando 16,7% (6 empreendimentos) e 8,3% (3 empreendimentos), respectivamente. Este perfil sugere que muitos MEIs estão estabelecidos, mas ainda não atingiram os patamares mais elevados de faturamento.

A maior parte dos MEIs possui entre 1 a 5 anos de atividade formal como microempreendedores, representando 41,7% da amostra (15 indivíduos). MEIs com até 1 ano de atividade correspondem a 22,2% (8 indivíduos), enquanto 27,8% (10 indivíduos) têm entre 5 a 10 anos de atividade. Apenas 8,3% (3 indivíduos) possuem mais de 10 anos de atividade como MEI. Este achado indica que uma parcela significativa dos empreendedores está em fase inicial ou de consolidação de seus negócios, com a maioria operando formalmente entre 1 a 5 anos.

Quando considerado o tempo total desenvolvendo a atividade, independente da formalização como MEI, 47,2% dos respondentes (17 indivíduos) relataram atuar entre 1 a 5 anos. Aqueles com até 1 ano de atividade correspondem a 22,2% (8 indivíduos), enquanto 13,9% (5 indivíduos) atuam entre 5 a 10 anos. Indivíduos com mais de 10 anos desenvolvendo a atividade somam 16,7% (6 indivíduos).

A área de atuação predominante entre os MEIs é o comércio, representando 58,3% da amostra (21 indivíduos). Serviços é a segunda área mais representativa, com 36,1% (13 indivíduos). Apenas 5,6% dos MEIs (2 indivíduos) atuam na indústria. Observa-se ainda que a maioria dos MEIs não possui contador, representando 58,3% da amostra (21 indivíduos), o que pode indicar uma área de oportunidade para melhoria na gestão financeira e fiscal desses empreendimentos. Por outro lado, 41,7% dos respondentes (15 indivíduos) afirmaram utilizar serviços contábeis.

4.2 Competência Empreendedora

A Tabela 3 apresenta a média e o desvio-padrão das respostas de 30 assertivas relacionadas às competências empreendedoras, coletadas a partir do instrumento de pesquisa aplicado aos microempreendedores individuais. As médias das respostas variam de 3,361 a 4,944, enquanto os desvios-padrão variam de 0,232 a 1,295. A seguir, serão destacados os principais aspectos observados.

Tabela 3 - Sumário das respostas sobre competência empreendedora para amostra total

Assertivas	Média	Desvio-padrão
BOI1. Cria, reinventa ou comercializar novos produtos ou serviços	3,361	1,268
BOI2. Toma iniciativas de inovação gerando novos negócios	3,639	1,150
BOI3. Produz resultado através das oportunidades de negócio que identifica no mercado	3,917	1,130
CRC1. Avalia o risco de suas ações por meio de informações coletadas	3,667	1,095
CRC2. Age para reduzir os riscos dessas ações	3,889	1,035
CRC3. Está disposto a correr riscos	3,583	1,295
EQE1. Suas ações são muito inovadoras e trazem qualidade e eficácia nos processos	3,722	1,085
EQE2. É reconhecido por satisfazer seus clientes	4,611	0,802
EQE3. Estabelece prazos e os cumpre com padrão de qualidade	4,500	0,845
PER1. Age para driblar obstáculos quando eles se apresentam	4,528	0,844
PER2. Não desiste em situações desfavoráveis e encontra formas de atingir os objetivos	4,611	0,598
PER3. Admite ser responsável por seus atos como empresário	4,667	0,828
COM1. Conclui uma tarefa dentro das condições estabelecidas honrando clientes e parceiros	4,444	1,026
COM2. Quando necessário, "coloca a mão na massa" para concluir um trabalho	4,944	0,232
COM3. Está disposto a manter os clientes satisfeitos e de fato consegue	4,611	0,598
BDI1. Vai pessoalmente atrás de informações para realizar um projeto	4,639	0,639
BDI2. Investiga pessoalmente novos processos ou ideias inovadoras	4,333	1,014
BDI3. Quando necessário, consulta especialistas para o ajudar em suas ações	4,250	1,130
EDM1. Define suas próprias metas	4,444	0,808
EDM2. Suas metas são claras e específicas	4,056	1,193
EDM3. Suas metas são mensuráveis	3,778	1,289
PMS1. Elabora planos com tarefas e prazos bem definidos e claros	3,944	1,240
PMS2. Revisa constantemente seus planejamentos	3,667	1,264

PMS3. É ousado na tomada de decisões	3,722	1,233
PRC1. Consegue influenciar outras pessoas para que sejam parceiros em seus projetos viabilizando recursos necessários para atingir seus objetivos	3,611	1,153
PRC2. Consegue utilizar pessoas chave para atingir os resultados	3,722	1,113
PRC3. Desenvolve e fortalece sua rede de relacionamentos	4,361	0,798
IAC1. Está disposto a quebrar regras e obstáculos enraizados no mercado	4,028	1,133
IAC2. Confia em seu ponto de vista e o mantém mesmo diante de oposições	4,222	1,017
IAC3. É confiante nos seus atos e enfrenta desafios sem medo	4,361	0,798

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

As assertivas com as maiores médias e menores desvios-padrão indicam áreas onde os microempreendedores se percebem mais competentes são: COM2 (Quando necessário, “coloca a mão na massa” para concluir um trabalho), com média de 4,944 e desvio-padrão de 0,232; PER3 (Admite ser responsável por seus atos como empresário), média de 4,667 e desvio-padrão de 0,828; BDI1 (Vai pessoalmente atrás de informações para realizar um projeto), cuja média foi de 4,639 e o desvio-padrão de 0,639; EQE2 (É reconhecido por satisfazer seus clientes) e PER2 (Não desiste em situações desfavoráveis e encontra formas de atingir os objetivos), ambas com média de 4,611, desvio-padrão de 0,802 e 0,598, respectivamente.

Por outro lado, as assertivas com as menores médias e maiores desvios-padrão apontam para áreas de menor autopercepção de competência, destacando-se as seguintes: BOI1 (Cria, reinventa ou comercializa novos produtos ou serviços), com média de 3,361 e desvio-padrão de 1,268; PRC1 (Consegue influenciar outras pessoas para que sejam parceiros em seus projetos viabilizando recursos necessários para atingir seus objetivos), média de 3,611 e desvio-padrão de 1,153; e PRC2 (Consegue utilizar pessoas chave para atingir os resultados), cuja média foi de 3,722 e desvio-padrão de 1,113.

Desta forma, em linhas gerais, os resultados da Tabela 3 demonstram que os microempreendedores se percebem mais

competentes em ações práticas e diretas, como "colocar a mão na massa" e "buscar informações pessoalmente". A responsabilidade e a perseverança também são destacadas como competências fortes, refletindo um perfil empreendedor resiliente e proativo.

As Tabelas 4 a 13 apresentam os resultados do teste T de Student de Kruskal-Wallis, que compara as competências empreendedoras entre os microempreendedores individuais (MEIs) que possuem e que não possuem contador, no sentido de elucidar se as competências empreendedoras dos respondentes estão associadas com a utilização de serviços contábeis.

Inicialmente, a Tabela 4 apresenta os resultados das comparações das assertivas de Busca de Oportunidade e Iniciativa (BOI) entre os respondentes que possuem e que não possuem contador. Observa-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (com e sem contador) em nenhuma das assertivas avaliadas. Desta forma, os resultados sugerem que a presença de um contador não tem um impacto relevante nas percepções dos MEIs sobre suas habilidades em criar e comercializar novos produtos ou serviços, tomar iniciativas de inovação e produzir resultados a partir das oportunidades de negócio identificadas.

Tabela 4 - Resultado do teste T de Student - Competência Empreendedora "BOI"

Competência Empreendedora Busca de Oportunidade e Iniciativa (BOI)	Possui contador	Média	Desvio- padrão	T	p
(BOI1). Cria, reinventa ou comercializar novos produtos ou serviços	Sim	3,667	1,2344	1,415	0,234
	Não	3,143	1,2762		
(BOI2). Toma iniciativas de inovação gerando novos negócios	Sim	3,533	1,1255	0,36	0,548
	Não	3,714	1,1892		
(BOI3). Produz resultado através das oportunidades de negócio que identifica no mercado	Sim	3,867	1,0601	0,24	0,624
	Não	3,952	1,2032		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Na sequência, a Tabela 5 apresenta os resultados do teste T de Student para a competência empreendedora "Correr Riscos Calculados" (CRC). Os resultados mostram que há diferenças estatisticamente significativas em duas das três assertivas analisadas. Para a assertiva CRC1, que avalia o risco de suas ações por meio de informações coletadas, há uma diferença marginalmente significativa ($H = 3,133$, $p = 0,077$), sugerindo que os MEIs com contador tendem a avaliar os riscos de forma mais sistemática.

A assertiva CRC2, que mede a ação para reduzir os riscos, apresenta uma diferença significativa ($H = 5,227$, $p = 0,022$), indicando que os MEIs com contador agem mais efetivamente para mitigar riscos. Já para a assertiva CRC3, que avalia a disposição para correr riscos, não houve diferença significativa ($H = 1,027$, $p = 0,311$) entre os dois grupos. Esses resultados permitem refletir que o suporte de um contador influencia positivamente a capacidade dos MEIs de avaliar e mitigar riscos, embora não afete sua disposição geral para correr riscos, que pode ser uma característica mais intrínseca dos empreendedores, independente do suporte contábil.

Tabela 5 - Resultado do teste T de Student - Competência Empreendedora "CRC"

Competência Empreendedora Correr Riscos Calculados (CRC)	Possui contador	Média	Desvio- padrão	T	p
(CRC1). Avalia o risco de suas ações por meio de informações coletadas	Sim	4,000	1,0690	3,133	0,077*
	Não	3,429	1,0757		
(CRC2). Age para reduzir os riscos dessas ações	Sim	4,267	1,0998	5,227	0,022*
	Não	3,619	,9207		
(CRC3) - Está disposto a correr riscos	Sim	3,867	1,1872	1,027	0,311
	Não	3,381	1,3593		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A Tabela 6 apresenta os resultados do teste T de Student para a competência empreendedora "Exigência de Qualidade e Eficiência" (EQE), comparando as percepções entre os

microempreendedores individuais (MEIs) que possuem e que não possuem contador.

Os resultados indicam que não há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos em nenhuma das assertivas analisadas, permitindo refletir que a presença de um contador não tem impacto significativo nas percepções dos MEIs sobre sua exigência de qualidade e eficiência. As médias das respostas são similares entre os grupos, indicando que tanto MEIs com quanto sem contador se percebem igualmente comprometidos com a inovação, a satisfação dos clientes e o cumprimento de prazos com qualidade. Isso pode refletir que a busca por qualidade e eficiência é uma prioridade comum entre os empreendedores, independente do suporte contábil.

Tabela 6 - Resultado do teste T de Student - Competência Empreendedora "EQE"

Competência Empreendedora Exigência de Qualidade e Eficiência (EQE)	Possui contador	Média	Desvio- padrão	T	p
(EQE1). Suas ações são muito inovadoras e trazem qualidade e eficácia nos processos	Sim	3,733	1,2799	0,124	0,725
	Não	3,714	,9562		
(EQE2). É reconhecido por satisfazer seus clientes	Sim	4,667	,6172	0,011	0,918
	Não	4,571	,9258		
(EQE3). Estabelece prazos e os cumpre com padrão de qualidade	Sim	4,467	,9155	0,006	0,939
	Não	4,524	,8136		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A Tabela 7 apresenta os resultados do teste T de Student para a competência empreendedora "Perseverança" (PER), que também indicam que não há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos em nenhuma das assertivas analisadas.

Conforme Tabela 7, tanto os MEIs com contador quanto os sem contador demonstram níveis semelhantes de capacidade para superar obstáculos, perseverar em situações adversas e assumir responsabilidade por suas ações. Estes achados podem indicar que a perseverança é uma qualidade intrínseca dos empreendedores, não influenciada diretamente pelo suporte

contábil, refletindo uma característica essencial para a sobrevivência e sucesso no ambiente empresarial.

Tabela 7 - Resultado do teste T de Student - Competência Empreendedora "PER"

Competência Empreendedora Exigência de Qualidade e Eficiência (EQE)	Possui contador	Média	Desvio- padrão	T	p
(PER1). Age para driblar obstáculos quando eles se apresentam	Sim	4,600	,7368	0,253	0,615
	Não	4,476	,9284		
(PER2). Não desiste em situações desfavoráveis e encontra formas de atingir os objetivos	Sim	4,667	,6172	0,386	0,534
	Não	4,571	,5976		
(PER3). Admite ser responsável por seus atos como empresário	Sim	4,800	,5606	0,589	0,443
	Não	4,571	,9783		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A Tabela 8 apresenta os resultados do teste T de Student para a competência empreendedora "Comprometimento" (COM), em que os resultados indicam que não há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, sugerindo que a presença de um contador não tem impacto significativo nas percepções dos MEIs sobre seu comprometimento. Este resultado pode indicar que o comprometimento é uma característica comum entre os empreendedores, sendo uma qualidade essencial que independe do suporte contábil, refletindo o esforço e dedicação necessários para a gestão eficaz de seus negócios.

Tabela 8 - Resultado do teste T de Student - Competência Empreendedora "COM"

Competência Empreendedora Comprometimento (COM)	Possui contador	Média	Desvio- padrão	T	p
(COM1). Conclui uma tarefa dentro das condições estabelecidas honrando clientes e parceiros	Sim	4,467	1,1255	0,291	0,589
	Não	4,429	,9783		
(COM2). Quando necessário, "coloca a mão na massa" para concluir um trabalho	Sim	4,933	,2582	0,059	0,808
	Não	4,952	,2182		
(COM3). Está disposto a manter os clientes satisfeitos e de fato consegue	Sim	4,733	,5936	1,643	0,201
	Não	4,524	,6016		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A Tabela 9 apresenta os resultados do teste T de Student para a competência empreendedora "Busca de Informação"

(BDI). Os resultados indicam que, para as assertivas BDI1 e BDI2, não houve diferença significativa. No entanto, para a assertiva BDI3, que avalia a consulta a especialistas quando necessário, há uma diferença significativa ($H = 4,623$, $p = 0,032$), indicando que os MEIs com contador são mais propensos a buscar ajuda de especialistas.

Tabela 9 - Resultado do teste T de Student - Competência Empreendedora "BDI"

Competência Empreendedora Busca de Informação (BDI)	Possui contador	Média	Desvio- padrão	T	p
(BDI1). Vai pessoalmente atrás de informações para realizar um projeto	Sim	4,733	,5936	0,703	0,402
	Não	4,571	,6761		
(BDI2). Investiga pessoalmente novos processos ou ideias inovadoras	Sim	4,533	1,0601	2,218	0,136
	Não	4,190	,9808		
(BDI3). Quando necessário, consulta especialistas para o ajudar em suas ações	Sim	4,733	,5936	4,623	0,032*
	Não	3,905	1,3002		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Destarte, os achados da Tabela 9 sugerem que, embora a presença de um contador não influencie significativamente a iniciativa dos empreendedores de buscar informações ou investigar novas ideias por conta própria, demonstra ter um impacto positivo na disposição dos MEIs de consultar especialistas. Desta forma, reflete-se que os MEIs com contador valorizam e utilizam mais frequentemente o suporte especializado, o que pode contribuir para decisões mais informadas e estratégias mais robustas em seus negócios.

A Tabela 10 apresenta os resultados do teste T de Student para a competência empreendedora "Estabelecimento de Metas" (EDM). Os resultados mostram que para a assertiva EDM1, que avalia a capacidade de definir suas próprias metas, não há diferença significativa entre os grupos ($H = 1,816$, $p = 0,178$). Entretanto, para EDM2, que mede a clareza e especificidade das metas, há uma diferença significativa ($H = 2,875$, $p = 0,09$). Da mesma forma, para EDM3, que avalia se as metas são mensuráveis, também há uma diferença significativa ($H = 3,78$, $p = 0,052$).

Tabela 10 - Resultado do teste T de Student - Competência Empreendedora "EDM"

Competência Empreendedora Estabelecimento de Metas (EDM)	Possui contador	Média	Desvio-padrão	T	p
(EDM1). Define suas próprias metas	Sim	4,667	,6172	1,816	0,178
	Não	4,286	,9024		
(EDM2). Suas metas são claras e específicas	Sim	4,467	,8338	2,875	0,09*
	Não	3,762	1,3381		
(EDM3). Suas metas são mensuráveis	Sim	4,200	1,2071	3,78	0,052*
	Não	3,476	1,2891		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Portanto, os achados da Tabela 10 sugerem que os MEIs com contador tendem a definir metas mais claras, específicas e mensuráveis em comparação com aqueles sem contador, podendo refletir a influência positiva do suporte contábil na organização e planejamento estratégico dos negócios, pois a presença de um contador pode proporcionar uma estrutura mais definida para a definição de metas.

A Tabela 11 apresenta os resultados do teste T de Student para a competência empreendedora "Planejamento e Monitoramento Sistemáticos" (PMS). Os resultados indicam que para a assertiva PMS1, que avalia a capacidade de elaborar planos com tarefas e prazos bem definidos e claros, não há diferença significativa entre os grupos ($H = 0,487$, $p = 0,485$).

Tabela 11 - Resultado do teste T de Student - Competência Empreendedora "PMS"

Competência Empreendedora Planejamento e Monitoramento Sistemáticos (PMS)	Possui contador	Média	Desvio-padrão	T	p
(PMS1). Elabora planos com tarefas e prazos bem definidos e claros	Sim	4,067	1,2799	0,487	0,485
	Não	3,857	1,2364		
(PMS2). Revisa constantemente seus planejamentos	Sim	4,067	1,2228	3,354	0,067*
	Não	3,381	1,2440		
(PMS3). É ousado na tomada de decisões	Sim	4,000	1,1339	1,324	0,25
	Não	3,524	1,2891		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Para PMS2, que mede a frequência com que os empreendedores revisam constantemente seus planejamentos, há uma diferença marginalmente significativa ($H = 3,354$, $p =$

0,067). No caso de PMS3, que avalia a ousadia na tomada de decisões, também não há diferença significativa ($H = 1,324$, $p = 0,25$).

Portanto, os resultados da Tabela 11 sugerem que os MEIs com contador têm uma tendência a revisar seus planejamentos com mais frequência em comparação com aqueles sem contador. Esta tendência indica que o suporte contábil contribui para uma abordagem mais sistemática e estruturada na gestão dos negócios, incentivando revisões e ajustes contínuos no planejamento estratégico.

Na sequência, a Tabela 12 apresenta os resultados do teste T de Student para a competência empreendedora "Persuasão da Rede de Contatos" (PRC), os quais evidenciam que não há diferença significativa entre os grupos em nenhuma das assertivas. Desta forma, os resultados da Tabela 12 sugerem que a presença de um contador não influencia significativamente a competência dos MEIs em persuadir e utilizar sua rede de contatos. Ademais, os achados podem sugerir que essas habilidades de persuasão e *networking* são desenvolvidas de forma independente do suporte contábil, sendo influenciadas possivelmente por outras variáveis como a personalidade e experiência do empreendedor.

Tabela 12 - Resultado do teste T de Student - Competência Empreendedora "PRC"

Competência Empreendedora Persuasão da Rede de Contatos (PRC)	Possui contador	Média	Desvio-padrão	T	p
(PRC1). Consegue influenciar outras pessoas para que sejam parceiros em seus projetos viabilizando recursos necessários para atingir seus objetivos	Sim	3,667	1,1127	0,071	0,79
	Não	3,571	1,2071		
(PRC2). Consegue utilizar pessoas chave para atingir os resultados	Sim	3,733	1,0328	0,014	0,907
	Não	3,714	1,2306		
(PRC3). Desenvolve e fortalece sua rede de relacionamentos	Sim	4,533	,7432	1,267	0,26
	Não	4,238	,8309		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Por fim, a Tabela 13 apresenta os resultados do teste T de Student para a competência empreendedora "Independência

e Autoconfiança" (IAC), evidenciando que não foram observadas diferenças significativas entre os grupos de MEIs com e sem contador para as três assertivas propostas. Com isso, reflete-se que a presença ou ausência de um contador não parece influenciar a independência e autoconfiança dos microempreendedores individuais em suas atividades empresariais, o que pode indicar que a independência e autoconfiança são características intrínsecas dos empreendedores, independentemente do suporte contábil que possam ter.

Tabela 13 - Resultado do teste T de Student - Competência Empreendedora "IAC"

Competência Empreendedora Independência e Autoconfiança (IAC)	Possui contador	Média	Desvio- padrão	T	P
(IAC1). Está disposto a quebrar regras e obstáculos enraizados no mercado	Sim	4,133	1,2459	0,671	0,413
	Não	3,952	1,0713		
(IAC2). Confia em seu ponto de vista e o mantém mesmo diante de oposições	Sim	4,267	,9612	0,015	0,902
	Não	4,190	1,0779		
(IAC3). É confiante nos seus atos e enfrenta desafios sem medo	Sim	4,267	,8837	0,284	0,594
	Não	4,429	,7464		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em linhas gerais, os resultados deste estudo evidenciaram que, em várias competências, como busca de oportunidades, avaliação de riscos, exigência de qualidade, perseverança, comprometimento, busca de informação, estabelecimento de metas, planejamento sistemático, persuasão da rede de contatos e independência/autoconfiança, não houve diferenças significativas entre os grupos com e sem contador. No entanto, em algumas áreas, como ação para reduzir riscos e consulta a especialistas, MEIs com contador mostraram-se mais ativos.

Drehmer, Schafer e Lunkes (2023), em sua pesquisa, destacam que as competências empreendedoras não mostraram uma correlação estatisticamente significativa com a importância atribuída à contabilidade ou sua utilização prática. Entretanto, o referido estudo demonstrou que o nível

de faturamento das empresas está diretamente associado à utilização dos serviços contábeis. Essa associação sugere que outros fatores, como o tamanho e a complexidade das operações empresariais, podem ter uma influência mais direta na demanda por serviços contábeis do que as competências empreendedoras específicas analisadas.

Desta forma, observa-se que as competências empreendedoras são variáveis complexas que podem influenciar diferentes aspectos da gestão empresarial, incluindo tanto operações práticas quanto decisões estratégicas. Os achados da presente pesquisa sugerem que o suporte contábil pode influenciar aspectos específicos da gestão empreendedora, enquanto características fundamentais, como perseverança e independência, parecem ser intrínsecas aos empreendedores, independentemente do suporte contábil.

4.3 Percepção sobre os serviços contábeis

A Tabela 14 apresenta a percepção dos microempreendedores individuais (MEIs) que possuem contador sobre os serviços contábeis (15 respondentes). Com base nessas assertivas, buscou-se compreender como esses MEIs avaliam a qualidade e a eficácia dos serviços prestados pelos escritórios de contabilidade.

Os resultados mostram que, em média, os MEIs percebem as informações recebidas da Contabilidade como importantes para o suporte à tomada de decisão que envolve questões econômico-financeiras, atribuindo uma média de 4,13 com um desvio-padrão de 1,060. Além disso, a transparência e a capacidade de esclarecimento de dúvidas por parte dos escritórios de contabilidade também são bem avaliadas, com uma média de 4,27 e um desvio-padrão de 0,799 para a assertiva correspondente.

Tabela 14 – Percepção dos microempreendedores sobre os serviços contábeis

Assertivas	Média	Desvio-padrão
1. As informações recebidas da Contabilidade são importantes para o suporte à tomada de decisão que envolva questões econômico-financeiras.	4,13	1,060
2. O escritório de contabilidade é transparente quanto aos serviços prestados e esclarece minhas dúvidas.	4,27	0,799
3. Quando me deparei com problemas em sua empresa, relativos a parte contábil e administrativa, o escritório de contabilidade me ajudou a solucioná-los.	4,13	0,990
4. Os serviços do atual escritório de contabilidade que são oferecidos satisfazem a necessidade da minha empresa.	4,00	1,195
5. Recomendo o meu atual serviço prestado de contabilidade para familiares e amigos.	4,07	1,280

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quando se trata de lidar com problemas relativos à parte contábil e administrativa da empresa, os MEIs percebem que o escritório de contabilidade os auxilia na resolução dessas questões, com uma média de 4,13 e um desvio-padrão de 0,990. Ademais, os serviços oferecidos pelo escritório de contabilidade satisfazem as necessidades das empresas dos MEIs, com uma média de 4,00 e um desvio-padrão de 1,195. Por fim, os MEIs também tendem a recomendar os serviços de contabilidade para familiares e amigos, com uma média de 4,07 e um desvio-padrão de 1,280. Desta maneira, os resultados sugerem que, em linhas gerais, os MEIs que possuem contador percebem os serviços contábeis como importantes, satisfatórios e capazes de atender às necessidades de suas empresas.

Semelhantemente, Moura *et al.* (2022) analisaram a percepção dos empresários de Mossoró-RN sobre os serviços contábeis e verificaram uma alta taxa de satisfação com relação à qualidade e confiabilidade desses serviços. Os empresários avaliaram os serviços como "bom" e "ótimo", destacando a segurança e a eficácia na prestação dos mesmos e evidenciando que os serviços contábeis oferecidos atendem satisfatoriamente às necessidades das empresas, contribuindo

para uma gestão financeira eficiente e transparente, corroborando os achados da presente pesquisa.

5 Considerações Finais

Este estudo tem por objetivo investigar a associação entre competências empreendedoras, percepção e utilização de serviços contábeis por Microempreendedores Individuais (MEIs). Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, quantitativa e de levantamento, por meio de aplicação de questionário, onde as análises foram feitas por meio de técnicas da estatística descritiva e teste de médias, com a participação de 36 respondentes.

Os resultados evidenciaram que, em diversos aspectos como a busca de oportunidades, avaliação de riscos, exigência de qualidade, perseverança, comprometimento, busca de informação, estabelecimento de metas, planejamento sistemático, persuasão da rede de contatos e independência/autoconfiança, não foram observadas diferenças substanciais entre os grupos analisados com e sem a presença de contador. Contudo, em certos domínios, como a adoção de medidas para mitigar riscos e consulta a especialistas, os MEIs assistidos por contadores demonstraram maior atividade e iniciativa.

Além disso, os resultados permitem concluir, entre os respondentes, que os empresários estão satisfeitos com os serviços de contabilidade prestados em suas empresas, indicando existir transparência e boa relação com os profissionais contadores e a empresa em que atuam. O estudo demonstra ainda que a maioria dos respondentes possivelmente indicariam o atual serviço de contabilidade para amigos e familiares.

Este estudo avança na discussão sobre a percepção e utilização dos serviços contábeis por microempreendedores individuais (MEIs), especialmente na região Nordeste do

Brasil. Os resultados obtidos revelaram diferenças distintas quando comparados aos estudos realizados na região Sul, proporcionando *insights* sobre as particularidades regionais na relação entre MEIs e contabilidade, com implicações teóricas para o entendimento das práticas contábeis em diferentes contextos geográficos e econômicos. Desta forma, este estudo pode ser uma ferramenta essencial para microempresários ao destacar a importância estratégica dos serviços contábeis.

Uma das limitações deste estudo é o tamanho da amostra, que, embora suficiente para análises preliminares, pode limitar a generalização dos resultados. Para futuras investigações, recomenda-se ampliar a amostra, possibilitando uma maior representatividade e generalização dos resultados encontrados. Ademais, a utilização de técnicas avançadas de análise estatística, como análises multivariadas, poderia oferecer uma compreensão mais profunda das relações entre as variáveis estudadas. Recomenda-se ainda a comparação das questões sobre satisfação com os serviços contábeis com as competências empreendedoras dos MEIs, explorando possíveis interações que possam influenciar o desempenho empresarial.

Referências

ARAÚJO, Fabrício Maximiano de; ANJOS, Mayara Abadia Delfino dos. A importância da contabilidade para o microempreendedor individual (MEI). **Revista GeTeC**, v. 10, n. 33, 2021.

BEHLING, Gustavo; LENZI, Fernando César. Entrepreneurial competencies and strategic behavior: A study of micro entrepreneurs in an emerging country. **BBR. Brazilian Business Review**, v. 16, p. 255-272, 2019.

BERGAMO, Sany Amélia Padilha; PEREIRA, Tatiane Pietrobelli. A importância do contador ao Microempreendedor Individual-MEI. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 11, n. 2, p. 96-128, 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008.** Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília: DF, 2008.

COSTA, Marcelo Lima; FEITOSA FILHO, Raimundo Ivan. A importância da contabilidade no processo de desenvolvimento do microempreendedor individual (MEI). **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 10, n. 2, p. 154-163, 2019.

CUALHETA, Luciana Padovez; Abbad, Gardenia da Silva; Faiad, Cristiane; Júnior, Candido Vieira Borges. Competência empreendedoras: construção de uma escala de avaliação. **Revista de empreendedorismo e gestão de pequenas empresas**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 158-180, 2020.

DREHMER, Gabriéli Finck; SCHAFER, Joice Denise; LUNKES, Rogério João. Microempreendedor individual (MEI): Perfil, competências empreendedoras e a importância da contabilidade em seus negócios. In: Seminário Catarinense de Estudantes de Ciências Contábeis, 3, Santa Catarina. **Anais [...]**. CRC SC, 2023.

ESTRELA, Pedro Marlus Cavalcante de Albuquerque; BRUNI, Adriano; FILHO, Raimundo Nonato Lima. Metacognição, perfil empreendedor e percepção de sucesso. **Revista catarinense da ciência contábil**, Florianópolis, v. 20, p. 1-15, 2021.

FARIAS, Debhora Souza. As vantagens e desvantagens do MEI – Micro empreendedor individual. **Revista Processus Multidisciplinar**, v. 3, n. 6, p. 21-27, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. reimpr. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017

GUIMARÃES, Cristiane Pereira; OLIVEIRA, Quésia Klem Horsts de; DIMAS, Matheus de Souza; CORRÊA, Társis de Marcos. O empreendedorismo no contexto da covid-19: necessidade, oportunidade e solidariedade. **Pensar Acadêmico**, v. 20, n. 1, p. 93-105, 2022.

JONES, Graciela Dias Coelho; MOREIRA, Matheus Nascimento. Percepção de Micro e Pequenos Empreendedores quanto aos Serviços Contábeis terceirizados para fins de Controle Interno. **Revista de empreendedorismo e gestão de micro e pequenas empresas**, v. 8, p. 1-17, 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAIS, Maria Aparecida Silva; Filho, Raimundo Ivan Feitosa. A relevância do contador para o microempreendedor individual (MEI). **Revista multidisciplinar e de psicologia**, v. 13, n. 43, p. 480-489, 2019.

MOREIRA, Marcia Athayde; ALVES, Nadson Jaime Pereira; ANDREASSI, Tales; BRAGA, Jorge Guilherme Rodrigues. Educação empreendedora em contabilidade: da teoria à aprendizagem experiencial. **Revista catarinense da ciência contábil**, Florianópolis, v. 19, n. 3, 2020.

MOURA, Iranilda de Arruda; FREITAS, Natália Patrícia; NASCIMENTO, Ítalo Carlos Soares do; MELO, Geison Calyo Varela de; SILVA, Jerferson Freitas da; MOREIRA, Caritsa Scartaty. Percepção dos empresários mossoroenses sobre os serviços contábeis. In: Congresso Brasileiro de Custos, 29, João Pessoa, 2022. **Anais [...]**. CBC: ABC, 2022.

SOBRINHO NETO, Francisco Batista; SILVA, Annady Raquel Pereira da Silva; MELO, Geison Calyo Varela; NAVARRO, Kalliana Karina Medeiros de Azevedo. Percepção de micro e pequenos empresários sobre instrumentos da contabilidade gerencial. **Revista paraense de contabilidade-RPC**, v. 1, p. 23-38, 2023.

NOLASCO, Ana Clara Aquino; DUNGA, Erivânio da Silva; NICÁSIO, Antônio Gustavo. Empreendedorismo e contabilidade: Gestão MPES. **Revista Conhecimento Contábil**, Mossoró, v. 13, p. 70-86, 2023.

PEREIRA, M. L. N.; BASTOS FILHO, R. A.; PINTO, R. A. N.; REIS, D. L.; NASCIMENTO, P. H., CEDRAN, P. C.; COSTA, A. P. Empreendedorismo feminino: percepção da categoria MEI atuante no ramo de vestuário na cidade de Passos-MG. **Observatório de la economía latinoamericana**, v. 21, n. 9, p. 14041-14064, 2023.

SANTOS, Jéssica Thais Oliveira; MARCELINHO, José Antônio. A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 11, p. 495-512, 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **O MEI tá dominando**: Brasil ultrapassa a marca de 14 milhões de MEIs. Sebrae, 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-mei-ta-dominando-brasil-ultrapassa-a-marca-de-14-milhoes-de-meis/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SOUZA, Keliane Gonçalves; SEVERINO, Josilene Duarte; LEAL, Matheus Lucas Maciel. Percepção da escrituração contábil na concepção de microempreendedores individuais do município de porto velho (RO). **Revista brasileira de administração científica**, v.13, n. 1, 2022.

ZAMPIER, Marcia Aparecida; TAKAHASHI, Adriana Roseli Wunsch. Competências empreendedoras e processos de aprendizagem empreendedora: modelo conceitual de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, 2011.

ZAMPIER, Márcia Aparecida; TAKAHASHI, Adriana Roseli Wunsch; FERNANDES, Bruno Henrique. Sedimentando as bases de um conceito: As competências empreendedoras. **Revista de empreendedorismo e gestão de pequenas empresas**, v. 1, n. 1, p. 101-130, 2012.



UNICATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

MOSSORÓ/RN

2026